Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Henrique Olavo Rodrigues Ferreira

Entre Soft Power e Soft Disempowerment: o futebol como instrumento de política externa catari

Julho 2026

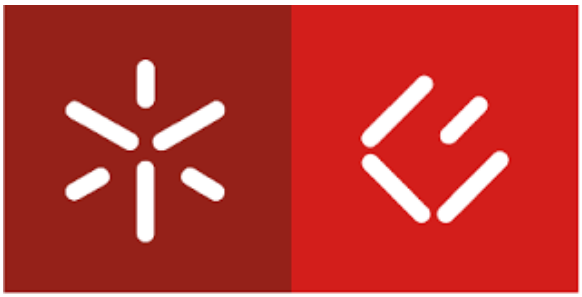
Entre Soft Power e Soft Disempowerment: o futebol como instrumento de política externa catari

Henrique Olavo

6

Uminho | 2026

Uminho | 2026



Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Henrique Olavo Rodrigues Ferreira

Entre Soft Power e Soft Disempowerment: o futebol como instrumento de política externa catari

Dissertação de Mestrado Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sobre a orientação de

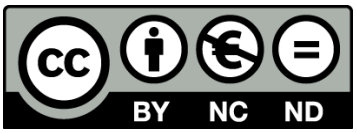
Professor Doutor José Palmeira

Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte

Julho 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, fonte de toda sabedoria e conhecimento, por me conceder a vida, a fé e a perseverança necessárias para a realização deste trabalho. Sem a Sua graça, nada disso seria possível.

Aos professores Doutores Paulo Duarte e José Palmeira pela orientação dada durante esses últimos meses pela dedicação e orientação segura, fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos e pelo apoio constante em todos os momentos da minha caminhada acadêmica e pessoal.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

O Futebol como Instrumento de Política Externa do Catar

Resumo

Embora exista uma vasta literatura sobre o uso do *soft power* pelo Catar e sobre o futebol como instrumento de projeção internacional, persiste uma lacuna na literatura no que respeita à análise dos efeitos negativos que podem emergir desse processo. O conceito de *soft disempowerment*, desenvolvido por Paul Brannagan e Richard Giulianotti, surge como uma contraposição crítica ao conceito de *soft power* formulado por Joseph Nye. Esta dissertação procura preencher essa lacuna ao responder à seguinte questão de investigação: de que forma a instrumentalização do futebol ao serviço da política externa catari exprime a dicotomia entre *soft power* e *soft disempowerment?* O período analisado tem início em 27 de junho de 1995, data do golpe de Estado conduzido por Hamad bin Khalifa Al-Thani, que marcou uma reorientação significativa da política externa do país, nomeadamente através de um investimento estratégico em instrumentos de *soft power*, estendendo-se até ao encerramento da FIFA World Cup 2022, momento que representa o auge da projeção internacional do Catar através do futebol. A metodologia baseia-se na análise qualitativa de fontes primárias, incluindo documentos oficiais do governo catari e de organizações internacionais como a FIFA e a UEFA, bem como em índices de *soft power*, como o Global Soft Power Index. O enquadramento teórico assenta nos conceitos de *soft power*, de Joseph Nye, e de *soft disempowerment*, de Paul Brannagan e Richard Giulianotti, permitindo analisar não apenas os ganhos de atração internacional, mas também os efeitos adversos associados a essas estratégias. Os resultados demonstram que o futebol tem desempenhado um papel central na ampliação da visibilidade internacional do Catar, além de contribuir para intensificar o escrutínio global sobre o país. Contudo, as questões políticas e sociais evidenciam uma dinâmica de *soft disempowerment* que limita parcialmente os benefícios alcançados pelo *soft power*.

Palavras-chave: Catar, Soft Power, Soft Disempowerment, Futebol, Copa do Mundo, Investimento, Visibilidade internacional

Football as an Instrument of Qatari Foreign Policy

Abstract

Although there is a vast body of literature on the use of soft power by Qatar and on football as an instrument of international projection, a gap persists in the literature regarding the analysis of the negative effects that may emerge from this process. The concept of soft disempowerment, developed by Paul Brannagan and Richard Giulianotti, arises as a critical counterpoint to the concept of soft power formulated by Joseph Nye. This dissertation seeks to fill this gap by answering the following research question: in what way does the instrumentalization of football in the service of Qatari foreign policy express the dichotomy between soft power and soft disempowerment? The period analyzed begins on June 27, 1995, the date of the coup d'état led by Hamad bin Khalifa Al-Thani, which marked a significant reorientation of the country's foreign policy, notably through a strategic investment in soft power instruments, extending until the closing of the FIFA World Cup 2022, a moment that represents the peak of Qatar's international projection through football. The methodology is based on the qualitative analysis of primary sources, including official documents from the Qatari government and from international organizations such as FIFA and UEFA, as well as soft power indices such as the Global Soft Power Index. The theoretical framework is grounded in the concepts of soft power, by Joseph Nye, and soft disempowerment, by Paul Brannagan and Richard Giulianotti, allowing for an analysis not only of the gains in international attraction but also of the adverse effects associated with these strategies. The results demonstrate that football has played a central role in expanding Qatar's international visibility, in addition to contributing to intensifying global scrutiny of the country. However, political and social issues reveal a dynamic of soft disempowerment that partially limits the benefits achieved through soft power.

Keywords: Qatar, Soft Power, Soft Disempowerment, Football, World Cup, Investment, International Visibility.

Content table

Lista de Abreviaturas 10

Introdução 12

i. Contexto e justificativa do tema 12
ii. Revisão de Literatura 15
iii. Problematic 19
iv. Metodologia e quadro teórico 21
v. Estrutura da dissertação 24

1. Futebol como instrumento de *soft power* 24

1.1 Uma perspectiva histórica 24
1.2 Casos atuais 33

2. O desenvolvimento do *soft power* no Catar 43

2.1. Contexto do *soft power* catari 43
2.2 Os meios de *soft power* do Catar 52

3. O investimento do Catar no futebol 64

3.1. Estrutura Local 64
3.2. O investimento no futebol europeu 70
3.3 A Copa do Mundo de 2022 76

Conclusão 83

Bibliografia 87

Fontes Primárias 87

Fontes Secundárias 95

Lista de Abreviaturas

ACF – Associação Central de Futebol do Chile

AI – Inteligência Artificial

BBC – Corporação Britânica de Radiodifusão

CAF – Confederação Africana de Futebol

CCG – Conselho de Cooperação do Golfo

CEO – Diretor Executivo

COI – Comitê Olímpico Internacional

CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

CSL – Chinese Super League (Liga Chinesa de Futebol)

DIPPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires

DNS – Sistema de Nomes de Domínio

DW – Deutsche Welle

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FASA – Football Association of South Africa

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

GDP – Produto Interno Bruto

HRW – Human Rights Watch

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMF – Fundo Monetário Internacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero

MEED – Middle East Economic Digest

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIF – Public Investment Fund (Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita)

PSG – Paris Saint-Germain Football Club

QAR – Riyal do Catar (moeda oficial)

QFA – Qatar Football Association

QIA – Qatar Investment Authority

QSI – Qatar Sports Investments

QSL – Qatar Stars League

QTA – Qatar Travel Authority

SACFA – South African Coloured Football Association

SAIFI – South African Indian Football Association

SPA – Agência de Imprensa Saudita

SPL – Saudi Pro League

UAE – Emirados Árabes Unidos

UEFA – Union of European Football Associations

UK – Reino Unido

Introdução

i. Contexto e justificativa do tema

Em 1916, com o colapso do Império Otomano, o Catar tornou-se um protetorado do Reino Unido. A partir desse momento, o país passou a ter autonomia nos assuntos internos, embora sua política externa e sua defesa militar estivessem sob responsabilidade da coroa britânica. Uma mudança decisiva na trajetória econômica do país ocorreu em 1939, quando os britânicos descobriram petróleo em seu território. Esse acontecimento marcou o início de uma transformação estrutural na economia do Catar, que passou a depender fortemente da exportação de petróleo e gás natural como principais fontes de receita estatal. Nas décadas seguintes, essas riquezas naturais garantiram estabilidade financeira ao país, embora tenham gerado uma forte dependência em relação à indústria petrolífera (Rahman, 2006).

Outro marco relevante na história contemporânea do Catar ocorreu em 1995, quando Hamad bin Khalifa Al-Thani depôs seu pai, Khalifa bin Hamad Al-Thani, através de um golpe de Estado sem derramamento de sangue. Com a ascensão do novo emir, iniciou-se uma virada significativa na política externa do país. O novo governante rompeu com a tradição de ser uma sombra da sua vizinha Arábia Saudita e passou a adotar uma postura mais independente e proativa no cenário internacional. O Catar, até então visto como um país de atuação discreta e alinhada ao protagonismo saudita na região, passou a construir uma política externa própria, mais ambiciosa e voltada à projeção global de sua imagem e influência (Naier, 2021).

No final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, sustentado pelas receitas extraordinárias do petróleo e do gás natural, o Catar investiu em diversas frentes para consolidar sua ascensão como ator relevante na política internacional. Internamente, impulsionou a modernização da infraestrutura urbana, fortaleceu a educação superior e promoveu reformas que visavam elevar o padrão de vida no país. Internacionalmente, financiou a criação da Al Jazeera, canal de notícias que rapidamente se tornou um dos veículos mais influentes do Oriente Médio. No campo da segurança e diplomacia, estreitou laços com os Estados Unidos da América, firmando acordos de cooperação militar e transformando-se em um aliado estratégico no Golfo. Além disso, adotou uma política externa ativa, apresentando-se como mediador em diversos conflitos internacionais, reforçando a imagem

de um país pacífico, neutro e comprometido com a estabilidade regional (Antwi-Boateng, 2013).

Entre os instrumentos adotados pelo Catar para ampliar sua projeção geopolítica e consolidar seu *soft power*, o esporte, em particular o futebol, tornou-se um elemento central. Inspirando-se em estratégias semelhantes adotadas por seus vizinhos do Golfo, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, o regime catari identificou no alcance global do futebol uma plataforma eficaz para promover a imagem do país como moderno, aberto, próspero e influente perante a comunidade internacional (Chadwick & Anagnostopoulos, 2024).

Nesse sentido, o governo do Catar estruturou sua política esportiva em três frentes principais. A primeira foi o investimento no futebol local, com destaque para a construção de instalações esportivas de nível internacional, como a Aspire Academy, localizada em Doha, considerada referência global na formação de atletas, além do fortalecimento da seleção nacional. A segunda frente consistiu na criação e atuação da Qatar Sports Investments (QSI), fundo soberano voltado especificamente para o investimento em projetos esportivos internacionais, com especial destaque para a aquisição e o desenvolvimento do clube francês Paris Saint-Germain (PSG), transformado em uma vitrine internacional do projeto político catari. Por fim, a terceira iniciativa foi a candidatura e posterior realização da Copa do Mundo FIFA de 2022, evento que marcou a primeira vez que o torneio foi sediado em um país do Médio Oriente, projetando o Catar ao centro das atenções globais e consolidando seu projeto do âmbito esportivo.

Contudo, com todas as atenções voltadas para o emirado, surgiram novos desafios para os governantes, principalmente relacionados a questões internas e culturais, que colocaram o país diante de um dilema entre seus interesses de política externa e as tradições locais. Brannagan e Giulianotti (2018) argumentam que o Catar passou a enfrentar uma rota de colisão entre a busca por influência internacional e a necessidade de manter certas normas conservadoras enraizadas na sua sociedade.

Entre os principais obstáculos para a construção de uma imagem internacional positiva, destacou-se a necessidade de melhorar a reputação do país no que se refere aos direitos humanos. Segundo a organização não governamental Human Rights Watch (2021), o Catar ainda mantinha legislações discriminatórias contra grupos minoritários, como a

comunidade LGBT e as mulheres. Rookwood (2019) observa que essa situação envolve não apenas os aspectos legais que, inclusive, são mais moderados se comparados a outros países do Oriente Médio, mas também práticas culturais enraizadas na sociedade catari. Um exemplo disso é a presença limitada de mulheres em determinados espaços, como os estádios de futebol, muitas vezes evitados por elas em razão de normas e tradições locais.

Além dessas questões culturais e sociais com grupos minoritários, outra situação que chamou atenção do mundo no Catar foi o tratamento do país com os trabalhadores imigrantes. O país, por não ter uma população muito grande e ter visto um processo acelerado de crescimento, precisou de mão de obra estrangeira para acompanhar o seu desenvolvimento. A fim de facilitar a entrada desses imigrantes, o governo do Catar estabeleceu o sistema Kafala, no âmbito do qual as empresas de construção são obrigadas a patrocinar a vinda de trabalhadores de países pobres. Quando chegavam ao Catar, as empresas possuíam um controle total da vida dos imigrantes, além de retenção do passaporte, baixos salários e más condições de trabalho (Al-Thani, 2021). A Amnistia Internacional (2021) emitiu um relatório denunciando essa situação da mão de obra imigrante para o Catar na construção da estrutura para a Copa do Mundo de 2022, expondo casos de trabalhos análogos a escravidão inclusive mortes não relatadas.

Diante dessa síntese entre a projeção internacional do Catar por meio do investimento no futebol em suas diversas frentes como instrumento de política externa, a presente dissertação propõe investigar os objetivos estratégicos do país ao utilizar o desporto como ferramenta diplomática. A análise levará em consideração a virada de chave na política externa catari após a ascensão de Hamad bin Khalifa Al-Thani ao poder em 1995, momento em que o país passou a investir de forma mais intensa na sua atuação internacional em múltiplos domínios, para além do esporte e do futebol, por meio de alianças militares com potências globais, investimentos em veículos de média e uma postura diplomática de intermediar conflitos globais, além de financiamento a atores não estatais e transnacionais. O estudo buscará evidenciar como, em diversos momentos, o projeto futebolístico do Catar convergiu com outros aspectos centrais da sua política externa, compondo uma estratégia mais ampla do pequeno país.

A investigação também abordará exemplos históricos de como o futebol já foi usado como ferramenta de governo por regimes ao longo da história, desde exemplos da década de 30, com a Alemanha Nazista e a realização das olimpíadas de verão (Cody, 2016), a seleção italiana de futebol em 1934 e 1938 na Itália de Mussolini (Matsaridis & Kaimakamis, 2012), até exemplos atuais de países da mesma região do Catar, como, por exemplo, a Arábia Saudita e o Emirados Árabes Unidos (Carosella, 2022).

Além de analisar esses investimentos do Catar, a dissertação focará também nas vulnerabilidades e tensões geradas pela crescente exposição internacional do país, que abriu precedentes para críticas e questionamentos por parte da comunidade internacional, sobretudo da opinião pública ocidental, que, em determinadas circunstâncias, colocaram em dúvida a eficácia e a coerência dos objetivos originalmente traçados pelo regime. Em suma, a pergunta de investigação do trabalho será: De que forma a instrumentalização do futebol a serviço da política externa catari exprime a dicotomia entre *soft power* e *soft disempowerment*?

No que toca à linha temporal, o trabalho iniciará a sua investigação a partir de 27 de junho de 1995, data do golpe de Estado conduzido por Hamad bin Khalifa Al-Thani contra seu pai, a partir do que há uma guinada na política externa do Catar, delimitando o momento a partir do qual país passou a investir no seu *soft power*. A linha temporal irá até o encerramento da Copa do Mundo de 2022, em 12 de dezembro, analisando todo o investimento catari no futebol e as consequências antes e durante a realização da copa. Esse período marca o auge da relação entre o futebol e o Catar, culminando com a realização de uma das competições esportivas mais importantes do mundo, de alcance global.

ii. Revisão de Literatura

Antwi-Boateng (2013) disserta sobre com que recursos o Catar conseguiu chegar a esse patamar na sua política interna. O autor cita a boa distribuição das riquezas para a população local, a forte parceria militar com os Estados Unidos – que garante uma estabilidade política comparada com os outros países da região – a doação financeira em áreas de conflito internacional, além do financiamento da rede de informações mais influentes do Oriente Médio: a Al Jazeera.

No âmbito da literatura existente, diversos autores, como Grix e Brannagan (2016), Rookwood (2019), James (2021) e Al-Thani (2021), apontam o investimento no futebol mundial como uma das principais ferramentas de *soft power* utilizadas pelo Catar. Segundo esses autores, o governo catari identificou nos eventos e nas instituições esportivas um meio estratégico para projetar uma imagem positiva no exterior, reforçar a sua visibilidade internacional e ampliar a eficácia dos seus instrumentos de política externa.

Alguns autores analisam o investimento do Catar no futebol não apenas sob a ótica do *soft power*, mas também a partir de uma perspectiva econômica. É o caso de Al-Dosari (2021) e James (2021). O primeiro adota uma visão mais cética em relação ao *soft power*, argumentando que os altos investimentos no futebol e no desporto em geral, em especial os realizados pela Qatar Sports Investments, têm como objetivo principal a diversificação das fontes de receita do país. Segundo Al-Dosari (2021), o governo catari busca reduzir a forte dependência econômica do petróleo e do gás natural, utilizando o futebol como uma plataforma de visibilidade internacional para impulsionar outros setores econômicos, como o turismo e o comércio. Este autor destaca ainda o potencial do retorno financeiro com premiações milionárias de torneios, como a Liga dos Campeões da UEFA, e com estratégias de marketing, como a venda de produtos associados ao Paris Saint-Germain. Já James (2021) reconhece esse interesse econômico como parte da estratégia, mas sem negligenciar o componente diplomático. O autor ressalta que, especialmente no caso da realização da Copa do Mundo de 2022, o projeto do Catar também deve ser interpretado como uma iniciativa clara de *soft power*, voltada à construção e projeção da imagem internacional do país.

Seguido dos investimentos em futebol ao redor do mundo, Brannagan e Giulianotti (2018) sustentam como a realização da Copa do Mundo no Catar dá continuidade aos planos do governo de se destacar mundialmente usando o esporte. Acrescentam também que uma das finalidades cataris em utilizar o *soft power* é a mudança de patamar do Catar de um país do Oriente Médio para um ator internacional cada vez mais importante.

Para abordar a repercussão negativa oriunda do investimento do Catar no futebol, especialmente em relação à sociedade ocidental, Bettine (2024) e Bennis e Aammari (2023) analisam as críticas internacionais à realização da Copa do Mundo de 2022. Segundo os autores, as reações negativas por parte de diversos segmentos da média e da opinião pública

ocidental ultrapassam questões meramente esportivas ou políticas. Em vez disso, essas críticas foram alimentadas por uma visão estereotipada e profundamente enraizada no imaginário ocidental sobre o Oriente Médio e os países árabes em geral. Tal estigmatização, segundo os autores, dificultou uma análise objetiva do evento e contribuiu para o boicote simbólico ao Catar, revelando a existência de preconceitos culturais e políticos que ainda marcam a relação entre Oriente e Ocidente.

Há também um outro olhar crítico por parte de autores que questionam a escolha do Catar como sede de um evento tão grandioso como a Copa do Mundo de Futebol. Nite et al. (2024) argumentam que megaeventos esportivos, como o Mundial de 2022, acabam servindo como ferramentas para legitimar regimes que classificam como totalitários e antidemocráticos, como é o caso do Catar. Para os autores, a comunidade internacional teria uma responsabilidade ética e moral de boicotar eventos realizados em países que, segundo eles, não respeitam normas internacionais fundamentais. Entre os principais pontos destacados estão as denúncias de maus-tratos a trabalhadores imigrantes, amplamente documentadas por organizações de direitos humanos, bem como as legislações e práticas discriminatórias voltadas a minorias, como mulheres e membros da comunidade LGBT.

Carosella (2022) também analisa o futebol como uma ferramenta de *soft power* empregada pelo Catar. No entanto, em seu artigo, o autor não se limita a investigar exclusivamente o projeto catari, ainda que aborde elementos centrais como a realização da Copa do Mundo de 2022 e os investimentos feitos por meio da Qatar Sports Investments. Em vez de desenvolver uma análise aprofundada sobre o caso específico do Catar, o autor opta por realizar uma comparação entre os projetos de *soft power* esportivo de três países do Golfo: Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O autor destaca, inclusive, as conexões e disputas entre esses países no período que sucedeu a crise diplomática de 2017, ressaltando como o futebol foi utilizado por todos como instrumento simbólico de afirmação política e demonstração de força. Nesse sentido, o seu contributo ajuda a entender o uso regionalizado do desporto como recurso estratégico no cenário internacional, embora sem uma abordagem exclusiva e aprofundada sobre o Catar.

Outros artigos de comparação de projetos de política externa do Catar com outros Estados do Oriente Médio, indo além do futebol ou do esporte, também são cobertos por uma

vasta literatura. É o caso de Diwan (2021) que compara as políticas do Catar com as do Emirados Árabes Unidos sob um ponto de vista religioso. De igual forma, Soubrier (2016) compara a abordagem internacional desses dois países, mas em um caráter mais geral, com elementos do *soft power* e do hard power entre as duas nações.

Ao falar do projeto futebolístico do Catar, muitos autores, como Dubinsky (2024), Ulrichsen (2023) e Dorsey (2022), concentram-se quase exclusivamente na realização da Copa do Mundo de 2022. Porém, alguns estudos também analisam diferentes vertentes desse amplo esforço governamental. Coelho (2023), por exemplo, foca na participação da seleção nacional do Catar em sua primeira competição oficial, ainda nos anos iniciais de independência do país em relação ao Reino Unido. O autor destaca como, mesmo nesse estágio inicial, o regime catari já via no futebol uma ferramenta para a construção de uma identidade nacional e um meio de projeção internacional. Por outro lado, Griffin (2023) analisa a aquisição do Paris Saint-Germain, em 2011, como uma tentativa do governo catari de consolidar sua imagem no Ocidente. Nesse processo, o clube francês passou a ser utilizado como vitrine internacional, por meio da contratação de jogadores de renome mundial e da exposição, nos uniformes da equipe, de marcas e instituições diretamente vinculadas ao governo do Catar.

Danyel Reiche (2025) destaca este projeto do Catar no futebol europeu não apenas por meio da aquisição do Paris Saint-Germain, mas também através de contratos de patrocínio com grandes clubes do continente. Além da equipe francesa, clubes como o Bayern de Munique e o Barcelona também estabeleceram parcerias com a Qatar Airways, a companhia aérea estatal do Catar. Segundo o autor, esse tipo de investimento faz parte de uma estratégia de *soft power* adotada pelo regime catari. Assim como os Emirados Árabes Unidos fizeram com a Emirates, ao associar sua companhia aérea a instituições esportivas de sucesso, o Catar busca transmitir uma imagem de modernidade, prosperidade e desenvolvimento ao público internacional, fortalecendo, assim, sua reputação global.

No que toca à literatura existente de *soft disempowerment* no Catar, Brannagan e Giulianotti (2018) abordam a relação entre *soft power* e *disempowerment* em um contexto geral, em todas as vertentes da política externa catari. Os autores, assim como Haghirian e Robles-Gil (2021), também analisam essa dualidade do Catar no contexto desportivo, não

apenas no futebol, com o investimento do país em vários segmentos do desporto. Há também obras que retratam o fenômeno do *soft disempowerment* no futebol, como Woodward (2025), que debate essa relação na Copa do Mundo de 1966 realizada no Reino Unido, onde, assim como no Catar, a organização do evento teve efeitos contrários para os britânicos.

Porém, dentro da literatura, percebemos uma lacuna existente quando se fala do *soft power*.

iii. Problematica

Investir no futebol e em grandes eventos esportivos com objetivos políticos, não apenas o *soft power*, é uma prática antiga. Não só na Copa do Mundo, mas também nas Olimpíadas, como na Olimpíada de Berlim em 1936, em que o evento foi usado pelo regime nazista para mostrar uma imagem positiva para o resto do mundo, ao mesmo tempo em que estabelecia seus ideais antissemitas e de superioridade ariana (Cody, 2016).

Na Copa do Mundo, o regime que inicialmente utilizou da competição com objetivos semelhantes ao do nazismo foi a Itália de Mussolini nas Copas de 1934 e 1938. Focando não só como ser a sede do torneio, mas também nos resultados esportivos, foi o país campeão das duas copas (Matsaridis & Kaimakamis, 2012). Essa prática também se faz presente nos tempos atuais, Marcus Bettine (2024) cita que as duas copas anteriores a do Catar, Brasil em 2014 e Rússia em 2018, também tiveram o uso do *soft power* na realização dos jogos por parte dos governos envolvidos. No caso do Brasil, para alinhar seu objetivo de redesenhar o Conselho de Segurança da ONU e, da Rússia, de retomar um período de influência global que havia perdido desde o fim da União Soviética.

Dados apontam para o Catar com elevados níveis de desenvolvimento econômico e humano, evidenciados em indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2023), foi de 0,875, valor considerado muito alto. E segundo o Banco Mundial (2025a), o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi estimado em US$213 bilhões, com um PIB per capita de US$80.195.

Quando analisamos esse estudo de caso, é de interesse compreender como esse país de dimensões territoriais reduzidas e favorecido financeiramente optou por canalizar esses recursos para a construção de uma projeção internacional. Acresce ao seu objetivo de

ascensão como um ator global o fato de estar em uma região em que está cercado de vizinhos tão ou mais poderosos financeiramente, como a Arábia Saudita, que possui um PIB de quase US$1 trilhão (Banco Mundial, 2025b).

Junto do projeto catari, vale também investigar as controvérsias que o Catar enfrentou durante seus investimentos e analisar principalmente as consequências negativas que o uso do futebol como uma ferramenta política pode ter. Nesse caso específico, Bettine & Ozdemir (2023) destaca a cobertura mediática realizada pelo The Guardian e pela BBC, que desde a escolha do Catar insistiam que o país não era a escolha certa para sediar um evento de tamanho porte como a Copa do Mundo. Foram citadas as relações sociais no país, com mulheres locais sendo proibidas de frequentarem as festas realizadas na rua pela FIFA, eventos organizados em vias públicas para concentração de torcedores e a baixa procura por ingressos em comparação a outras copas. O referido estudo salienta ainda uma investigação feita pela DW (2022), que aponta que devido à baixa procura, o Catar distribuiu ingressos para os trabalhadores imigrantes e influenciadores digitais para falarem bem do evento e da administração.

Além das questões relacionadas ao uso do futebol como ferramenta de *soft power* e das controvérsias internas enfrentadas pelo Catar, outro ponto relevante a ser analisado é o contexto geocultural em que o país está inserido. Segundo Almeida e Pereira (2022), o Catar é um país do Oriente Médio, de maioria muçulmana sunita e com o árabe como língua oficial, o que implica lidar com estigmas e generalizações frequentemente atribuídas à região. Guedes, Dias e Sousa (2011) explicam que, após os atentados de 11 de setembro de 2001 e das guerras subsequentes no Oriente Médio, consolidou-se no Ocidente uma visão deturpada da região, frequentemente associada a conflitos, instabilidade e retrocesso. Essa construção estereotipada influenciou diretamente o modo como a Copa do Mundo de 2022 foi percebida. Bennis e Aammari (2023) argumentam que parte da cobertura crítica da média ocidental à realização do evento no Catar extrapolou as questões esportivas, revelando uma postura de boicote velado motivada por preconceitos direcionados não apenas ao Catar, mas a países muçulmanos de forma geral. Nesse sentido, a tentativa do Catar de se projetar internacionalmente através do futebol esbarra também na disputa por narrativas e representações, tornando este estudo de caso relevante para compreender os desafios de um

país do Oriente Médio na construção de uma imagem positiva perante a opinião pública global.

A relevância e a problemática deste estudo podem ser compreendidas a partir de quatro pontos centrais. Em primeiro lugar, destaca-se a ascensão do Catar após o golpe de Estado de 1995, observando como um país pequeno em termos territoriais e populacionais, cercado de vizinhos com recursos financeiros similares ou superiores, buscou firmar-se como um ator internacional relevante. Em segundo lugar, é necessário analisar a reação da comunidade internacional frente a esse crescimento, com especial atenção às controvérsias geradas entre os valores e percepções do Ocidente e as práticas adotadas pelo Estado catari. Em terceiro lugar, entende-se como esse investimento em *soft power* e projeção internacional encontra um de seus principais pilares na utilização estratégica do futebol.

iv. Metodologia e quadro teórico

No que diz respeito à metodologia, por se tratar de um trabalho que analisa acontecimentos de natureza qualitativa no campo das Relações Internacionais, o presente estudo adota uma abordagem interpretativista das Ciências Sociais. Como explica Tuli (2010), essa abordagem privilegia a compreensão aprofundada dos significados, contextos e dinâmicas sociais, em detrimento da busca por generalizações amplas, permitindo uma análise mais detalhada dos fenómenos em estudo. Nesse sentido, opta-se por uma estratégia de estudo de caso centrada no Catar, de forma a captar as especificidades do seu projeto de projeção internacional através do futebol.

Assim, o presente trabalho concentra-se em investigar os objetivos estratégicos do governo catariano ao utilizar o futebol como instrumento inserido num projeto mais amplo de afirmação e projeção internacional. A análise considera as diferentes frentes de atuação do Estado, incluindo o desenvolvimento do futebol a nível doméstico, os investimentos realizados em clubes europeus de grande visibilidade e, sobretudo, o esforço empreendido para sediar a Copa do Mundo FIFA 2022, entendida como o ponto culminante dessa estratégia.

Seguindo o conceito da Ontologia, Guba e Lincoln (1994) ressaltam a posição relativista que há nessa linha ontológica, o que consequentemente também interliga a uma visão

epistemológica interpretativa. O investigador e o objeto de investigação estão interligados de forma interativa, de modo que os "resultados" são literalmente construídos ao longo do processo investigativo, se refletindo por processos sociais, políticos e culturais.

De acordo com Vennesson (2008), o estudo de caso é uma estratégia de investigação baseada na análise empírica aprofundada de um ou de um pequeno número de fenómenos, com o objetivo de explorar a configuração específica de cada caso e elucidar características de uma classe mais ampla de fenômenos semelhantes, contribuindo para o desenvolvimento e a avaliação de explicações teóricas. Neste trabalho, será analisado o Catar e o investimento realizado em diferentes vertentes do futebol como parte da sua política externa. Seguindo essa lógica, por se tratar de uma amostra única, a investigação insere-se numa *small-N analysis*, mais adequada a métodos qualitativos, permitindo lidar com um número reduzido de casos, neste caso, apenas um e um elevado número de variáveis.

Dentre as seis tipologias de estudo de caso definidas por Alexander George e Andrew Bennett (2005), o *disciplined configurative case* é o mais adequado para esta investigação, por se caracterizar pela aplicação de teorias já existentes na explicação da realidade empírica. Nesse tipo de estudo, recorre-se a um arcabouço teórico consolidado, neste caso, a teoria do *soft power*, para compreender os investimentos do Catar no futebol e os seus objetivos estratégicos.

De acordo com Beach e Pedersen (2013), o *process tracing* consiste numa técnica analítica utilizada em estudos de caso que visa a identificar e examinar os mecanismos causais que ligam uma determinada variável explicativa aos resultados observados. Em vez de se limitar à correlação entre variáveis, esse método permite reconstruir, de forma detalhada, a sequência de eventos e decisões ao longo do tempo, analisando evidências empíricas que sustentam cada etapa do processo causal. Dessa forma, o *process tracing* possibilita uma compreensão mais rigorosa das dinâmicas internas de um caso específico, sendo particularmente adequado para investigações qualitativas com um número reduzido de casos.

No que diz respeito às fontes utilizadas, no âmbito das primárias, foram selecionados relatórios oficiais e de organizações não governamentais, tais como a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch, que expuseram elementos fundamentais sobre a imagem internacional do país e denúncias envolvendo violações de direitos humanos. Também foram

consideradas declarações e pronunciamentos oficiais de representantes do governo catari em resposta a essas críticas, bem como fontes diretamente relacionadas ao futebol como a UEFA, a FIFA e a Federação de futebol do Catar, tais como documentos de federações, convocatórias e regulamentos esportivos. Além disso, também foram analisadas notícias de veículos de comunicação relevantes que dialogam diretamente com o estudo de caso proposto. No que se refere às fontes secundárias, recorreu-se a artigos acadêmicos, livros e capítulos de obras especializadas, todos da autoria de pesquisadores reconhecidos nas suas áreas de estudo e cuja produção científica guarda pertinência com a temática investigada.

Para a definição dos conceitos de ontologia e epistemologia utilizados neste trabalho, recorre-se a Furlong e Marsh (2010), que destacam como ambos os termos são amplamente contestados na academia. As questões ontológicas estão relacionadas com a natureza do "ser", ou seja, procuram responder de que forma a realidade pode ser conhecida. Já a epistemologia, segundo os autores, refere-se àquilo que se pode saber sobre o mundo, trata-se, portanto, da teoria do conhecimento.

No que concerne ao enquadramento teórico, desenvolvido por Joseph Nye (1990), o conceito de *soft power* surgiu como uma nova forma de aproximação que os países teriam no plano internacional em um contexto pós-Guerra Fria. Anteriormente, ainda em um período de conflito e tensões oriundas da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, as potências usavam do seu poder coercitivo para impor seus interesses em outros países, ou seja, a força militar ou bélica no geral, o chamado *hard power*. Segundo o autor, o *soft power* seria justamente a oposição a esse conceito antigo, em que ao invés de uma aproximação baseada no uso na força coerciva, a aproximação por atração seria a mais adequada para que os países consigam ter seus interesses realizados dentro da Política Externa. Essa aproximação poderia ocorrer por diversas vertentes desde uma cultural e econômica.

Quando se analisa o Catar e suas práticas voltadas para o aumento do *soft power*, outro termo se mostra pertinente para compreender os efeitos colaterais dessas estratégias, que acabaram por contrariar parte do efeito inicialmente esperado. Brannagan e Giulianotti (2018) introduzem o conceito de *soft disempowerment*, utilizado para descrever situações em que, durante a implementação de estratégias de *soft power*, o país envolvido passa a enfrentar efeitos adversos e contrários aos objetivos inicialmente traçados.

Com base no que foi apresentado, o conceito de *soft power* coincide justamente com a estratégia adotada pelo Catar ao investir no futebol, buscando melhorar sua imagem no plano internacional e demonstrar seu poderio financeiro. Já o conceito de *soft disempowerment* ajuda a compreender os desdobramentos dessa política: enquanto o país utilizava o futebol como uma vitrine para reforçar uma imagem positiva e moderna, a crescente atenção da média internacional acabou por expor diversos problemas internos, como as leis controversas em relação à população LGBT, as acusações de compra de votos para sediar a Copa do Mundo de 2022 e as condições precárias enfrentadas por trabalhadores imigrantes. Assim, embora o esporte tenha sido utilizado como uma ferramenta de projeção internacional, o aumento da visibilidade também abriu espaço para críticas e controvérsias que colocaram em xeque parte dos objetivos de política externa do Catar.

v. Estrutura da dissertação

Essa dissertação está distribuída na seguinte estrutura: no primeiro capítulo abordamos casos antecessores do Catar, em que o futebol foi usado como ferramenta de *soft power* pelos países, sendo em alguns casos também ocorrendo o *soft disempowerment*. No segundo capítulo, o foco é apenas no Catar e todo seu projeto de *soft power*, desde o motivo histórico até as ferramentas utilizadas pelo país além do futebol. No terceiro e último capítulo, foi feito a síntese entre futebol, *soft power* e *soft disempowerment* do Catar, mostrando que isso se no futebol catari em três segmentos: Copa do Mundo de 2022, futebol local e investimento no futebol europeu.

1. Futebol como instrumento de *soft power*

Este capítulo tem por objetivo demonstrar que o ato de usar o futebol como ferramenta de *soft power* não é exclusivo nem pioneiro do Catar. Dessa forma, ao longo do capítulo será discorrido sobre exemplos antigos e atuais de países que utilizaram as mesmas técnicas do governo catari, a fim de criar um panorama geral que justifique a escolha do Catar em investir no futebol.

1.1 Uma perspectiva histórica

O conceito de *soft power* consolidou-se como um marco fundamental no campo das Relações Internacionais, passando a ser amplamente incorporado por formuladores de política externa

em diferentes partes do mundo. A sua atratividade decorre, sobretudo, do fato de apresentar um custo significativamente menor, tanto em termos políticos quanto financeiros, quando comparado ao uso do *hard power* (Stuenkel, 2018).

Com esta difusão e propagação do *soft power* que ocorreu ao longo das décadas de 1990 e 2000, Joseph Nye (2008) aprofundou sua definição e detalhou as formas de operacionalização desse instrumento, estabelecendo as principais fontes de difusão que poderiam ser utilizadas: a política externa, os valores políticos, a alta cultura e a cultura popular. Em todas essas vertentes, o alvo principal não são apenas os governos de outros países, mas também os públicos estrangeiros.

Quando se fala não apenas do futebol, mas de todo o esporte no geral, o natural seria encaixar a prática desportiva na cultura popular. Porém, é importante citar que os esportes também possuem a possibilidade de disseminar valores políticos, especialmente através de agremiações esportivas e de atletas que tenham uma projeção global. Tendo dentro do esporte diversas modalidades praticadas, o futebol se destaca mais devido ao seu alcance internacional, sendo popular em todos os continentes, superando outras modalidades que tem sua popularidade limitada apenas em certos nichos, como por exemplo o basquetebol e o beisebol, que se limitam aos Estados Unidos e alguns países da América Central e da Ásia (Nye, 2009).

Quando se fala na relação geral entre o esporte e a política, é possível traçar essa conexão desde a criação dos grandes megaeventos esportivos internacionais, em especial com a instituição dos Jogos Olímpicos de Verão na Era Moderna (Winter, Balan & Basso, 2021). O simples fato de um evento internacional envolver disputas entre equipes que representavam povos e etnias despertou o interesse dos Estados em utilizar tais competições como forma de autopromoção diante da comunidade internacional. Realizados em ciclos de quatro anos, esses eventos passaram a estimular investimentos significativos na formação e capacitação de atletas, de modo a evidenciar superioridade política, cultural e, sobretudo, ideológica perante outras nações (Mostaro, 2012; Winter, Balan & Basso, 2021).

De acordo com Campos (2023), já na década de 1930, com a ascensão dos regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália, esse uso político do esporte ganhou contornos ainda mais explícitos. Tanto o regime de Adolf Hitler quanto o de Benito Mussolini compreenderam

as competições esportivas como ferramentas estratégicas para a difusão de seus valores e a projeção de seus regimes para além de suas próprias populações, utilizando os megaeventos como vitrine de propaganda no cenário internacional.

Com a chegada de Mussolini ao poder, o regime tinha como parte do projeto de poder penetrar-se em todas as camadas da sociedade italiana, e o futebol foi uma parte importante da política do regime, tanto para questões internas quanto externas. O esporte já tinha uma popularidade alta na Itália na época e o governo se aproveitou disso para fortalecer uma identidade nacional. Um dos pontos centrais dessa relação entre a Itália fascista e o futebol foi através da Carta di Viareggio, elaborada pelo governo em 1926. Esse documento redesenhou a estrutura do futebol no país, implementando a profissionalização do esporte, forçando a entrada de dirigentes fascistas em clubes tradicionais como AS Roma e Fiorentina e a elaboração da Série A, a liga de futebol italiana (Martin, 2018).

Alinhado dessa relação com a sociedade italiana e dos sucessos prévios dos torneios de futebol nas olimpíadas e no primeiro mundial de Futebol realizado pela FIFA em 1930 no Uruguai, a Itália que já havia tentado antes, teria ganhado o direito de sediar a Copa do Mundo de 1934, onde além do objetivo de incrementar um sentimento de união dentro do país, Mussolini viu no torneio a oportunidade de divulgar uma imagem positiva do fascismo através da organização do evento e do futebol jogado pelo time de futebol italiano, tendo sido os *azzuris* (apelido dado a seleção) campeões desta edição, da edição seguinte de 1938 realizada na França e das Olimpíadas de Berlim em 1936 (Leiva, 2012).

Ao tratar dessa Copa do Mundo realizada na Itália em 1934, Matsaridis e Kaimakamis (2012) reiteram que, além do dinheiro investido pelo regime fascista na estrutura, tudo foi perfeitamente arquitetado para mostrar uma Itália grandiosa ao mundo. Enquanto as imagens cinematográficas não eram tão comuns na época, o regime usou 15.000 metros de filme para registrar os jogos e as cidades sedes durante a Copa do Mundo, foram impressos aproximadamente 100.000 cartazes, 300.000 cartões e um milhão de selos para o torneio, promovendo materiais que reforçavam a relação da Itália com o fascismo. Os jornais na época também foram peça-chave na propaganda fascista, com chamadas apelativas para atrair a atenção do público. Os autores também reforçam como a escolha das cidades sedes também

foi calculada, selecionando cidades que pudessem passar uma imagem suntuosa, como por exemplo: Milão, Florença e Bolonha.

Após a Copa do Mundo de 1934, as Olimpíadas de 1936 realizadas em Berlim contaram com uma competição de futebol entre seleções mundiais com certa relevância após a Copa do Mundo. Diferentemente da Itália, a Alemanha Nazista nunca apresentou resultados significativos no futebol. Porém, assim como no país vizinho, o regime nazista também passou a controlar o futebol no país, e dessa vez viu nas competições futebolísticas uma ferramenta diplomática, fortalecendo relações com outros países, visto que haviam saído da Liga das Nações em 1933 (Leiva, 2012).

Assim como demonstrado na realização da Copa de 1934, os nazistas também investiram nas Olimpíadas de 1936 como peça de propaganda estatal, promovendo uma boa imagem do nazismo perante a comunidade internacional. Temendo boicotes, que chegaram a ser organizados por países como Espanha e Estados Unidos devido ao tratamento que o regime prestava à comunidade judaica e a responsabilidade que o país tinha após a Primeira Guerra Mundial. A ordem do partido Nazista era passar uma visão de normalidade; assim, as restrições de acesso a lugares públicos impostas aos judeus foram removidas durante o evento, e a ordem para hotéis, restaurantes e oficiais do governo eram de tratar todas as delegações bem, independentemente de sua cor, raça ou etnia (Mostaro, 2012; Ricken, 2020).

Mesmo querendo mostrar a ideia de ser um país receptivo a outras culturas, o governo também possuía como objetivo disseminar ideais de superioridade ariana, um dos pilares da ideologia nazista, para o resto do mundo, bem como dentro da estrutura havia também a valorização do chamado corpo perfeito. Durante os jogos, o regime alinhou esses dois pilares e mobilizou atletas para as competições esportivas a fim de mostrar a superioridade ariana através dos esportes (Cody, 2016).

O caso alemão de 1936 acrescenta uma dimensão importante à análise: a tentativa deliberada de gerir o *soft disempowerment* antes que ele se materializasse. Ao remover temporariamente as restrições impostas aos judeus durante os Jogos, o regime nazista não estava a abandonar os seus princípios, estava a reconhecer que a visibilidade internacional criava uma vulnerabilidade normativa que precisava de ser controlada. Esta gestão preventiva da imagem é, em si mesma, uma evidência do mecanismo que Brannagan e Giulianotti (2018)

descrevem que o Estado autoritário sabe, antecipadamente, que a exposição global o coloca sob padrões normativos que não controla totalmente. A diferença entre o caso alemão e o catari reside precisamente na eficácia dessa gestão: enquanto em 1936 o regime conseguiu, temporariamente, suspender a visibilidade das suas contradições internas, o Catar, em 2022, não dispunha dos mesmos instrumentos de controle informacional num contexto de média globalizados e redes sociais, o que tornou o *soft disempowerment* ainda mais difícil de conter.

Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Copa do Mundo de futebol continuou desempenhando um papel relevante como ator importante no campo político, econômico e social para quem tinha o direito de sediar e para seus participantes (Rinke & Schiller, 2014).

Nos anos 70, o Brasil vivia sobre o regime militar, mais especificamente entre 1968 e 1974, sobre as presidências de Costa e Silva e Emílio Médici. O país viveu um contraste entre o chamado “Milagre econômico” e os "Anos de chumbo”, em que mesmo com o país apresentando resultados positivos na economia e o surgimento de grandes obras de infraestrutura, aumentou-se a repressão aos presos políticos e a qualquer oposição ao regime (Nascimento, 2022). Antes do período militar, o futebol – sendo um esporte praticado tanto pela elite quanto pelas classes populares – já havia sido explorado pelo regime de Vargas no Estado Novo para a construção de uma identidade nacional. O objetivo era dar ao povo algo que fomentasse um sentimento de pertencimento em ser brasileiro (De Freitas & Trigo, 2019).

Com a realização da Copa do Mundo de 1970 no México, o regime aproveitou o evento e a seleção brasileira, que havia vencido duas das últimas três edições, para a realização de uma campanha de caráter patriota no país, com *slogans* e músicas que incentivaram os atletas durante a campanha. Com o título da competição que seria o tricampeonato mundial da seleção brasileira, o governo Médici tenta associar a conquista do time com os avanços econômicos do seu governo, associando o sucesso do país com a de jogadores mundialmente conhecidos como Pelé e Jairzinho (Batista & Souza, 2021).

A relação entre o regime militar e a copa de 1970 ilustra uma variante particular do *soft power* futebolístico: a tentativa de transferir o prestígio simbólico de uma seleção para a legitimidade de um regime. O governo Médici não investiu diretamente no futebol, apropriou-se de um sucesso desportivo que já existia, instrumentalizando-o para fins de propaganda interna e projeção externa. Essa distinção é analiticamente relevante porque revela os limites

dessa estratégia: o *soft power* derivado de um sucesso desportivo é frágil, pois depende de resultados que o Estado não pode garantir. Mais importante ainda, a associação entre o tricampeonato e o milagre económico tornou o regime simultaneamente mais visível e mais exposto; os mesmos jornalistas estrangeiros que cobriam a conquista brasileira no México tinham acesso ao discurso dos exilados políticos que denunciavam a repressão. O futebol abriu uma janela para o mundo, mas o Estado não controlava o que o mundo via através dela. É precisamente esta lógica – a de que a visibilidade não é seletiva – e que fundamenta o conceito de *soft disempowerment* e que se manifestará, de forma ainda mais intensa, no caso catari de 2022.

Não foi só o regime militar brasileiro que tentou utilizar o futebol como instrumento de *soft power*, Batista e Souza (2021) apontam que, além do país lusófono, na América Latina, em outros dois países que passaram por situações políticas semelhantes, a Argentina e o Chile, o futebol também teve um papel importante para a política externa. Após 20 anos do peronismo, a Argentina, em 1973, tinha pela primeira vez um presidente democraticamente eleito. Porém, em um espaço de três anos, os quatro governos que estiveram no poder enfrentaram diversas crises políticas e um ambiente caótico generalizado pelas ruas das cidades argentinas, que culminaram na queda de Isabela Perón (Mainwaring, 2024).

Em 24 de março de 1976, a Junta Militar Argentina (1976) emite o *Acta para el proceso de reorganizacion nacional,* que confirma a tomada de poder dos militares. O documento apresenta resoluções definidas pelos três comandantes das forças armadas: Rafael Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti. Foram destituídos do cargo o presidente e vice-presidente anteriores e de governadores e vice-governadores das províncias. As medidas decretadas pelo novo governo no documento afirmavam que o objetivo era o de estabilizar o país em diversos campos, como por exemplo político, social e econômico. Criada pelo pelo presidente Raúl Alfonsín, que sucedeu os militares em 1983, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (1984) elaborou um documento contando relatos e documentos de inúmeras violações dos direitos humanos cometidas pelos militares durante os 7 anos da junta, desde homicídios até torturas e sequestros.

Desde o 35º congresso da FIFA no Reino Unido em 1966, e confirmado pela própria entidade em 1974, quando já passava por problemas sociais e políticos após a morte de Juan

Perón, a Copa já estava prevista para acontecer na Argentina em 1978. Documentos de dentro da Federação em Zurique tratavam sobre a troca de informações entre a FIFA e a Federação Argentina de Futebol sobre a organização do torneio. Dentre os documentos, uma carta de um membro do alto escalão da FIFA a um jornalista argentino, pouco tempo após o golpe militar, demonstrou otimismo com o novo regime e com a organização do torneio, mas também cautela com a mesma, justamente pela transição política que ocorria no país. (Magalhães, 2019).

Com a junta já no poder, houve uma forte resistência por parte de alguns membros do regime se a realização da Copa em 1978 seria benéfica para o país, pois toda a organização envolvia altos custos financeiros para a estrutura e para a divulgação do torneio e a Argentina atravessava um momento de reconstrução financeira. José Martinez de Hoz, ministro da economia na época, garantiu que o país não tinha condições de sediar um evento de tamanha importância. Chegou-se a um consenso ainda em 1976, com a criação do Ente Autárquico Mundial 78, órgão que tinha total controle e liberdade dos gastos que achassem necessários para a Copa do Mundo, como por exemplo, a construção de 3 novos estádios e as reformas em outros três (Magalhães, 2014).

Um dos benefícios que os militares enxergaram na realização do Mundial foi o de limpar a imagem do país e do regime, então associados às denúncias de violações de direitos humanos contra opositores. Documentos resgatados pela *Comisión Provincial por la Memoria* (s.d.) revelam como a *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPPBA) atuou para conter qualquer tentativa de boicote ou repercussão negativa que atingisse a Copa do Mundo e o governo militar. Esses registros mostram que o órgão de inteligência monitorava a ação de exilados opositores que buscavam denunciar internacionalmente as violações cometidas pelo regime. Além disso, indicam uma vigilância especial sobre a cobertura da imprensa estrangeira, especialmente de jornalistas europeus, que observavam atentamente a situação interna da Argentina, antes e durante o torneio.

Os militares lidaram com a questão da pressão internacional sobre o governo e as acusações de violações dos direitos humanos alegando “subversão externa” e de que estariam sendo alvos de uma chamada “campanha anti-argentina”. Os militares viram então, na realização da Copa do Mundo, uma forma de legitimar o governo, e foram além, pois era

importante a vitória da Argentina no torneio a fim de que os militares pudessem mostrar ao mundo uma propaganda positiva do país em meio às acusações internacionais (Magalhães & Cordeiro, 2016, p. 6).

Já durante a Copa do Mundo, a seleção argentina sagrou-se campeã do torneio com uma trajetória marcada por polêmicas envolvendo supostos escândalos de manipulação de arbitragem. No último jogo antes da final, contra o Peru, o jogo dos argentinos acabou sendo marcado para acontecer posteriormente ao de seus adversários direto pela vaga, a seleção do Brasil. Os argentinos entraram sabendo que necessitariam vencer a partida com pelo menos quatro gols de diferença, e assim fizeram, vencendo o jogo contra os peruanos com um placar de final de 6x0 e avançaram para a decisão do torneio. O jogo foi marcado por uma visita do Presidente argentino Jorge Rafael Videla e do Secretário de Estado norte americano Henry Kissinger à equipe peruana antes do jogo. Já na final contra a seleção dos Países Baixos, um jogo que foi marcado por atrasos das equipes e pressões sobre arbitragem, a Argentina venceu a copa levando o país a um clima de euforia pelas ruas após a conquista (Fernandes, 2023).

Pode-se empreender uma análise comparativa entre a Copa do Mundo de 1978 e de 2022, o caso histórico mais próximo do modelo catari, tanto nas motivações quanto nos efeitos. À semelhança do Catar, a junta militar argentina enfrentava denúncias internacionais de violações de direitos humanos e viu no megaevento uma oportunidade de reposicionamento de imagem, assim como investiu em infraestrutura, controlou a narrativa mediática e procurou associar o sucesso desportivo à legitimidade do regime. Semelhantemente, também, esse esforço produziu resultados paradoxais: a visibilidade internacional gerada pelo torneio não silenciou as denúncias, mas as amplificou. Os exilados argentinos que organizavam campanhas de boicote na Europa ganharam uma plataforma mediática que nunca teriam obtido sem a Copa. A DIPPBA, ao vigiar jornalistas estrangeiros e monitorizar movimentos de oposição, confirmava, pela sua própria existência, que o regime reconhecia a vulnerabilidade normativa criada pela exposição global. Este padrão em que o investimento em visibilidade internacional se converte num mecanismo de amplificação das contradições internas é exatamente o que Brannagan e Giulianotti (2018) definem como *soft disempowerment*, e a sua recorrência histórica sugere que, no caso do Catar, não se trata de uma falha de estratégia, mas de uma consequência estruturalmente inevitável deste tipo de abordagem.

No Chile, o futebol é o esporte mais popular do país e a seleção de futebol nacional também sempre tem um apreço muito forte da população local. Mesmo não tendo em sua trajetória esportiva títulos relevantes, o laço entre a comunidade e a equipe de futebol sempre foi ligado por ser um espelho de um povo humilde e trabalhador (Vilches Parra, 2016). Em 1973, no dia 11 de setembro, militares chilenos liderados pelo General Augusto Pinochet bombardearam o Palácio de la Moneda, assassinando o presidente democraticamente eleito Salvador Allende e instalando uma ditadura militar sob o comando do próprio Pinochet que duraria até 1990 (Mendes, 2013).

Assim como em outras camadas e estruturas da sociedade chilena, o futebol também teve forte intervenção do governo de Pinochet. Calderón (2022) disserta sobre como o regime dos militares interferiu no futebol do país, inicialmente na nomeação de um general aliado para a Associação Central de Futebol do Chile (ACF) em 1975. Em seguida, em 1976, intervindo diretamente na eleição realizada dentro do Colo-Colo, clube de futebol mais popular do país e na criação de clubes de futebol em regiões mais afastadas, como forma de unir e controlar as populações locais, como por exemplo o Cobreloa em 1977. No que toca às relações internacionais, o autor cita o episódio ocorrido nas eliminatórias para a Copa de 1974, onde o Chile deveria enfrentar a União Soviética para que se decidisse quem ficaria com a vaga. Porém, a seleção soviética recusou a jogar a partida no Estádio Nacional do Chile devido à suspeita de que o lugar era palco de torturas contra prisioneiros políticos. Com a ausência da União Soviética, os 11 jogadores do Chile entraram para o jogo sem nenhum rival, chutando bolas em direção a um gol vazio.

O regime chileno viu na realização desse jogo contra a União Soviética, e na recusa da mesma, uma maneira de difundir ideais que estavam atrelados aos governantes da época, como o nacionalismo e o anticomunismo, que consequentemente afastaram os ideais de esquerda que estavam presentes no governo anterior de Salvador Allende (Batista & Souza, 2021).

Uma outra situação que envolveu a União Soviética, a diplomacia e o futebol também já havia ocorrido anteriormente, só que na Espanha. De acordo com Simón (2023), em 1959, o vice-presidente do Real Madrid na época alertou sua preocupação sobre o nível do futebol espanhol, visto que no ano seguinte haveria uma partida contra a União Soviética. O regime

franquista temia que uma possível derrota ao disputar uma partida contra os soviéticos em estádio espanhol teria uma reação negativa do público local. Foi especulado um amistoso entre o Real Madrid e o Dynamo de Moscou a fim de ser um evento teste antes da partida, porém não houve amistoso e a Espanha decidiu não jogar contra a União Soviética. Posteriormente, em 1964, a situação acabou se invertendo: a Espanha vencia a União Soviética na final da Copa das Nações Europeias em pleno Estádio Santiago Bernabéu e conquistava o título daquela edição do torneio. Simón (2023) menciona a percepção do que houve no regime franquista com o futebol e com a seleção espanhola. Enquanto em 1960 o temor de derrota para a União Soviética causaria uma má reputação, a vitória sobre a mesma e, consequentemente, o título do torneio de seleções europeu quatro anos depois foi visto como uma vitória do franquismo, da grandeza do regime e do sucesso espanhol para toda a Europa.

1.2 Casos atuais

O presente subcapítulo irá dissertar sobre casos ocorridos recentemente, ao longo do século XXI em que o futebol foi utilizado como uma ferramenta de *soft power*, seja por regimes autoritários ou até por democracias, seja por eventos de futebol ou equipes nacionais e estrutura local. O objetivo deste subcapítulo é expor outros casos que se assemelham ao projeto do Catar que consequentemente justificam os esforços do governo catari.

Com a virada para o século XXI e o avanço da globalização, o esporte e os eventos esportivos em geral continuaram um processo que vinha sendo delineado desde as décadas de 1980 e 1990. O desenvolvimento da televisão e de outros veículos de comunicação avançou paralelamente à expansão das transmissões de competições esportivas, ampliando significativamente o alcance desses eventos (Horne & Manzenreiter, 2006).

Tanto a mídia quanto as empresas perceberam o potencial dessa crescente audiência, o que levou a um aumento substancial nos investimentos direcionados às equipes e às competições. Essa atenção global, por sua vez, atraiu o interesse dos Estados, que passaram igualmente a investir de forma mais intensa nas competições e nos próprios atletas, reconhecendo o potencial estratégico e simbólico que o esporte poderia oferecer no cenário internacional (Nauright, 2004).

Outra mudança no século XXI que refletiu nos esportes e nos eventos esportivos foi o deslocamento do poder econômico e mundial antes focado nos Estados Unidos e na Europa, o chamado Norte global, para o chamado Sul Global, com países como China, Rússia e Brasil, que pertencem ao bloco BRICS, visando justamente, entre outros fatores, o *soft power*. Dentro desse bloco econômico, a China foi o primeiro país desse grupo a apostar no esporte e nos megaeventos esportivos com a realização da Jogos Olímpicos de verão realizados no ano de 2008 em Pequim, a África do Sul em 2010 sediou a Copa do Mundo de Futebol, sendo o primeiro país do continente africano a conseguir tal feito, o Brasil sediou 2 grandes eventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, a Rússia também sediou 2 eventos, os Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi no ano de 2014 e a Copa do Mundo de Futebol de 2018 (Bettine, 2024).

A China nunca apresentou resultados expressivos no esporte durante o século XX, tendo sua federação de futebol sido criada em 1924 e filiada à FIFA em 1931. O país, até a edição de 2026, se qualificou apenas para a edição de 2002, em que os países-sede eram o Japão e Coreia do Sul, potências regionais que se classificaram automaticamente para o torneio, facilitando a ida da seleção chinesa. O fraco desempenho do país se deve muito pelos fatores políticos e sociais que os chineses atravessaram durante o século, junto do isolacionismo internacional no período pós-revolução e a burocratização presente nos esportes. A partir da criação da primeira liga profissional em 1994, mudam-se os rumos do futebol no país, e o Partido Comunista abre o esporte para o investimento privado, sendo o futebol o primeiro esporte a ser “ocidentalizado” no país. As equipes da principal liga do país passaram a ser clubes independentes comandadas por grandes empresas chinesas (Connell, 2018).

Após a conclusão dos Jogos Olímpicos de verão em 2008, o presidente chinês da época, Hu Jintao, desejou que a China não queria apenas que seu país se estabelecesse como uma potência para a sediação de grandes eventos esportivos, mas também como uma potência esportiva global (Junio & Rodrigues, 2017).

Mais a frente, o seu sucessor, Xi Jinping, apresentou o Plano de Desenvolvimento do futebol a médio e longo prazo (2016). O objetivo principal desse plano era tornar a China uma

superpotência do futebol, passando por três objetivos de Copa do Mundo, que consistia em voltar a disputar a fase final do torneio, sediar um dos torneios e por fim conquistar a Copa.

A partir de 2010, o investimento em futebol começou a ser perceptível na sua principal liga de futebol, a *Chinese Super League* (CSL). Jogadores e treinadores renomados no futebol passaram a atuar na China por valores considerados altos no mercado futebolístico, como por exemplo: os brasileiros Ramires, Paulinho e Hulk, o colombiano Jackson Martinez e os senegales e marfinense, Demba Ba e Gervinho. Destaque para a contratação do meio-campo brasileiro Oscar, por quem, em dezembro de 2016, o Shanghai SIPG desembolsou aproximadamente 70 milhões de euros, sendo considerado na época uma das 15 contratações mais caras do futebol (Boas & Santos, 2025).

A ponto de destacar o poderio financeiro das equipes chinesas, o Guangzhou Evergrande, uma das equipes da CSL e heptacampeão chines consecutivo entre 2011 e 2017, se destacou como a 4ª maior potência financeira do mundo no ano de 2018. Na classificação, a equipe ficou na frente de clubes europeus tradicionais como o Real Madrid. A equipe chinesa contava como um dos donos na época da Evergrande, empresa do ramo imobiliário que injetou milhões na equipe (Soccerex, 2018).

Porém, em estudo realizado por Chen e Rocha (2022), esse investimento maciço na liga de futebol não se refletiu na seleção de futebol local, um dos maiores objetivos desse investimento por parte do governo chines, mesmo com as regras impostas pela Confederação Chinesa de futebol para que as equipes da CSL e as que quisessem subir para a liga principal tivessem que separar 15% de seu orçamento em ligas inferiores, nas categorias de base das equipes e cotas para jogadores sub-23 nas equipes profissionais, com o objetivo de fortalecer os jogadores chineses e consequentemente, sua seleção nacional.

No ranking da FIFA (2025), divulgado no 20 de novembro de 2025 para seleções de futebol masculina, a China aparece na posição de 93ª de 210 seleções, sendo a 14ª entre as seleções que pertencem à Confederação Asiática de Futebol, ficando atrás de seleções como por exemplo Uzbequistão, Síria e Bahrein. Mesmo apresentando uma subida de 3 posições em relação ao ano anterior, a seleção chegou no máximo na 37ª posição geral, no ano de 1998 (FIFA, 2025).

A África do Sul passou boa parte do século XX, desde a chegada do Partido Nacional em 1948, sob um regime de Apartheid, em que a sociedade sul-africana era segregada entre brancos europeus e pessoas de cor, sendo esse regime vigente até a eleição de Nelson Mandela em 1994. Durante o período do Apartheid, a África do Sul sofreu um isolamento internacional em inúmeras organizações internacionais, dentre estas a FIFA (Reis & Teixeira, 2017).

Trazido pelos colonos britânicos, o futebol na África do Sul foi um reflexo da segregação racial presente no país, sendo a primeira federação de futebol do país formada em 1892, a *Football Association of South Africa* (FASA), destinada exclusivamente a brancos. Em 1903 foi formada a *South African Indian Football Association* (SAIFI) para que os indianos que residiam no país praticassem o esporte. Já em 1933, é fundada a *South African Bantu Football Society*, feita inicialmente para os negros. Porém, em 1936, a *South African Coloured Football Association* (SACFA) foi formada oficialmente para que pessoas negras e mestiças praticassem o futebol no país. Já sobre o regime de apartheid em 1953, a África do Sul, juntamente com Etiópia, Sudão e Egito, participou do congresso da FIFA do mesmo ano e posteriormente os mesmos países formaram a Confederação Africana de Futebol (CAF). Em 1957, a situação interna do país começa a esbarrar no futebol sul-africano, quando o país foi desclassificado da primeira Copa Africana de Nações realizada no Sudão, devido às suas políticas discriminatórias, e foi expulso da CAF logo em seguida. O país também foi suspenso pela FIFA pelo mesmo motivo em 1964 e expulso em definitivo pela entidade no ano de 1976. O país só voltou a participar do quadro de membros da FIFA após a soltura de Nelson Mandela em 1992, durante o congresso da entidade em Zurique (Moll, 2017).

Durante esse período pós-apartheid, no início da década de 90, o presidente recém-eleito Nelson Mandela (2000) enxergou nos esportes uma vitrine diplomática para o novo governo da África do Sul. O ex-presidente encarava as competições esportivas como uma ferramenta de comunicação eficaz no mundo contemporâneo e destacou a capacidade do esporte em mudar o mundo, inspirar e unir pessoas em seu discurso no World Sports Awards no ano 2000.

Dentro dessa política de esporte como *soft power* sulafricano, um caso mais emblemático citado por Nygard e Gates (2013) foi a Copa do Mundo de Rugby em 1995.

Mesmo sendo um esporte, que dentro do contexto social sul-africano, foi ligado à elite branca do país, Mandela fez uso da seleção sul-africana de rugby na competição como uma maneira de unificar um país que se encontrava dividido social e culturalmente. O resultado foi além do esperado com a vitória sul-africana no torneio, servindo como um mecanismo para a reconciliação e integração nacional de um país que estava historicamente dividido.

No ano seguinte, foi a vez do futebol, com a vitória sul africana na Copa Africana de Nações em 1996, também sediada no país, que se sagrou campeã do torneio pela primeira vez sobre a Tunísia. Tanto a Copa Africana das Nações quanto a Copa do Mundo de Rugby em 1995 e 1996 serviram para o país construir sua nova identidade nacional (Bolsmann, 2011).

Além da questão de apagar a imagem do Apartheid, a África do Sul também tinha dois objetivos como parte de um projeto de influência regional maior dentro da sua política externa. Com a realização da Copa do Mundo de 2010, o país queria ser o representante africano na competição e ser uma imagem da África. Essa estratégia foi também uma maneira de criar um sentimento de responsabilidade para cima das organizações internacionais, devido à desigualdade presente entre os continentes (Cornelissen, 2013).

Na escolha para a sede de 2006, mesmo que um país africano não tenha sido escolhido, Joseph Blatter, presidente da FIFA na época, garantiu que na escolha da sede seguinte seria um país do continente africano através da política de rodízio de continentes na realização da Copa do Mundo (The Guardian, 2000).

Quando se fala da utilização do futebol em contexto de política externa na Rússia, cabe destacar que, desde a época da União Soviética, o regime comunista já enxergava no esporte uma ferramenta de interesse próprio. Inicialmente, a ideia dos bolcheviques era se distanciar do que chamavam de esporte internacional burguês e focar na prática esportiva apenas dentro da União Soviética. Porém, após o dinamismo que o cenário global presenciou nos anos 30, o esporte passou a ser visto como uma forma do país ampliar seu prestígio internacional e divulgar os valores comunistas por todo o mundo. O futebol, por ser um esporte em que a União Soviética era forte, foi uma das principais ferramentas de diplomacia cultural na relação com seus vizinhos (De Jesus, 2010).

Uma década após a dissolução da União Soviética, a Rússia passou a usar o *soft power* nos anos 2000 e adotou, em 2013, uma nova doutrina política externa com o foco no *soft power* nas suas ações geopolíticas. Os primeiros alvos dessa política foi o espaço que anteriormente era da União Soviética, no qual a presença da influência russa era marcante em aspectos socioculturais, e o foco foi o de manter regimes que fossem a favor dos interesses de Moscou, o chamado "mundo-russo", especialmente após sucessivas revoluções "coloridas" dentro dessa zona de influência no início do século XXI, como por exemplo na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão em 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Outra necessidade vista pelos russos do uso do *soft power* foi em um contexto muito maior do que os países que formavam a União Soviética, pois, após a invasão da Geórgia em 2008 e as acusações de fraude nas eleições parlamentares de 2011 e das presidenciais em 2012, o Kremlin precisava mudar a imagem de que a Rússia era um país agressivo e antidemocrático para o resto do mundo, e em especial para atores internacionais importantes para o país como a União Europeia (Sergunin & Karabeshkin, 2015).

Além de procurar amenizar a imagem internacional da Rússia, Wolfe (2016) e Castro (2018) destacam que, sobretudo no que diz respeito à realização dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, em 2014, o governo russo pretendia apresentar ao mundo uma Rússia forte e unida, uma potência global semelhante à forma como a antiga União Soviética era reconhecida. Essa estratégia de projeção positiva estava particularmente relacionada ao contexto interno conturbado vivido pelo país após inúmeras manifestações contra o governo ocorridas no biênio de 2011 e 2012.

Com a escolha da Rússia para sediar a Copa do Mundo de 2018, seguiu-se a lógica adotada com os Olímpicos de Inverno em 2014, que mostram como eventos esportivos estão presentes na política externa russa. A vontade de sediar esse torneio coincide com o objetivo do presidente russo Vladimir Putin de reforçar a legitimidade do governo e mostrar que, mesmo com as sanções e o isolamento diplomático, o país ainda estava em um patamar de grandes atores internacionais (Castro, 2018).

Quando se fala da Rússia realizando um torneio tão importante e de dimensões mundiais como a Copa do Mundo de Futebol, organizações internacionais de direitos humanos como a Human Rights Watch (2017) realizou investigações a fim de denunciar as

más condições de trabalho para os operários que estavam trabalhando na construção dos estádios do evento e na infraestrutura das cidades sedes. Além disso, o Article 19 (2018), após o jogo de abertura da Copa, chamou a atenção para ações do governo russo que demonstraram a situação de discriminação perante a comunidade LGBT. Dentre os pontos levantados, a proibição da chamada "propaganda homossexual", banimento de marchas e demonstração LGBT, perseguição a ativistas da causa, além do caso da Chechenia, onde havia denuncias de haver um campo de concentração para homens suspeitos de serem gays. Em carta de autoria da FIFA (2017) direcionada a organizações preocupadas com o caso na Chechênia, a entidade assume a responsabilidade em qualquer situação que relacione seu evento a discriminação e liberade de imprensa. Reconhece e condena o que era reportado na região russa, mesmo não sendo diretamente ligado ao torneio ou à entidade e reforça a adoção de medidas anti discriminatórias e de garantia de liberdade de imprensa durante o torneio.

Essas questões que envolvem as ações da Rússia diante aos direitos humanos foram um empecilho forte para o país em relação à sua imagem, visto que Rocha e Wyse (2020) concluíram que a associação da Rússia com megaeventos não melhorou essa imagem, sendo não só a Copa do Mundo mas também as Olimpíadas de Inverno ineficazes para um país com um histórico controverso.

Vale ressaltar que, a nível doméstico, o fato de a Rússia ter sediado o torneio mostrou-se benéfico para os interesses do governo russo a nível nacional, justamente por ter tido uma boa resposta da população russa. Porém, a nível internacional, como ferramenta de *soft power*, ações do país que foram além do futebol, como a invasão da Crimeia em 2014 e as questões que envolvem os direitos humanos, enfraqueceram a narrativa russa e seus projetos de política externa (Wolfe, 2020).

O caso russo constitui o antecedente mais direto do modelo catari e é essencial para compreender por que o *soft power* pode gerar *soft disempowerment* como consequência estrutural, e não como falha de execução. A Rússia investiu na Copa de 2018 para reposicionar a sua imagem após a anexação da Crimeia em 2014 e as sanções internacionais. A lógica era clara: um megaevento bem organizado poderia atenuar a narrativa negativa dominante. No entanto, tal como nos casos da Argentina em 1978, do Brasil em 1970 e do Catar em 2022, a

Rússia subestimou que a visibilidade global não é controlada unilateralmente. Ao atrair a atenção internacional, também expôs práticas internas, como as condições de trabalho, a legislação anti-LGBT e a situação na Chechénia, que ganharam destaque mediático. Segundo Brannagan e Giulianotti (2018), o *soft disempowerment* surge da discrepância entre a imagem projetada e a realidade interna, algo difícil de ocultar num ambiente mediático globalizado. Para o Catar, o caso russo já funcionava como um aviso que acabou por ser ignorado.

No Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que culminou na chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, o país passa por uma ascensão global devido ao seu avanço econômico e social alinhado ao fato de ser um país democrático. Nesse bom momento vivido pela nação sul-americana, o governo aproveitou o seu capital político e buscou no cenário internacional medidas que seriam de interesse para o Brasil. Dentre essas medidas, o país buscava uma reforma do sistema global para assemelhar-se com os atores emergentes do século XXI, como, por exemplo, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para tal feito, o governo petista, tanto com Lula quanto durante o governo Dilma, apostou no *soft power* brasileiro. Uma das ferramentas vistas como forma positiva foi a dos esportes, especificamente o futebol brasileiro, que era um elemento cultural estratégico para o país estabelecer e promover uma imagem positiva e enaltecer o Brasil e sua credibilidade e força no mundo (Castro, 2013).

A escolha para o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2014 foi importante para esse objetivo, devido à exposição mundial que um evento desse tamanho traria, ajudando a passar o Brasil de uma potência regional para uma potência global. Vale ressaltar que o país já havia sediado os jogos Pan-Americanos em 2007, o Rio +20 em 2012 e ainda sediaria, dois anos depois, os Jogos Olímpicos de Verão em 2016 (Grix & Lee, 2013).

Durante a organização do torneio, controvérsias sobre a preparação, que afetaram o governo brasileiro surgiram. No ano de 2013, manifestações populares estouraram por todo o país. Os manifestantes estavam descontentes com os gastos excessivos para construção dos estádios e para a investimento na infraestrutura da Copa do Mundo, enquanto a população local ficava deixada de lado em gastos essenciais para o cotidiano. Além disso, outros temas indiretamente ligados ao evento como por exemplo a corrupção e a brutalidade policial foram levados à tona pelas manifestações, culminando em uma revolta popular no país. Um exemplo

de grande manifestação foi uma realizada um mês antes da copa na cidade de São Paulo, quando milhares de manifestantes protestaram contra o mau uso de dinheiro público, sendo mobilizado a Polícia e o Exército para o protesto (Fox & Pike, 2024).

Diante desse cenário, aos olhos da comunidade internacional, o *soft power* brasileiro foi afetado durante a realização da Copa do Mundo em 2014. Por mais que houvesse pontos positivos, como a diversidade cultural e a hospitalidade brasileira, as manifestações expuseram para os olhos estrangeiros a violência ocorrida nos protestos somado às carências estruturais que o país enfrentava (Almeida & Gutierrez, 2018).

Dentro do Oriente Médio, outros países, além do Catar, apostaram no uso do futebol como ferramenta de *soft power*. Tanto a Arábia Saudita quanto os Emirados Árabes Unidos viram na visibilidade da modalidade esportiva uma maneira de alcançar seus objetivos na política externa (Schatz, 2024).

A Arábia Saudita (2023) divulgou a Visão 2030, um projeto que definiu projetos futuros de investimento para o país em diversas áreas consideradas estratégicas. Os esportes estão presentes na visão geral do projeto pela importância na saúde da população. Também é destacado que eles almejam estar entre os destaques mundiais em seletas modalidades.

Mesmo não citando diretamente o futebol na visão geral do projeto, o Reino da Arábia Saudita (2023), em documento que mostrava o panorama divulgado anualmente de investimentos no ano de 2023, destaca a vontade de sediar a Copa do Mundo de futebol em 2034 e o investimento em facilidades esportivas em três clubes de futebol do país: o Al Fateh, Al Shabab e Al Ettifaq.

Desde 2021, a principal liga de futebol do país, a Saudi Pro League (SPL), passou por uma transformação, desde que o fundo de investimento saudita (PIF) adquiriu 75% dos quatro maiores clubes do país: o Al Ahli, Al Hilal, Al Ittihad e o Al Nassr. Essa injeção de dinheiro nos clubes possibilitou contratações de peso que chamaram a atenção de todo o mundo, como por exemplo Cristiano Ronaldo, Karim Benzema, Neymar, além de outros. Além do futebol doméstico, também foram feitos investimentos externos no futebol pelo PIF, com a aquisição do clube inglês Newcastle United. Esses investimentos não demonstram ser por uma viabilidade financeira imediata, mas sim alinhados com a Visão 2030 do governo saudita. Esse

projeto tem como objetivo de atrair interesse estrangeiro no país e a promoção de uma imagem melhorada da Arábia Saudita, principalmente devido a questões relacionadas aos direitos humanos ligadas à monarquia saudita (Bataineh et al., 2025).

O governo dos Emirados Árabes Unidos (2017) anunciou o Estratégia de Soft Power dos Emirados Árabes Unidos. O projeto tinha quatro objetivos principais: desenvolver uma direção unificada para setores, como economia, humanidades, turismo; promover a posição dos Emirados como um portal de entrada para a região; estabelecer o país como uma capital regional de cultura, arte e turismo e consolidar sua reputação como um país moderno e tolerante, que acolhe pessoas de todas as partes do mundo. Para estes objetivos, um dos pilares para o seguimento deste projeto é a diplomacia cultural e mediática.

Dentro dos Emirados Árabes Unidos, o país é formado por Emirados distintos que se constituem em um Estado. Mesmo todos respondendo como um só país, entre os Emirados há autonomia para decisões e investimentos. Dentre os sete Emirados, os Emirados de Abu Dhabi e Dubai lideram a posição do país no sistema internacional contemporâneo com os investimentos e capacidade de decisão política (Ulrichsen, 2016).

No emirado de Abu Dhabi, onde está localizada a capital, em 2008 o Abu Dhabi United Group, fundo de investimentos liderados por Mansour bin Zayed Al Nahyan, adquirem o Manchester City, modesto clube do Reino Unido e transforma o clube em um dos mais fortes do futebol inglês (Pollard, 2016).

O Manchester City foi o primeiro de um conglomerado de clubes de futebol ao redor do mundo, como por exemplo o New York City dos EUA e o Mumbai City da Índia, chamado City Football Group, também tendo o Abu Dhabi United Group como dono majoritário. Além do prestígio internacional de ser dono de um clube da Premier League, essa integração do país com o futebol se deve muito ao dinheiro que se movimenta dentro do universo futebolístico. O lucro obtido com os clubes de futebol, principalmente do Manchester City, gera uma influência dentro de diversos segmentos nas instituições europeias, sejam elas financeiras, culturais e até políticas (Murphy, 2021).

Assim como Abu Dhabi, Dubai também está presente no futebol europeu, tendo o próprio Emir do Emirado, Sheikh Mohammed Bin Rashid Al-Maktoum, visto no esporte uma

maneira de melhorar a imagem da região, alavancar o turismo e ajudar na diversificação da economia. Para o Sheikh de Dubai, o esporte é uma “ofensiva de charme multibilionário" (The Guardian, 2007).

Através da companhia aérea Emirates, Dubai está presente na Premier League com o patrocínio ao Arsenal, tanto na parte de frente da camisa quanto no nome do Estádio em Londres, chamado Emirates Stadium. Além do patrocínio, vale ressaltar que outro laço dos Emirados com futebol europeu é que tanto Dubai quanto Abu Dhabi tem em seu território academias de grandes clubes europeus, como por exemplo Inter de Milão, Real Madrid e Barcelona (Thani & Heenan, 2017).

2. O desenvolvimento do *soft power* no Catar

Neste capítulo, será dado um enfoque ao projeto geral de *soft power* do Catar, incluindo uma breve contextualização histórica do país e a apresentação de outros mecanismos adotados por este. O objetivo do tópico é compreender o motivo pelo qual o Catar decidiu expandir sua estratégia de *soft power* de forma abrangente, indo além do futebol. Além disso, pretende-se medir como esse esforço se insere em sua política externa voltada para o aumento da visibilidade, da influência diplomática e do reconhecimento internacional, expondo, também, controvérsias como a acusação de apoiar grupos extremistas islâmicos.

2.1. Contexto do *soft power* catari

O *soft power* desempenha um papel fundamental na projeção internacional para os governos democráticos. Joseph Nye (1990) disserta que as ferramentas são usadas não apenas por ações diretas do Estado, mas por agentes privados que, ao terem um alcance global, transmitem princípios ligados à democracia liberal como por exemplo os direitos humanos, as liberdades individuais e o pluralismo.

Porém, a globalização e o avanço acelerado da tecnologia fizeram com que a imagem de uma nação virasse um fator decisivo para que os Estados pudessem alcançar seus objetivos de política externa. Cada vez mais países têm buscado fortalecer suas capacidades de *soft power*, para alcançar sucesso internacional (Kesvelioglu, 2020). No caso das autocracias, com a dificuldade de atrair uma imagem positiva devido à natureza de seus regimes, a vertente econômica se tornou interessante para suas estratégias de *soft power* (Guzansky & Zalayat, 2025).

Dentro do campo da Ciência Política, temos as características que definem o que seria um Estado autoritário: pluralismo político limitado e não responsável, ausência de uma ideologia elaborada e orientadora, existindo, em seu lugar, “mentalidades distintivas”; ausência de mobilização política tanto intensiva quanto extensiva; e exercício do poder dentro de limites formalmente pouco definidos, mas na prática bastante previsíveis, por um líder ou por um pequeno grupo (Linz, citado por Schlumberger, 2017).

A partir da década de 1990, observou-se um aumento do uso de medidas coercitivas por parte de Estados democráticos contra os regimes autoritários, incluindo sanções econômicas, pressão diplomática e, em alguns casos, operações militares. Contudo, com o fenômeno da difusão de poder, o impacto dessas ferramentas tornou-se mais limitado, pois a influência internacional passou a estar mais distribuída entre múltiplos atores. Esse novo contexto obrigou inclusive regimes autoritários a investir em estratégias de *soft power* para manter relevância e capacidade de influência no sistema internacional (Patalakh, 2017).

Além disso, Walker (2016) escreve como o *soft power* passou a ser interessante para autocracias. No período pós-Guerra Fria, os Estados democráticos também tinham interesse em aproximar os regimes autoritários do sistema internacional liberal, na expectativa de que a interdependência gerada levaria a uma abertura dos regimes autoritários. Porém, essa aproximação e integração de algumas autocracias, como é o caso da China, na globalização permitiram que os regimes autoritários também se beneficiassem e utilizassem desse sistema a favor dos próprios interesses.

Em levantamento realizado pela Freedom House (2025), foi medido o nível de liberdade de todos os países pelas Nações Unidas e de territórios que não têm a independência reconhecida. Baseado na metodologia da organização, em uma contagem de 0 a 100, em que quanto maior a pontuação mais livre é o país, o Catar apresentou uma pontuação de 25, sendo considerado um país não livre. O relatório apontou como o emir controla todo o executivo, legislativo e judiciário do país, sendo que os partidos políticos não são permitidos e a atividade política é extremamente limitada.

Em um outro relatório, que calcula o índice de Democracia da Economist Intelligence Unit (2024), em uma pontuação de 0 a 10, o Catar apresenta uma avaliação de aproximadamente três pontos. Essa pesquisa reúne pontos que servem para avaliar as

dimensões democráticas dos países, quais sejam o pluralismo eleitoral, liberdades civis, participação política, cultura democrática e funcionamento do governo. Baseado nesses subíndices, o Catar foi classificado como Regime Autoritário, assim como todos os países presentes na Península Arábica.

A condição do Catar como regime autoritário cria um desafio estrutural para o exercício do *soft power*. Como argumenta Joseph Nye (1990), a atração internacional normalmente deriva de valores políticos considerados legítimos ou desejáveis, como democracia e direitos humanos. Nesse sentido, regimes autoritários enfrentam um déficit de atratividade normativa, o que os leva frequentemente a investir em instrumentos alternativos de projeção de imagem, como diplomacia cultural, investimentos econômicos e grandes eventos internacionais. No caso do Catar, essa limitação ajuda a explicar por que o país optou por desenvolver uma estratégia de *soft power* particularmente ativa e diversificada.

Esta condição estrutural do Catar enquanto regime autoritário não é apenas o ponto de partida da sua estratégia de *soft power* é também, paradoxalmente, a principal fonte do seu *soft disempowerment*. Como argumentam Brannagan e Giulianotti (2018), existe uma tensão entre a ambição de projetar uma imagem positiva no plano internacional e a manutenção de práticas internas incompatíveis com os padrões normativos globais. No caso do Catar, essa tensão é particularmente aguda porque o país não dispõe dos recursos de legitimidade democrática que, segundo Nye (1990), constituem a fonte mais sólida de *soft power*. Ao investir em mecanismos alternativos de projeção de imagem, como a mediação de conflitos, a Al Jazeera e o futebol, o Catar conseguiu parcialmente compensar esse déficit normativo. Porém, cada um desses mecanismos trouxe consigo uma exposição crescente ao escrutínio internacional, criando as condições para que o *soft disempowerment* emergisse precisamente nos momentos em que o *soft power* catari atingia maior visibilidade. É esta dialética entre projeção e exposição que estrutura toda a política externa do Catar desde 1995 e que será analisada nos subcapítulos seguintes.

Beneficiada pela sua localização geográfica, a Península do Catar desenvolveu-se por causa do comércio marítimo e pela produção de pérolas, tendo sido controlada por vários grupos ao longo da história. No sudoeste deste território, em Zubarah, que atualmente é território do Catar, estava presente a família Al-Thani, bem-sucedida na região devido ao

comércio de pérolas. Enquanto durante o século XVIII, Zubarah foi controlado pela família Al Khalifa, que atualmente governa o Bahrein, a família Al-Thani migra para o norte do Catar. Dentro do território catari, não havia uma autoridade central, existindo várias tribos que eram lideradas por seus chefes, com uma forte influência de várias potências regionais nesse território. Em 1868, após longas disputas territoriais, o tratado entre Reino Unido e Catar estabeleceu a família Al-Thani como autoridade central do país (Zahlan, 2016).

O ano de 1871 foi um novo marco na história do Catar. Os turcos enviaram uma delegação para Doha a fim de tentar convencer Jassim Al-Thani, filho do Sheik de Doha e homem mais influente do Catar, a ficar sob bandeira otomana. Mesmo com a rejeição de seu pai, Jassim, que possuía controle de Doha e suas dependências, aliou-se aos otomanos e foi designado pelos turcos como Qaim magam (governador) do Catar em 1876. A presença otomana desagradou ao Reino Unido, que também tinha influência na região, porém não queria conflitos com o Império. Durante a presença otomana no Catar, a tensão na região foi se intensificando à medida que crescia a insatisfação de alguns líderes cataris com a presença turca e a influência britânica (Elbanna et al, 2025).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Catar passou do domínio do Império Otomano para a condição de protetorado britânico. Embora tenha mantido sua autonomia interna, a defesa do território e a política externa passaram a ser responsabilidade do Reino Unido. Em 1939, os britânicos descobriram petróleo em território catari, o que transformou profundamente a economia do país, que até então era baseada principalmente na extração e comercialização de pérolas, passando a se concentrar na exportação de petróleo (Rahman, 2006).

A independência da Índia em 1947 e a nacionalização do Canal de Suez no Egito fez o Reino Unido perder o interesse nos protetorados que o país mantinha no Golfo Pérsico. Com a independência iminente, os líderes dos territórios que atualmente compõem o Bahrein, os Emirados Árabes Unidos e o Catar negociaram a formação de um Estado unitário com autonomia entre os territórios. Porém, após sucessivas negociações, a ideia não avançou e cada um negociou a própria independência com o Reino Unido (Shalliq, citado por Abushouk, 2021).

Em 3 de setembro de 1971, foi assinado, em Genebra, o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Reino Unido e o Catar, que retirava o estatuto anteriormente definido de protetorado do Catar e a presença britânica no país, e reconheceu oficialmente a independência e soberania do mesmo (Foreign and Commonwealth Office, 1971).

No ano seguinte ao da independência, foi elaborada uma Constituição provisória para o Catar. No documento ficou explícito a governança do país recém-independente. O capítulo dois da Constituição aponta o emir como chefe de Estado inviolável que deve ser respeitado por todos, e o asseguramento do cargo de chefe de Estado para membros da família Al-Thani. Também ficou definido um conselho de ministros para o auxiliar em diversas áreas e o Conselho Shura, que tinha como função consultar e opinar sobre as decisões do país. Vale ressaltar que tanto para os ministros quanto para Shura, o emir tinha total autonomia e poder sobre os cargos, sendo o responsável por escolher quem ficaria em tal posição e tendo a palavra final em todas as decisões (Constituição Provisória Emendada do Estado do Catar, 1972).

Após a elaboração da Constituição provisória, o Sheikh Khalifa bin Hamad Al-Thani passa a ser o novo emir do Catar. Durante o tempo em que esteve no comando, foi muito importante para a construção da nação, com a criação de ministérios e projetos, como por exemplo o museu do Catar, que tinha como objetivo a formação de uma identidade nacional. Alinhado à construção de um Estado moderno, o Catar manteve como base estrutural da sua sociedade o islamismo, sendo a Sharia uma fonte para a sua legislação (Parvez, 2025).

Durante os anos que se seguiram à sua independência do Reino Unido, o Catar tornou-se altamente dependente das receitas provenientes do petróleo, que em 1975 representavam 72% do PIB nacional e, aproximadamente, 90% das receitas governamentais. O país enfrentava grandes dificuldades para diversificar sua economia, em razão de fatores estruturais como o pequeno território, o clima árido e quente, e uma população reduzida, majoritariamente concentrada na capital, Doha (El Mallakh, 2015).

Diferente dos países da região como Bahrein e Kuwait, que já possuíam um histórico de evolução social e econômica, o Catar ficou anos estagnado sem uma reforma política e social profunda. Os cataris concentraram-se na construção dessa identidade nacional, sendo

um claro exemplo de Estado rentista, onde o governo usava todo o dinheiro conseguido com a exploração do petróleo para o bem-estar da população (Rathmell & Schulze, 2000).

Na política externa, fatores como a sua reduzida dimensão territorial, a elevada dependência de recursos naturais, especialmente o gás natural, e a sua proximidade estratégica face a outras potências regionais, como a Arábia Saudita e o Irã, levaram o Catar a atribuir especial importância à segurança do seu território e à preservação da estabilidade regional. Nesse sentido, a preocupação com a estabilidade regional tornou-se um elemento central da atuação externa do Catar, influenciando tanto as suas alianças estratégicas como o seu envolvimento com as demais monarquias sunitas da região (Baabood, 2022).

De acordo com Banco Mundial (2025b), o país apresentava uma população de aproximadamente 131.000 pessoas no ano de sua independência em 1971. Por sua vez, países do Oriente Médio, no mesmo ano, como por exemplo os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, possuíam aproximadamente 335 mil de pessoas e três milhões de pessoas, respectivamente. Em tamanho territorial, a mesma base de dados aponta que o Catar possuía apenas 11.600 km^2, enquanto Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita têm aproximadamente 98.000 km^2 e dois milhões km^2, respectivamente.

Importante mencionar que, para garantir a segurança e a integridade do Estado catari, o país optou, durante a sua história, em se aliar a grandes potências, como durante o período de protetorado britânico, que colocava o Reino Unido como responsável pela defesa do país e a proteção de qualquer ameaça externa. Porém, mesmo após ter selado esse acordo com os britânicos, o Catar sempre desejou se aproximar da Arábia Saudita, devido a seu papel como poder regional. Em uma tentativa de aproximação entre os dois países, a família Al-Thani reconheceu o Wahabismo praticado na Arábia Saudita como oficial no Catar e concordado em pagar tributos para o rei saudita (Álvarez-Ossorio & García, 2021). Essa forte relação de dependência e forte aliança com a Arábia Saudita espalhou a imagem do país no século XX. Durante o emirado de Khalifa bin Hamad Al-Thani, o Catar foi visto como uma "sombra das políticas da Arábia Saudita", um pequeno Estado sem capacidade militar de prevenir riscos de segurança (Naier, 2021, p.43).

Outra potência que influenciou a política externa do Catar foram os Estados Unidos. Os norte-americanos tinham interesses no Oriente Médio, em especial no petróleo que havia

disponível para a exploração. Assim, o Catar viu na abundância desse recurso natural uma forma de garantir sua economia pós-Segunda Guerra que era baseada no petróleo (Hudson, 2016). A relação entre os Estados Unidos e os países do Golfo teve uma atenção maior após a Revolução Islâmica no Irã em 1979, os outros países da região que eram dependentes do petróleo, incluindo o Catar, temiam que esse acontecimento pudesse desencadear uma série de outras revoluções lideradas por xiitas, e com o suporte do regime recém-chegado ao poder do Irã. Esse receio era maior nos países de maioria sunita que possuíam populações consideráveis de xiitas (González del Miño, 2023). O presidente dos Estados Unidos na época, Jimmy Carter (1980), realizou um discurso deixando claro que qualquer tentativa de intervenção no Golfo Pérsico que tivesse como objetivo ganhar o controle da região seria um ataque a interesses vitais dos Estados Unidos, podendo ser utilizado qualquer meio de força para impedir tal realização, não descartando inclusive uma atuação militar.

Com o objetivo inicial de firmar uma união política, econômica e de segurança, buscando fortalecer uma união entre as monarquias sunitas, especialmente os Estados pequenos e com forte influência dos Estados Unidos, em 1981 foi formado o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). O Catar foi um dos membros formadores, junto com Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Omã. A CCG também serviu para mostrar a dominância dos sauditas da região desde a sua fundação, sendo as decisões dos países como o Catar sempre alinhada com os interesses da Arábia Saudita (Shahbaz & Hassanyan, 2024).

A disputa territorial entre os países no início dos anos 90 assinalava a nova natureza da relação do Catar com a Arábia Saudita. Alguns conflitos ocorreram em setembro de 1992 após a Arábia Saudita iniciar uma troca de tiros em Al Khafus, região fronteiriça. Em resposta, o Catar anunciou um boicote ao CCG e não compareceu na reunião em novembro de 1992 e, mesmo com a mediação do Egito, em 1994, novamente após séries de incidentes envolvendo a Arábia Saudita na fronteira, o Catar recusou-se a participar das reuniões da CCG em Riade (Al-Jazi & Al-Jazi, 2020).

No ano seguinte, o Catar passa por uma transição de poder caracterizada por uma troca de comando sem conflito ou derramamento de sangue, evidenciando a estabilidade do regime político catariano. Esse episódio ocorreu quando Khalifa bin Hamad Al-Thani se encontrava fora do país, em viagem a Genebra. Aproveitando esse contexto, e contando com

o apoio de membros influentes da família Al-Thani, bem como de setores centrais da elite política e administrativa do país, o seu filho assume oficialmente o posto de Emir, destituindo o pai do poder. A ausência de resistência significativa e a rápida consolidação da nova liderança contribuíram para a manutenção da ordem interna e para uma nova direção das principais orientações políticas do Estado (Cockburn, 1995).

Segundo a Middle East Economic Digest (1995), que fez uma cobertura jornalística na época do acontecimento, o recém líder empossado Hamad bin Khalifa Al-Thani em um pronunciamento de um minuto e meio confirmou que depôs o pai e lamentou a situação dizendo que não estava feliz com o ocorrido, mesmo frisando que era o que devia ser feito.

Um dos pontos que marcaram a ascensão do filho do emir foi o desgaste das relações com a Arabia Saudita, que era historicamente um forte aliado do Catar. O desagrado presente entre ambos os países acabou por ser uma rota de colisão, enquanto o Catar mostrava-se descontente com a hegemonia exercida pela Arábia Saudita na região e no CCG, os sauditas demonstraram insatisfação pelas “medidas independentes” tomadas em Doha (Okruhlik & Conge, 1999, p.235).

Mesmo com Hamad bin Khalifa Al-Thani já liderando o país efetivamente anos antes, após assumir em 1995 e com apoio da elite local, o Catar mais do que nunca buscou expandir sua atuação e deixar sua marca no plano internacional. O objetivo era aproveitar as vantagens das reservas de hidrocarbonetos e da tecnologia disponível para catalisar uma imagem de potência regional, em contraponto à influência vigente da Arábia Saudita (Khatib, 2013; Hammond, 2014). Essa mudança na política externa do Catar após 1995, foi alvo de críticas por parte dos países da região. Estados como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos acusaram o novo Emir de colocar o Catar em uma posição de confronto contra os outros países que integram o CCG, historicamente liderados pela monarquia saudita (Ulrichsen, 2021). Em um recado indireto para a Arábia Saudita, e coincidindo com o objetivo de sair das “asas da Arábia Saudita” foi reportado que entre conversas internas, o novo emir do Catar havia reiterado: “Eles querem que nós sejamos seguidores. Mas esse é o problema. Eu não gosto de seguir” (Kamrava, 2013, p.174).

A mudança de liderança em 1995 representou mais do que uma simples transição política. Ela marcou uma reorientação estratégica da política externa do Catar. Como um

pequeno Estado cercado por potências regionais mais fortes, Doha passou a utilizar instrumentos de *soft power* como forma de ampliar sua margem de autonomia estratégica. A construção de reputação internacional, a mediação de conflitos e a projeção global de sua imagem podem ser interpretadas, nesse contexto, como mecanismos de segurança indireta, permitindo ao Catar aumentar os custos políticos de qualquer tentativa de coerção por parte de vizinhos mais poderosos (Roberts, 2017).

O ano de 1995 também foi marcado pelo início de um aumento considerável de recursos financeiros. O Catar, que sempre focou quase exclusivamente na exploração de petróleo desde os anos 60, passou também a exportar Gás Natural Liquefeito. Nos anos seguintes, começou a exploração nos Campos do Norte, o "North Fields", a maior reserva de gás do mundo, que estava parcialmente localizada em águas cataris (Fyderek, 2025, p.246). Essas descobertas permitiram que o Emir e a elite catari tivessem recursos abundantes para seus objetivos de política externa. Um dos dados que comprovam esse crescimento da economia do catari tem como base dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (2024). Segundo essa organização, o Catar no ano de 1997 apresentou um aumento de aproximadamente 28% do PIB anual em relação ao ano anterior. Para efeito de comparação, foi a segunda maior média registrada entre os países no ano de 1997, perdendo apenas para a Guiné Equatorial.

Os avanços da economia advindos da exploração de recursos naturais e a mudança da política externa nos anos 90 marcaram a história do Catar não apenas com a ascensão de Hamad Bin Khalifa Al-Thani, mas também de outro membro da família. Em 1992, antes da troca de poder, assumiu como Ministro das Relações Exteriores Hamad Bin Jassim, que ficaria no cargo até 2013. Tanto Hamad Bin Khalifa quanto Hamad Bin Jassim estavam alinhados na visão de fazer uma reforma nas relações exteriores do país, que havia ficado estagnada desde os anos 70 e 80 (El Mallakh, 2015).

Em 1996, ano posterior à troca de comando, houve uma tentativa de golpe fracassada que tinha como principal objetivo recolocar no poder Khalifa bin Hamad Al-Thani. Após sua retirada forçada, ele reuniu apoiadores tanto em um âmbito doméstico quanto de países como Arabia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos em uma tentativa de voltar ao poder, só que sem sucesso (Sobotkova & Zahorik, 2025). Com essa tentativa de golpe de Estado, que

contou com a participação de países vizinhos ao Catar, o Estado catari passou a encarar de forma mais clara a vulnerabilidade da sua posição regional. Hamad Bin Khalifa e Hamad Bin Jassim viram uma necessidade urgente de investir no seu *soft power*, principalmente baseado na hostilidade que o país enfrentava na região (Cherkaoui, 2014).

Após as mudanças significativas que ocorreram na condução das relações internacionais do Catar, em decorrência das situações internas que se passavam no país, foi adotada uma nova linha de política externa de investir no *soft power* em diversos meios, como será visto no subcapítulo a seguir.

2.2 Os meios de *soft power* do Catar

Neste subcapítulo, serão abordadas, de maneira ampla, as várias esferas, além do futebol, em que houve atuação do Catar no cenário internacional. Para Joseph Nye (2008, p.94), há três maneiras de um país afetar o comportamento do outro: ameaça de coerção, o que poderia ser exemplificado como o uso de um "porrete"; incentivos e pagamentos a chamada que seria equiparado a uma "cenoura"; e a atrair um país com o objetivo de fazer querer o que o país deseja. O projeto de política externa do Catar se equipara ao uso de "cenouras" e "porretes". Por um lado, o país oferece a "cenoura" por meio de projetos considerados atrativos em várias áreas para exercer seu *soft power*. Já no que toca ao oposto, o "porrete" da política externa do Catar se daria através de apoios controversos, associações questionáveis do país que colocam em efeito todo o projeto do país (Antwi-Boateng, 2013).

Nesse contexto, uma das novas diretrizes seguidas pelo Catar foi de ser um país mais aberto ao resto do mundo. Em entrevista concedida ao Middles East Forum (1996), o ministro das relações exteriores Hamad Bin Jassim Al-Thani afirmou que manter boas relações com todos os países é essencial para o funcionamento do Catar. O país tem conseguido manter boas relações com grupos diversos dentro do cenário internacional como de um lado a Síria, Irã, Hezbollah e Talibã e ao mesmo tempo com os Estados Unidos da América, mantendo uma base militar americana e o Comando Central dos Estados Unidos em seu território. A mediação passa a imagem para o cenário internacional do país como um ator imparcial, auxiliando nas resoluções de conflitos (Minich, 2015).

Nessa linha, mesmo antes de 1995, o Catar começou a dar seus passos para expandir seus relacionamentos diplomáticos e passar uma imagem de liderança e de moderação, inclusive no aprofundamento de relações com o Irã e com Israel. Com os iranianos, as conversas começaram no início da década de 90 com o objetivo do país persa de abastecer Doha com água. (Roberts, 2012). Com o governo iraniano, a relação na época era de um interesse mútuo no ponto de vista estratégico. Enquanto os dois países se viam como um contrabalanço ao poder da Arabia Saudita, para o Irã havia um adendo por ser uma opção de relacionamento do Golfo, já que não possui boa relação com outros países da região como Bahrein e Emirados Árabes Unidos (Kamrava, 2013).

No que diz respeito à relação com Israel, o Catar adotou, durante a década de 1990, uma postura relativamente pragmática e inovadora no contexto regional. Após negociações iniciais visando à abertura de canais diplomáticos, o relacionamento avançou não apenas com a abertura de um escritório comercial israelense em Doha, em 1996, mas também por meio dos primeiros entendimentos sobre a exportação de gás catari para Israel (Roberts, 2012). Esses movimentos tiveram origem no processo de normalização diplomática iniciado após a Conferência de Madri em 1991. Com a abertura do escritório comercial, o Catar tornou-se o primeiro país do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) a reconhecer, de facto, a existência do Estado de Israel. Entre os Acordos de Oslo, em 1993, e as eleições israelenses de 1996, o Catar destacou-se ao liderar esforços regionais em prol da normalização das relações entre os países árabes e Israel, defendendo a solução de dois Estados. Contudo, com a eleição de Benjamin Netanyahu em 1996, esse processo sofreu um revés, levando à deterioração das relações bilaterais (Rabi, 2009).

Essa aproximação com Israel implicou consequentemente a liderança entre as relações entre palestinos e israelenses, partindo do pressuposto de ser um país amigo sem rivalidades, o que marca uma face do *soft power* catari, que é justamente as mediações realizadas pelo país no plano internacional. O país tornou-se um mediador ativo em conflitos na África e no Oriente Médio. Além da participação na Palestina, o país esteve à frente da mediação em crises no Iêmen, Líbano e Sudão e em disputas de fronteira entre o Djibouti e a Eritreia (Ministério das Relações Exteriores do Catar, 2025).

Bercovitch (2011) aponta que, para Estados pequenos como o Catar, a mediação internacional e o compromisso com a resolução pacífica de conflitos constituem instrumentos centrais de projeção externa, frequentemente integrados a estratégias de construção de reputação e *soft power*. Dentro do contexto catari, a mediação internacional está oficialmente presente dentro das políticas do Catar, conforme preconizado no artigo 7 na Constituição Permanente do Estado do Catar (2024). O artigo diz: "A política externa do Estado deve basear-se no princípio da consolidação da paz e da segurança internacionais, incentivando a resolução pacífica de disputas internacionais (...)" (Constituição Permanente do Estado do Catar, art. 7).

Para reforçar as ações de mediação do Catar, o Ministério das Relações Exteriores do Catar (2025), disponibiliza todos os conflitos mediados pelo país. A mediação vai desde situações envolvendo reféns capturados por grupos extremistas, como no caso de jornalistas japoneses na Síria ou de estrangeiros mantidos pelo Talibã, nas negociações entre Estados Unidos e Talibã que envolvam a presença das tropas estrangeiras no Afeganistão após 2021 e mediações entre Rússia e Ucrânia no que toca a reunião entre familiares divididos entre 2023 e 2024, durante o conflito entre ambos os países.

A atuação como mediador internacional não deve ser entendida apenas como uma contribuição para a resolução de conflitos, mas também como parte de uma estratégia de construção de reputação internacional. Ao posicionar-se como intermediário confiável em crises regionais, o Catar buscou projetar uma imagem de neutralidade e responsabilidade diplomática, atributos que ampliam seu capital simbólico no sistema internacional. Para o país esse tipo de reputação pode funcionar como um recurso estratégico capaz de compensar limitações materiais (DeRocchi, 2024).

Embora ser um ator importante em um cenário global fosse parte do projeto do Catar, o país também tinha como aspirações a liderança regional dentro do ambiente do Oriente Médio e do mundo islâmico. Para reforçar o cunho religioso na mediação, as autoridades do Catar remetem ao próprio Alcorão que sugere wasata (intermediação), sulh (reconciliação) e musalaha (mediação de conflito) para qualquer resolução de disputas (Barakat, 2014).

Essa orientação política do Catar tem uma virada brusca em 2011, com a Primavera Árabe, que foi uma revolta em países muçulmanos para derrubar o governo vigente, em

alguns países como Egito, Tunísia e Síria. A imagem gerada pelo *soft power* do Catar ser um país pacífico começou a ser deteriorada pela nova linha adotada. Em vez de tentar mediar os conflitos que ocorriam no Norte da África e no Levante, o país interveio a favor dos grupos que ascenderam na época, como por exemplo a Irmandade Muçulmana, tanto no Egito quanto na Síria. Esse apoio gerou insatisfação em países da região como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, que viam nos grupos que se aproximaram do Catar uma ameaça para a região (Ulrichsen, 2014).

Essa percepção é corroborada por Kabalan (2019), ao acrescentar que, com a ascensão das manifestações da Primavera Árabe em 2011, o Catar passou a adotar uma política diferente da neutralidade, e optou por apoiar a onda revolucionária árabe, apostando em movimentos que pudessem se manter no poder nos países em que se passavam os protestos. Enumera que no Egito, o país apoiou o movimento revolucionário, dando suporte mediático, diplomático e material, apoiou a derrubada de Muammar Ghadaffi na Líbia e a oposição ao regime de Bashar Al Assad na Síria.

O impacto global dessa nova postura é realçado por Fahy (2018), ao discorrer que, ao adotar uma estratégia de aproximação com diferentes correntes do islamismo político, o Catar manteve relações não apenas com a Irmandade Muçulmana, mas também com grupos considerados controversos, como rebeldes sudaneses e extremistas islâmicos na Somália, bem como com o Talibã e a Al-Qaeda. Essa postura gerou desconforto no Ocidente e foi alvo de críticas recorrentes tanto por parte da media ocidental quanto de Estados vizinhos da região, que viam tais relações como problemáticas e potencialmente desestabilizadoras.

Um marco importante usado como instrumento de *soft power* do país foi a criação da rede de televisão Al Jazeera em 1996, que, durante essa sucessão de acontecimentos e diretrizes na política externa do Catar, caminhou ao lado dos interesses de Doha. Tornou-se a rede de comunicação mais vista do mundo árabe e foi importante para aumentar a visibilidade do Catar, convertida para capital político (Álvarez-Ossorio & García, 2021). A Al Jazeera nasce quando o novo governo havia acabado de sofrer uma tentativa de golpe de Estado. Nesse ambiente, viu-se a necessidade de investir no *soft power* e especialmente na media e na publicidade. Importante observar que o surgimento da Al Jazeera se dá em um contexto em que a Arabia Saudita controlava a maioria da media árabe transnacional. O governo catari

identificou na Al Jazeera uma maneira de enfrentar a hegemonia saudita nessa área, oferecendo uma programação voltada para o público muçulmano com 24 horas de transmissão de notícias (Cherkaoui, 2014).

Faisal Al-Kasim (1999, p.94), que trabalhou na emissora, afirma que, nos anos iniciais da sua transmissão, o governo do Catar tentou se distanciar, sem interferir na transmissão, para que a emissora se mostrasse para o espectador nos moldes de uma televisão independente. Nas palavras do autor: "A política editorial da Al Jazeera é tão flexível que quase nunca recebo ordens sobre o conteúdo dos programas. A emissora tem uma liberdade ainda maior do que a rádio BBC Arabic, onde trabalhei por dez anos. Abordo questões que nunca imaginei cobrir durante meu tempo na BBC."

Além da construção de uma linha editorial independente em relação a Doha, a emissora também estruturou sua estratégia em torno do pan-arabismo. Perseguindo esse objetivo de se apresentar como a voz e a representação da opinião pública árabe, a Al Jazeera adotou como principal estratégia a promoção de debates e discussões sobre temas de interesse do seu público-alvo, incluindo questões sensíveis relacionadas aos regimes da região, buscando, assim, uma aproximação com o mundo árabe (Powers & Gilboa, 2007).

Essa forte aposta da Al-Jazeera na identidade árabe está interligada a um compromisso igualmente vigoroso no pluralismo de ideias. A cobertura, entre final do século XX e início do século XXI, dos protestos no Egito e no Líbano, das eleições no Iraque e na Palestina, das disputas parlamentares na Jordânia ou no Kuwait, das prisões de jornalistas na Tunísia e na Argélia, fez parte de uma única história árabe compartilhada. Com essa narrativa, a Al-Jazeera une os árabes em uma discussão contínua sobre questões sobre as quais todos devem ter uma opinião, mesmo não sendo a mesma opinião (Lynch, 2005).

Da presença nas manifestações na Praça Tahrir, que levaram à derrubada do governo do Egito, até a cobertura dos protestos na Tunísia, onde a maioria das imagens foram transmitidas através de celulares dos manifestantes, a emissora ganhava prestígio da comunidade internacional, levando-a a alcançar uma notoriedade jamais vista. Para milhões de árabes, a Al-Jazeera, canal da emissora do governo do Catar, era a única fonte com credibilidade sobre os acontecimentos na época (Sultan, 2013). Essa atuação foi, inclusive, objeto de elogios de políticos dos Estados Unidos. Hillary Clinton (2011) elogiou a rede de

média chamando-a de “notícia verdadeira” e destacando a cobertura das manifestações na primavera arabe.

A reputação da emissora e o impacto que exerceu na região constituíram uma ferramenta central do *soft power* do Catar. A projeção de uma imagem de fonte de informação relativamente independente e imparcial, num contexto regional em que a maioria dos meios de comunicação era fortemente controlada pelos governos, contribuiu para que o Catar se apresentasse como um ator aberto e moderno perante a comunidade internacional. Dessa forma, a emissora não apenas ampliou a visibilidade do país, como também reforçou a sua estratégia de diferenciação e projeção internacional (González del Miño, 2023).

Por meio da Al Jazeera, o Catar passou a controlar um instrumento inédito no Oriente Médio: a capacidade de moldar narrativas políticas e influenciar o debate público dentro do povo árabe. Ao se destacar na difusão de informações durante a Primavera Árabe, Doha adquiriu uma forma de poder comunicacional que reforçou sua ambição de se projetar como um ator de liderança regional (DeRocchi, 2024).

Nesse sentido, a Al Jazeera tornou-se uma das mais importantes ferramentas de *soft power* do Catar. Ao influenciar o fluxo de informação no mundo árabe, o país adquiriu capacidade de moldar narrativas políticas e ampliar sua visibilidade internacional. Diferentemente de instrumentos tradicionais de poder, a influência mediática permite ao Catar afetar percepções e debates políticos sem recorrer à coerção, reforçando sua estratégia de projeção internacional baseada na atração e na comunicação.

Mas a mudança da postura do Catar durante a Primavera Árabe, de mediador pacífico a apoiador de grupos extremistas, teve repercussões. No dia 5 de junho de 2017, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Egito anunciaram uma série de bloqueios e embargos ao Estado do Catar sobre a premissa do país estar financiando e dando suporte a grupos extremistas e terroristas que desestabilizam a região. Dentre as medidas, os países cortaram todas as ligações aéreas e terrestres com o Catar e deram 14 dias para que cidadãos cataris deixassem seus respectivos países (Agência de Imprensa Saudita, 2017).

Este reposicionamento do Catar durante a Primavera Árabe, de mediador pacífico a apoiante de movimentos revolucionários e grupos considerados extremistas, constitui um dos

exemplos mais evidentes de *soft disempowerment* autoinfligido na história recente da política externa do país. A estratégia de mediação que o Catar havia construído pacientemente desde 1995 assentava numa imagem de neutralidade e imparcialidade que funcionava como o seu principal ativo diplomático. Ao abandonar essa neutralidade em favor de um envolvimento direto nos conflitos regionais, o governo catari comprometeu precisamente o atributo que tornava o seu *soft power* credível. Brannagan e Giulianotti (2018) argumentam que o *soft disempowerment* emerge quando existe uma discrepância entre a imagem projetada e as práticas efetivas do Estado. No caso da Primavera Árabe, essa discrepância foi particularmente custosa porque ocorreu numa dimensão que o Catar considerava o núcleo da sua identidade diplomática: a de ator imparcial e responsável. A crise de 2017 não foi apenas uma consequência das opções tomadas durante a Primavera Árabe. Foi a materialização do *soft disempowerment* acumulado ao longo de vários anos de contradição entre a retórica da mediação e o apoio a grupos que outros Estados classificavam como desestabilizadores.

Após reunião realizada pelos 4 países no Cairo, o ministro de relações exteriores do Egito, Sameh Shukri (2017), leu a seguinte declaração conjunta dos quatro países:

> "Os Ministros das Relações Exteriores do Egito, do Reino da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Reino do Bahrein reuniram-se no Cairo na quarta-feira, 5 de julho de 2017, para discutir os esforços em curso para impedir o apoio do Estado do Catar ao extremismo e ao terrorismo (...)".

O grupo de países apresentou ao Catar um conjunto de 13 exigências como condição para o restabelecimento das relações diplomáticas. Entre as principais demandas estavam a suspensão de vínculos alegados com grupos considerados extremistas, como a Irmandade Muçulmana e a Al-Qaeda, bem como o encerramento da rede Al Jazeera, de suas filiais e de outros meios de comunicação financiados pelo governo catari (Al Jazeera, 2017; Reuters, 2017).

Digno de nota, nessa rota de colisão da Al Jazeera com alguns regimes do Oriente Médio, foi, em 2021, a rede perder seu escritório na Tunísia, após a ascensão de Kais Saied ao poder, e ver seu jornalista Samir Sassi ser preso em 2023 pela polícia tunisiana sem nenhuma justificativa (The Guardian, 2024). Cabe relatar também a prisão, em 2016, no Egito, do jornalista da Al-Jazeera Mahmoud Hussein, sob acusações do governo de propagar notícias

enganosas e receber dinheiro de autoridades estrangeiras para difamar o país. Após forte campanha e comoção internacional pela liberação, o jornalista foi solto em 2021 (Al Jazeera, 2021).

Em 2021, os quatro países, o Catar e também Kuwait e Omã (que atuaram como mediadores dessa crise), se reuniram na cidade de Al Ula, no dia 5 de janeiro, e assinaram a Declaração de Al Ula. Dentro do documento, ficou firmado que os países se comprometem a normalizar as relações que se procediam antes de ter sido anunciado o bloqueio e a cooperação em vários temas como, por exemplo, a segurança da região, o combate ao terrorismo e a não interferência em assuntos internos dos países envolvidos na declaração (Conselho de Cooperação do Golfo, 2021).

A Al Jazeera representa, dentro do projeto de *soft power* catari, um caso exemplar da dialética entre atração e exposição que caracteriza o *soft disempowerment*. Por um lado, a emissora cumpriu com grande eficácia a sua função de instrumento de projeção internacional. Ao posicionar-se como uma voz independente e pan-árabe, conferiu ao Catar uma credibilidade mediática que nenhum outro mecanismo de *soft power* do país conseguiu replicar. Por outro lado, essa mesma independência editorial, real ou percebida, tornou a emissora num instrumento que o governo catari não controlava integralmente, gerando tensões diplomáticas significativas com os países vizinhos. A cobertura favorável aos movimentos da Primavera Árabe, ao apoio à Irmandade Muçulmana no Egito e à oposição ao regime sírio revelou que a emissora era simultaneamente um ativo de *soft power* e uma fonte de *soft disempowerment* regional. O exemplo disso é que o bloqueio imposto em 2017 tinha, entre as suas exigências, o encerramento da emissora. Isso representa a expressão mais clara dessa contradição: o principal instrumento de *soft power* do Catar tornou-se o principal argumento dos seus adversários regionais contra o país. Este caso demonstra que o *soft disempowerment* não resulta apenas da exposição de práticas internas negativas. Ele pode emergir a partir dos próprios instrumentos de projeção de imagem quando estes escapam ao controle total do Estado.

Dentro de sua atuação por meio de *soft power*, além da mediação e do papel de liderança regional, o Catar também queria passar a imagem de um Estado moderno. Com base nessa visão, o governo lançou em 2008 o Qatar National Vision 2030, um documento que

disserta sobre os planos do governo para a modernização do país. Para essa realização, o plano se baseia em quatro pilares de desenvolvimento: humano, social, econômico e ambiental. Para isso, o programa destaca a preservação das tradições, a qualidade de trabalhadores estrangeiros em focos selecionados de desenvolvimento, e crescimento controlado da economia (Secretaria-Geral do Desenvolvimento e Planejamento, 2008).

Entre os programas desenvolvidos alinhados com esse projeto, o governo catari realizou investimentos significativos em diversos setores estratégicos do país. Destacam-se as obras de infraestrutura, como a construção do metrô de Doha, o sistema ferroviário de Lusail e a implementação de uma rede nacional de ônibus elétricos. Além desses, também houve a expansão do Campo do Norte para a extração de Gás Natural Liquefeito, bem como a criação das chamadas Free Zones, cujo objetivo é atrair investimentos estrangeiros, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia (Gabinete de Comunicação do Governo, 2025). Brannagan, Mubanga e De Wolff (2014) destacam o uso do poderio financeiro do país em projetos para modernizar-se. Doha recebeu construções de estruturas e espaços luxuosos na cidade, passando a imagem de poder e modernidade almejadas pelo governo. Entre elas, por exemplo o The Pearl e o Villaggio Mall, dois grandes complexos multiusos com restaurantes e cafés baseados na cidade italiana de Veneza.

Uma outra forma de atuação foi por meio dos Fundos Soberanos. Dentro do Oriente Médio, é comum a presença de Fundos Soberanos, que são fundos de investimentos estatais que os governos utilizam para realizar a compra de ativos, em sua maioria, estrangeiros. Para sustentar esses fundos, países da região usam os recursos advindos da venda do petróleo e de outros recursos naturais. O Kuwait foi o primeiro país do Oriente Médio a criar o seu próprio fundo soberano durante os anos 70. Em seguida, os Emirados Árabes Unidos também adotaram a ideia e criaram o fundo soberano de Abu Dhabi, que, até os dias atuais, é um dos fundos soberanos mais prósperos do mundo (Karake‐Shalhoub, 2008).

Inicialmente, a ideia da criação dos Fundos Soberanos estava ligada exclusivamente à questão financeira, com os países do Oriente Médio querendo diversificar sua economia para além do além da extração do petróleo. Porém, com o passar dos anos, viram nesses fundos uma ferramenta para sua política externa através da construção de seu *soft power*. Com a utilização dos recursos financeiros desses fundos, os países aumentam seu *soft power* através

de investimentos em cultura, ajuda humanitária e aquisições em diversas áreas de negócios em todo o mundo. Com presença dos fundos, se constrói uma boa reputação internacional e a demonstração de vantagem financeira, e relações positivas com governos e empresários. Na visão de alguns países, as ligações financeiras são mais longas e menos agressivas que alianças militares (Miniaoui & Jouini, 2025). No EU Global Startegy (2016), destaca essa importancia do poder econômico e do investimento além do *hard power*.

Seguindo essa tendência, em 2005, por decisão do Emir Hamad bin Khalifa Al-Thani, o Catar estabelece a Qatar Investment Authority (QIA), o fundo soberano do país, para administrar os investimentos feitos pelo país ao redor do mundo. No seu portfólio o fundo possui investimentos em diversos setores como Imobiliário, Infraestrutura, Medicina, Industrial e Instituições Financeiras (Autoridade de Investimento do Catar, 2025). Mesmo não havendo informações divulgadas pelo fundo ou pelo governo, sabe-se que o país faz uma escolha seletiva de onde investir diretamente, focado em lugares e mercados que trazem não apenas retorno financeiro, mas também atendem os interesses políticos que o Catar possui. O maior objetivo desses investimentos financeiros para o governo catari é formar alianças que possam garantir boas parcerias para o país, para sua segurança e interesse político (Perera, 2015).

Para o Catar, os investimentos da QIA em vários segmentos de investimento refletem no projeto de *soft power* do país. Bhatti e Silva (2025) analisam sobre os investimentos feitos pelo fundo no mercado imobiliário de Londres, onde o fundo comprou locais renomados da capital britânica como, por exemplo, a loja de departamento Harrods e o hotel Claridges. Essas aquisições permitiram o Catar ter influência em Londres, trazendo para o país visibilidade em uma das cidades mais importantes do mundo.

Outro lugar de interesse político dos investimentos da QIA são os Estados Unidos. Por meio dessa injeção financeira, busca-se manter uma boa relação bilateral e fortalecer sua relevância internacional. Através do fundo, o país vem investindo em empreendimentos relacionados a pessoas do alto escalão do governo de Donald Trump, como, por exemplo, na empresa de capital privado de Jared Kushner, conselheiro do presidente. Também injetou dinheiro em negócios de Elon Musk, empresário que apoiou a campanha de Trump, além de possuir boas relações com o próprio presidente. Em adição, o Catar gastou aproximadamente

$250 milhões em empresas de *lobby* e firmas de relações públicas, $9 milhões em *think thanks* e $6 milhões em universidades norte-americanas (Freeman & Cleveland-Stout, 2025).

Os investimentos da Qatar Investment Authority em mercados estratégicos como o Reino Unido e os Estados Unidos revelam uma dimensão do *soft power* catari que vai além da simples projeção de imagem. Trata-se de uma estratégia deliberada de construção de dependências financeiras como mecanismo de mitigação do *soft disempowerment*. Ao adquirir ativos de prestígio em capitais ocidentais e ao investir em redes de influência política em Washington, o Catar procura criar incentivos estruturais para que os governos desses países alcancem seus interesses internacionais.

Além dos já citados, outro objetivo importante da política externa do Catar é passar a imagem de um perfil humanitário para o mundo. Em inúmeros desastres naturais ou humanitários ao longo do século XXI o país enviou ajuda, independente da religião, da raça ou da etnia, para todas as partes do globo. Esteve presente, por exemplo, em Gaza, nos tsunamis que ocorreram na Ásia, no furacão Katrina, nas enchentes da Austrália em 2011 e proveu ajuda para pessoas desalojadas durante o conflito civil na Líbia. O Estado do Catar investiu em 2020 aproximadamente $530 milhões em atividades de caridades e todos seguindo o mesmo método, com a ajuda sendo entregue por cataris em roupas tradicionais, chegando através de aviões da Qatar Airways e com caixas que deixavam claro que é uma doação do Estado do Catar (Al-Tamimi, Amin & Zarrinabadi, 2023).

Um outro importante pilar para o *soft power* do Catar são os valores políticos. Para Galily (2025), embora o país seja classificado como um regime de caráter autoritário, os governantes têm buscado projetar a imagem de um Estado preocupado com o desenvolvimento humano. Mesmo sob uma monarquia, o país apresentou reformas como eleições parlamentares limitadas. Porém, dentro do país ainda há críticas quanto à falta de liberdade de expressão, direitos civis e pluralidade política.

Para além dos valores políticos, outra controvérsia que o país enfrenta é a persistência de uma imagem internacional negativa, associada à percepção do Catar como um Estado socialmente atrasado, sobretudo em razão do tratamento dispensado a grupos minoritários, como as mulheres e a comunidade LGBT (Dubinsky, 2024). Dentro do Código Penal do Catar, algumas leis expressam punições para atos como homossexualismo e adultério. De acordo

com artigo 294, “Quem instigar a devassidão, a dissipação ou o adultério em público por meio de palavras, gestos ou quaisquer outros meios será punido com pena de prisão não inferior a seis meses e não superior a três anos”. No que toca à homossexualidade, segundo o artigo 285 do código penal do Catar, “quem tiver relações sexuais com um homem maior de dezesseis anos sem coação, constrangimento ou artifício será punido com pena de prisão até sete anos e a mesma pena será aplicada ao homem pelo seu consentimento” (Estado do Catar, 2004a).

A Human Rights Watch (2021) publicou um relatório denunciando a forma como as forças de segurança do Catar atuam em relação à comunidade LGBT. A organização relata casos de tortura, espancamentos e abusos sexuais cometidos contra pessoas que se identificavam como gays, bissexuais ou trans. Além disso, foram registradas detenções arbitrárias baseadas unicamente em “expressões de gênero” manifestadas em espaços públicos, evidenciando práticas sistemáticas de violação de direitos humanos no país.

Além da Human Rights Watch, a Amnistia Internacional (2019) denunciou que, no Catar, as mulheres continuam a enfrentar discriminação tanto na legislação quanto na prática. Em particular, o direito da família estabelece normas que colocam as mulheres em posição de desvantagem face aos homens, tornando significativamente mais difícil para elas solicitar o divórcio. Além disso, essas disposições legais tendem a gerar consequências econômicas adversas para as mulheres, seja quando optam por pedir o divórcio, seja quando são abandonadas pelos seus maridos, reforçando padrões de desigualdade de gênero e vulnerabilidade socioeconômica.

À luz dessas últimas questões, pode-se perceber que, mesmo com todos os esforços do Catar em aumentar seu capital de *soft power*, o país também precisava lidar com situações que descredibilizavam todos os avanços feitos na sua política externa desde 1995. Ações do governo e situações internas geraram um efeito inverso do que era almejado pelos governantes ao longo do processo em que o país foi ganhando mais atenção da comunidade internacional, chamando a atenção para fatos considerados negativos, o que causou o chamado efeito de *soft disempowerment* (Brannagan & Giulianotti, 2018).

3. O investimento do Catar no futebol

Neste capítulo será apresentada a síntese entre o futebol e os esforços de *soft power* do Catar, por meio da análise de três subtópicos centrais que coincidem com o projeto de projeção internacional do país por meio do exporte: o fortalecimento do futebol local através da estrutura do país e da seleção nacional; os investimentos do país, através da Qatar Sports Investments (QSI) no futebol europeu, principalmente no Paris Saint Germain; e por fim, a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2022. Além desses quatro eixos principais, o capítulo também explora os efeitos colaterais e contraditórios que esses investimentos acarretaram para a imagem do Catar, bem como o futebol refletiu com outros episódios do país, como a crise diplomática com os países vizinhos em 2017.

3.1. Estrutura Local

O subcapítulo a seguir focará nos investimentos feitos no futebol pelo governo em uma perspectiva restrita ao que o Catar fez no seu futebol local, englobando os esforços para desenvolver a Liga nacional e fazer sua Seleção Masculina atingir patamares altos, além da condição estrutural que o país possui para a prática da modalidade, que dá visibilidade e chama a atenção de todo o mundo, e na realização de torneios internacionais.

A popularização do futebol no Catar devido à presença de trabalhadores britânicos e de colônias britânicas no país. Em entrevista concedida ao Gulf Times, o engenheiro aposentado Tom Clayton, que trabalhou no Catar durante as décadas de 40 e 50, relata que o quando foi transferido pela BP para trabalhar na exploração de petróleo do Catar, a população local não tinha ideia do que era o esporte, mas assistia como se fosse um espetáculo, enquanto acompanhava torneios organizados entre os trabalhadores estrangeiros do ramo petrolífero (Clayton, como citado em Harwood, 2018).

A introdução do futebol no Catar por trabalhadores estrangeiros não apenas representa a difusão cultural típica dos processos coloniais e pós-coloniais, mas também ilustra como o esporte emergiu como um elemento exógeno posteriormente apropriado pelo Estado como ferramenta de construção nacional. Conforme argumenta Giulianotti e Robertson (2013), o futebol possui uma capacidade singular de promover sentimentos de pertencimento coletivo e identidade nacional, especialmente em Estados jovens ou em processo de consolidação. Nesse sentido, a adoção institucional do futebol pelo Catar pode ser interpretada não apenas como o desenvolvimento de uma prática esportiva, mas como

um instrumento político voltado à consolidação da identidade nacional e à legitimação do próprio Estado no sistema internacional.

No ano de 1963, a FIFA reconheceu a Associação de Futebol do Catar (QFA), e o país passou a integrar oficialmente a entidade. Um ano antes de sua independência, em 1970, o Catar disputou sua primeira competição internacional, a Copa do Golfo, realizada no Bahrein. Nos primeiros 20 anos após a primeira participação em um torneio internacional, a seleção do país alcançou alguns resultados positivos, sendo o maior destaque o vice-campeonato da Copa do Mundo de Futebol sub-20 realizada na Austrália em 1981, enfrentando seleções importantes como, por exemplo, Brasil e Inglaterra. Em relação à seleção principal, o país tem como principais feitos, os títulos de futebol da Copa da Ásia em 2019 e da medalha de ouro em futebol nos Jogos Asiáticos de 2006 (Associação de Futebol do Catar, 2025).

No último ranking divulgado pela FIFA, o Catar se encontra na 54ª posição no Ranking de Seleções Masculinas de 19 de dezembro de 2025 da FIFA, sendo a sexta melhor colocada entre os países da Confederação Asiática e a melhor posicionada entre os países do Oriente Médio. Na evolução do ranking, consta que o país teve sua maior evolução, com um salto de 34 posições entre 2018 e 2019, antes da primeira aparição do país na primeira fase final da Copa do Mundo de Futebol, em 2022 (FIFA, 2025).

O sucesso esportivo da seleção nacional representa um elemento central da estratégia de *soft power* do Catar, uma vez que vitórias internacionais contribuem para aumentar a visibilidade do país e associá-lo a atributos positivos como excelência, competência e modernização. Segundo Nye (1990), o prestígio internacional pode ser construído por meio de realizações em áreas culturalmente relevantes, como o esporte. Dessa forma, o sucesso da seleção catari, particularmente após décadas de investimentos estruturais, reforça a eficácia da estratégia estatal de utilizar o futebol como instrumento de projeção internacional.

Como um país pequeno e uma população não muito grande, uma das medidas adotadas para melhorar seus resultados esportivos foi a política de naturalização de jogadores estrangeiros para a disputa de competições representando a seleção do Catar. Essa política de naturalização não se restringiu apenas ao futebol, sendo que, das quatro medalhas olímpicas conquistadas até as olimpíadas de 2012, duas foram conquistadas por estrangeiros. No futebol, destaca-se que o país manteve essa postura também em relação à seleção

nacional. O Catar foi o responsável por levar a FIFA a estabelecer uma regra sobre a naturalização de jogadores estrangeiros: para defender uma seleção, o atleta deve residir por pelo menos dois anos consecutivos no país em questão. Essa medida surgiu após a tentativa, em 2004, de recrutar o atacante brasileiro Aílton para jogar pela seleção do Catar, mesmo sem ele jamais ter vivido no país (Reiche, 2015).

A política de naturalização de atletas evidencia uma tensão estrutural na estratégia esportiva do Catar. Por um lado, a naturalização permitiu elevar rapidamente o nível competitivo da seleção nacional, contribuindo para resultados esportivos positivos e maior visibilidade internacional. Por outro lado, essa prática levanta questionamentos sobre a autenticidade da identidade nacional promovida pelo esporte. Conforme argumenta Reiche (2015), o uso extensivo de atletas naturalizados pode enfraquecer a legitimidade simbólica da seleção como representação genuína da população nacional. Essa contradição ilustra uma das limitações do uso do esporte como instrumento de *soft power*, uma vez que a busca por resultados imediatos pode entrar em conflito com a construção de uma identidade nacional orgânica.

A política de naturalização de atletas constitui, neste sentido, uma fonte de *soft disempowerment* interno que é frequentemente negligenciada na análise do caso catari. Brannagan e Giulianotti (2018) argumentam que o *soft disempowerment* emerge não apenas da exposição às críticas da comunidade internacional, mas também da erosão da credibilidade simbólica dos instrumentos de *soft power* utilizados. Uma seleção nacional composta majoritariamente por atletas naturalizados que nunca viveram no país enfraquece precisamente o argumento que o futebol supostamente deve sustentar: o de que o Catar é uma nação coesa, com uma identidade cultural própria e uma população que se reconhece nos seus representantes esportivos. Esta fragilidade simbólica não passou despercebida à comunidade internacional, que acompanhou a participação do Catar na Copa do Mundo de 2022 com um ceticismo que dificilmente teria existido se a seleção refletisse uma trajetória esportiva orgânica. O *soft disempowerment* assume aqui uma forma particular. Não é gerado pela exposição de práticas negativas, mas pela percepção de que o próprio instrumento de *soft power* é artificial, construído por decreto em vez de emergir de um processo social genuíno.

Mesmo com a falta de talento humano disponível localmente, o Catar já pensando em sua participação na Copa do Mundo de 2022 e na construção de sua imagem internacional, passou a investir fortemente em infraestrutura esportiva voltada para a formação de novos talentos. Um dos principais marcos dessa estratégia foi a criação da Aspire Zone, localizada em Doha, considerada uma estrutura de primeiro nível, já tendo sido utilizada por clubes como o Manchester United e o Bayern de Munique (Grix & Lee, 2019).

A Aspire Zone conta com o Estádio Internacional Khalifa, o Aspire Park, maior parque do país; a Aspire Academy onde há a captação de jovens para a formação de atletas locais; o National Team Club, estrutura feita para desenvolver e auxiliar os times que representam o Catar em competições internacionais; o Aspetar, um hospital de referência mundial na recuperação de atletas, e único com o certificado de excelência da FIFA no Oriente Médio; dentre outras estruturas de hospitalidade presentes dentro do complexo (Aspire Zone Foundation, 2025).

Podemos considerar que a Aspire Zone é um exemplo alinhado com a produção de *soft power* para o Catar por meio de três maneiras distintas. Primeiramente, pelo fato de todo o complexo ser uma referência global no campo da formação de atletas, treinamento esportivo, ciência e medicina atrai prestígio, liderança e influência através de uma visão positiva do resto do mundo. Segundo, por, além de servir para evoluir o futebol local e receber equipes estrangeiras de reconhecimento mundiais e abertura para captação de talentos de outros países, reforçar a imagem do Catar de país aberto ao mundo e que ajuda a todos. Por fim, porque a captação de talentos locais para o fortalecimento do futebol catari consequentemente fortalece os resultados de atletas do país em competições internacionais (Brannagan & Perkin, 2025). Para se ter ideia da dimensão desse projeto, quando o Catar sediou a Copa do Mundo sub 17 no ano de 2025, o comitê organizador escolheu realizar a maioria do evento dentro da Aspire Academy. O complexo sediou 103 dos 104 jogos da competição, sendo apenas a final no Estádio Internacional Khalifa. A proximidade entre os oito campos de futebol usados permitiu a realização de vários jogos ao mesmo tempo.

No universo esportivo, avaliações e comentários positivos de atletas e dirigentes internacionais têm contribuído para reforçar a Aspire Zone como um dos principais vetores da projeção internacional do Catar. Durante visita ao complexo, Thomas Bach, então presidente

do Comitê Olímpico Internacional (COI), descreveu a experiência como “fantástica”, destacando a excelência das instalações da Aspire Academy. Leonardo Picciani, ex-ministro do Esporte do Brasil, ressaltou que o Catar demonstra possuir “uma visão e planos bem elaborados para o desenvolvimento do esporte”, classificando a Aspire Academy como “realmente impressionante”, tanto pela qualidade das instalações quanto pela filosofia adotada para o desenvolvimento esportivo (The Peninsula Qatar, 2018).

Baseado na Aspire Zone, o investimento em megaeventos e no desenvolvimento esportivo constitui uma estratégia utilizada por Estados para aumentar sua atratividade e reforçar sua posição no sistema internacional. Nesse sentido, ao estabelecer um centro de excelência reconhecido globalmente, o Catar não apenas desenvolve seus próprios atletas, mas também atrai organizações esportivas internacionais, fortalecendo sua visibilidade e reputação externa. Esse processo contribui diretamente para a construção de *soft power*, ao associar o país a valores como modernidade, inovação e excelência (Grix e Lee, 2013).

Abordando o desenvolvimento do futebol local tem-se como marco os jogos asiáticos sediados no Catar em 2006. O país começou a focar no desenvolvimento esportivo no país e o futebol local se beneficiou dentro do projeto. Entre 2003 e 2004, o governo catari injetou 40 milhões de euros nas equipes de futebol da antiga Q-League. Com esse alto fluxo financeiro, todas as equipes contrataram técnicos estrangeiros além de grandes estrelas do futebol mundial como por exemplo Pep Guardiola e Gabriel Batistuta que foram para o Al-Ahli e Claudio Caniggia que jogou no Qatar SC (Amara, 2013).

Também em 2006, o futebol do Catar passa por um processo de profissionalização na realização de torneios de futebol em ligas locais. Atualmente o país conta como organizadora a Qatar Stars League (QSL), que organiza a principal liga do país do mesmo nome, além da Copa do Catar e da QSL cup. A liga começou sua profissionalização em 2006 e em 2008 teve sua primeira realização. O torneio conta com a participação de 12 equipes que precisam apresentar um padrão de profissionalismo para participar do torneio. Os times da liga possuem relevância internacional, conseguindo representar o país em competições asiáticas de clubes em alto nível (Qatar Stars League, 2025).

Para dar suporte a esse esforço, a FIFA (2022) assinou um memorando de entendimento com a QFA e a QSL confirmando uma parceria para o desenvolvimento da liga

local. Como firmado com as duas instituições, a FIFA se comprometeu em fornecer assistência personalizada, realizando *workshops* em várias áreas de negócios e garantindo a transferência de conhecimento das principais ligas internacionais. Os executivos dos clubes terão acesso a cursos e recursos educacionais mais amplos da FIFA. A entidade também estará envolvida na coleta e análise de dados dos clubes.

Pode-se citar como exemplo, Xavi Hernández, meio-campista espanhol campeão do mundo pela Espanha em 2010 e multicampeão pelo Barcelona, que deixou o clube em 2015, depois de 18 anos desde a sua estreia no profissional da equipe, para jogar no Catar pela equipe do Al-Sadd. Em entrevista concedida ao Jornal AS (2021), o ex-jogador disse que na época tinha sido atraído pelo projeto apresentado no Catar e que após duas temporadas como jogador, seguiria no país para outros projetos que envolvessem o futebol.

A liga na edição mais recente, com base em levantamento realizado pelo Transfermarkt (2025), possui um valor de mercado aproximado de € 353 milhões. Dos 12 clubes que disputaram a QSL na edição de 2025-26, três equipes isoladas possuem valores de mercado discrepantes com relação aos restos dos participantes. Os clubes Al-Rayyan, Al-Saad e Al-Duhail têm valores de mercado entre € 62 e € 64 milhões, representando 53% de todo o valor da liga. Em comparação com outras ligas do Oriente Médio a UAE Pro League apresenta € 346 milhões.

Mesmo com investimentos altos na Liga de futebol do Catar e inserindo dentro deste um projeto de *soft power*, o investimento na liga interna para o país não seria o principal foco, já que todos os olhos do mundo estariam focados nas ligas europeias, especialmente nas 5 maiores ligas (Inglaterra, Itália, Alemanha, França e Espanha) (Almeida & Pereira, 2022). Brannagan e Giulianotti (2015, p.710) também citam a baixa procura pela liga catariana pelos locais como um “alerta para as autoridades”, citando jogos realizadas pela Qatar Stars League, a principal liga do país, em estádios com capacidades para aproximadamente 20.000 pessoas e apenas 150 pessoas presentes de público.

A baixa adesão da população local à Qatar Stars League representa uma limitação significativa da estratégia de *soft power* baseada no futebol doméstico. Conforme argumenta Grix e Houlihan (2014), o sucesso do esporte como ferramenta de projeção internacional depende não apenas de investimentos financeiros e infraestrutura, mas também de

legitimidade e engajamento doméstico. A ausência de interesse popular sugere que o futebol no Catar permanece, em certa medida, um projeto impulsionado pelo Estado, em vez de um fenômeno social organicamente desenvolvido. Essa lacuna entre investimento estatal e engajamento popular pode comprometer a eficácia do esporte como instrumento de construção de *soft power*.

A experiência da Qatar Stars League expõe com particular clareza os limites estruturais do *soft power* quando exercido num contexto de baixa legitimidade simbólica. Apesar dos avultados investimentos em jogadores de renome internacional, os estádios da liga catari registaram médias irrisórias de público, revelando que a mobilização de recursos económicos não se traduz automaticamente em atração ou prestígio perante audiências globais (Devendra, 2026).

É precisamente este diagnóstico que confere sentido estratégico do investimento no futebol europeu pela Qatar Sports Investments. Perante a incapacidade de gerar legitimidade simbólica a partir do espaço doméstico, o Catar reorientou o seu instrumento econômico para um contexto onde a credibilidade desportiva já se encontrava consolidada (Grix e Brannagan, 2016). No próximo subtópico, exploraremos com mais clareza todo esse percurso do dinheiro catari na Europa.

.

3.2. O investimento no futebol europeu

O subcontinente a seguir explora os motivos e as reações da comunidade internacional ao forte investimento do Catar no futebol internacional, dentro do seu projeto de *soft power*. Um dos focos está na aquisição do Paris Saint Germain, da França, através da QSI. Além disso, será descrita a estratégia de patrocinar, por meio de empresas controladas pelo Estado, outras equipes espalhadas pelo continente europeu sem fazer sua aquisição, porém tudo englobado no *soft power* catari.

A principal investida no futebol internacional deu-se em 30 de junho de 2011, quando a QSI anunciou a compra de 70% do Paris Saint Germain (PSG), uma equipe tradicional da capital francesa que havia ganhado seu último título nacional em 1994. Uma das primeiras ações tomadas pela nova gestão do clube foi fazer altos investimentos na compra de

jogadores caros, quebrando recordes de contratação na liga francesa, com a contratação de Javier Pastore por €43 milhões junto ao Palermo (BBC Sports, 2011).

Sob a propriedade da QSI, além da contratação de jogadores caros, o clube passou por uma grande transformação, mudando de escudo, novas ideias de marketing e um novo CEO, Nasser Al Khelaifi. Com um contrato feito em 2013 com a Qatar Travel Authority (QTA), que geraria ao clube 200 milhões de euros por ano, a equipe francesa passou a ser o primeiro clube do mundo a ser patrocinado por um país (Chanavat, 2017).

Para Brannagan e Giulianotti (2015, p. 714), a compra do PSG deve ser compreendida dentro do projeto de *soft power* do Catar. Ao adquirir um clube tradicional, mas que não vinha alcançando grandes resultados esportivos, especialmente em nível internacional, o objetivo de transformá-lo em uma potência do futebol francês e europeu seria um modo de atrair atenção e prestígio para o país. Os autores destacam ainda o patrocínio catari estampado na camisa do PSG, o que reforçaria a imagem da equipe como a "cara" do Catar na Europa, reforçado pelo investimento em estrelas do futebol mundial nos primeiros anos da QSI, como o atacante sueco Zlatan Ibrahimović, o zagueiro brasileiro Thiago Silva e o atacante uruguaio Edinson Cavani.

A escolha da cidade de Paris também foi estratégica dentro dessa lógica de *soft power*, por se tratar de uma cidade global e altamente simbólica. Ver um clube vinculado ao Catar se destacando em uma metrópole reconhecida internacionalmente seria extremamente vantajoso para a projeção do pequeno Estado do Golfo (Bianco & Sons, 2023).

Um dos momentos mais simbólicos da relação entre o *soft power* do Catar e o Paris Saint-Germain foi a transferência do jogador brasileiro Neymar Júnior, que deixou o Barcelona para se juntar ao clube francês. A negociação envolveu valores recordes, sendo, à época, a transferência mais cara da história do futebol mundial, cerca de € 200 milhões. O fato ocorreu justamente durante o período em que o Catar enfrentava as sanções econômicas impostas por Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Bahrein (Bianco & Sons, 2023). Nesse contexto, a contratação de Neymar serviu como uma demonstração de poder financeiro e resiliência do regime catari, mostrando ao mundo que, mesmo sob embargo regional, o país seguia capaz de realizar investimentos de grande impacto e visibilidade internacional (Mariano, 2023).

Posteriormente, em 2021, o Catar realizou novos investimentos no Paris Saint-Germain, apostando em outro nome de peso como garoto-propaganda do país: o atacante argentino Lionel Messi. Segundo Chadwick e Anagnostopoulos (2024), o país enxergou em Messi a imagem ideal que desejava projetar para o mundo, a de um país associado à excelência, à liderança e ao prestígio internacional. O texto diz que essa visão se reforça com a formação do trio de ataque mediaticamente poderoso naquela temporada, composto por Messi, Neymar e Mbappé, transformando o PSG em uma vitrine global da ambição esportiva e simbólica do Catar.

Além do PSG, o Catar expandiu sua presença no futebol europeu adquirindo outras equipes. O KAS Eupen, da Bélgica, foi inicialmente comprado pela Aspire Zone Foundation, cujo objetivo era utilizar o clube como plataforma para que atletas formados na Aspire Academy pudessem desenvolver suas habilidades e ganhar experiência atuando em uma liga europeia. No final de 2025, a equipe assinou um memorando de entendimento com a Qatar Sports Investments (QSI), prevendo sua aquisição integral pelo fundo (QSI, 2025). O fundo também havia adquirido aproximadamente 20% do capital social do SC Braga de Portugal em 2022. Nos mesmos moldes que o PSG, a ideia da QSI era transformar a equipe portuguesa em uma potência capaz de competir na elite do futebol nacional e europeu (Forbes Portugal, 2022).

Além desses três clubes, a ESPN (2025) divulgou que, em março de 2025, a QSI demonstrou interesse em adquirir o CF Málaga, da Espanha. O clube tem como acionista majoritário um membro da família Al-Thani, e sua compra seria estratégica para ampliar o portfólio da QSI. O interesse se justifica pelo potencial de mercado: além de estar localizado em uma das maiores cidades espanholas, o estádio do Málaga será palco de jogos da Copa do Mundo de 2030.

Uma forma alternativa a aquisição de clubes de futebol é o investimento por meio de patrocínio. É digno de destaque que com a crise no mercado financeiro global em 2008, várias empresas ocidentais que patrocinavam os times de futebol europeu perderam seu poderio financeiro e deixaram de investir no futebol. O Catar e outros países do Golfo viram nesse ambiente uma oportunidade de se inserir na Europa, em um espaço que antes era liderado

por empresas ocidentais. Foi um período em que a "base de poder do futebol" começou a dar uma guinada da Europa para o Oriente Médio (Thani & Heenan, 2017, p.1022).

Sob a ótica da possibilidade de mercado e de *soft power*, o Catar, assim como outros países, enxergou que o patrocínio esportivo no futebol europeu se adequa como um mecanismo para impulsionar e comunicar ideais sociais, econômicos e culturais, aproveitando o capital sociocultural do esporte e envolvendo-se com propriedades esportivas globais estrategicamente posicionadas, como forma de atrair prestígio internacional, comércio e boa vontade (Chadwick, Widdop & Burton, 2022).

Nesse contexto, o Catar já havia se inserido, por meio do patrocínio com objetivos de *soft power*, dentro do mercado do futebol europeu mesmo antes de comprar o Paris Saint Germain. Em 2011, o FC Barcelona, um dos clubes mais vitoriosos da Espanha, pela primeira vez na sua história firmou um contrato de patrocínio para estampar suas camisas de jogo. O patrocínio firmado foi com a Qatar Foundation, uma organização de caridade liderada pelo Emir Hamad bin Khalifa Al-Thani e sua esposa. Dentro do contrato de cinco anos firmado com o Catar, estava permitida a troca da marca estampada desde que o clube concordasse. Com a aprovação de 90% do conselho do clube em 2013, a Qatar Foundation deu lugar para a Qatar Airways, a companhia aérea que é controlada pela QIA (Krzyzaniak, 2018).

Patrocinar e ter seu país divulgado pelo FC Barcelona foi resultado de um planejamento estratégico elaborado. Reveste-se de importância estar associado ao sucesso esportivo a nível nacional e internacional que a equipe apresentou ao longo de sua história e a consequente popularidade e a quantidade de fãs que o clube tem espalhado por todos os continentes. Além disso, pesou o fato de, na visão popular, a agremiação estar ligada a "valores positivos" e pesquisas indicarem ser o clube com mais "consciência de media" do mundo. Esses princípios estão diretamente alinhados com o que o Catar queria transmitir na sua imagem global, sendo um fator decisivo para a parceria firmada (Ginesta & San Eugenio, 2014, p.226).

Depois do FC Barcelona, a Qatar Airways expandiu seu leque de patrocínios pela Europa. Em 2016 se tornaram patrocinadores "platinum" de uma das equipes mais vitoriosas do futebol alemão, Bayern de Munique, do clube italiano AS Roma em 2018, além de contratos

de patrocínio com os campeonatos de primeira divisão da Espanha e da Alemanha, La Liga e Bundesliga, respectivamente (Aras & Ozel, 2024, p.738).

Controvérsias que envolviam a ligação do FC Barcelona ao Catar surgiram durante os anos em que se manteve a parceria. Alguns anos após a Qatar Airways assumir como a primeira empresa corporativa a estampar a camisa do clube, surgiram denúncias de maus-tratos e más condições de trabalho que a empresa dava às funcionárias mulheres comparadas com os homens. Baseado nisso, torcedores da equipe criaram uma petição na internet para que o clube espanhol rompesse com a companhia aérea, alegando que a empresa não representa os valores do clube e que era inadmissível uma instituição como o FC Barcelona divulgá-la. A petição levantou mais de 40.000 assinaturas em menos de 24 horas (Business and Human Rights Centre, 2015).

Pessoas dentro do dia a dia da agremiação também repercutiram essa discussão entre a ligação do Catar com o FC Barcelona. O presidente do clube na época, Josep Maria Bartomeu, dizia que estava buscando alternativas para o patrocínio do Catar para quando o contrato se encerrasse em 2016. O dirigente afirmou que quando se firmou a parceria em 2011, o clube buscava uma compensação financeira, porém afirmou que problemas envolvendo questões sociais precisavam ser levados em consideração (The Guardian, 2015). Na época, o ex-presidente do Barcelona Joan Laporta fez inúmeras críticas públicas à parceria firmada entre as duas partes. Em entrevista ao Mundo Deportivo (2015), Laporta fez alusão a parceria e a imagem do clube falando que os valores do clube não se negociam. Para o ex-mandatário do clube, o Barcelona estava nas mãos do Catar e criticou publicamente o acordo por motivos financeiros, reiterando que a equipe poderia ter outras fontes de receita como a venda de bilheteria a fim de não se sujeitar ao dinheiro catari.

O caso do FC Barcelona exemplifica o conceito de incompatibilidade normativa de Brannagan e Giulianotti (2018). O Catar não escolheu um clube neutro, mas uma instituição associada historicamente à democracia e à resistência social. O objetivo estratégico era absorver esse capital simbólico. No entanto, a associação gerou um efeito reverso de soft disempowerment. Ao estampar marcas estatais na camisa, o Catar evidenciou a distância ética entre o clube e o patrocinador. A forte reação dos adeptos, como a petição contra o acordo, mostrou que a identidade normativa do Barcelona serviu como um amplificador das

contradições cataris. Assim, o próprio instrumento de soft power selecionado pelo Estado tornou-se a fonte do seu desgaste reputacional.

A parceria com o Bayern de Munique também gerou polêmicas em um contexto semelhante ao caso do Barcelona. Antes da Qatar Airways ser patrocinadora do clube, em 2011 a equipe alemã começou a enviar a sua equipe masculina para fazer os seus treinos durante as férias de inverno na Aspire Academy e em 2018 também começou a enviar a equipe feminina. Com exceção das temporadas de 2020-21 e 2021-22 devido a COVID, o clube viajou constantemente para Doha durante 12 anos (Reiche, 2025).

Além de ser um dos clubes mais valiosos do mundo, para sua torcida, a identidade do Bayern de Munique está ligada a uma imagem de responsabilidade social. Por isso, a parceria com o Estado do Catar, que carrega uma imagem negativa em relação a questões como os direitos humanos, gerou um descontentamento entre muitos torcedores pela desarmonia causada pela estrutura do clube e a identidade do mesmo (Herold, Harrison & Bukstein, 2023).

Em 2021, um grupo de sócios do Bayern de Munique, liderado pelo ativista Michael Ott, apresentou uma moção exigindo o encerramento da parceria entre o clube e o Catar. Os proponentes argumentavam que não era compatível que uma instituição de tamanha relevância e prestígio mantivesse vínculos com um Estado cujos valores não refletiam os princípios do clube. A proposta foi levada à assembleia anual de sócios naquele ano, mas acabou rejeitada pela diretoria, sob a justificativa de que questões financeiras não deveriam ser decididas pelos associados. A decisão gerou forte reação, não apenas entre os sócios, mas também entre os torcedores, que manifestaram sua insatisfação nos estádios por meio de cânticos e faixas críticas à diretoria (Koch & Hanson, 2025).

Dois anos depois, em comunicado oficial, o Bayern de Munique anunciou o fim do patrocínio da Qatar Airways, informando que a decisão ocorreu em comum acordo entre as partes. O clube não especificou os motivos da ruptura, mas destacou o papel da companhia aérea na promoção do intercâmbio cultural e na aproximação com torcedores do mundo árabe (Bayern de Munique, 2023).

O caso do Bayern de Munique acrescenta uma dimensão institucional ao soft disempowerment gerado pelos patrocínios cataris. Enquanto no Barcelona a contestação se

manifestou principalmente através de uma petição de adeptos, no Bayern ela ganhou uma forma organizacional mais estruturada, com a apresentação de uma moção formal em assembleia de sócios exigindo o fim da parceria. Esta diferença é analiticamente significativa: ela indica que, ao longo dos anos, o soft disempowerment gerado pelos investimentos cataris no futebol europeu evoluiu de uma contestação difusa e mediática para uma pressão institucional organizada, capaz de influenciar as decisões dos clubes. Brannagan e Giulianotti (2018) argumentam que o soft disempowerment se intensifica à medida que a visibilidade internacional do Estado aumenta, porque mais visibilidade significa mais audiências expostas às contradições entre a imagem projetada e as práticas internas.

3.3 A Copa do Mundo de 2022

Neste subcapítulo o foco será a realização da Copa do Mundo de 2022, ocorrida no Catar, abrangendo desde o processo de escolha do país como sede até os 12 anos de preparação, construção e, por fim, a realização do evento. Será analisada a dualidade entre os avanços alcançados pelo Catar ao longo do seu processo de modernização e a repercussão negativa global decorrente da exposição de diversas polémicas relacionadas a questões internas do país, bem como ao próprio processo de escolha e organização da Copa do Mundo.

Ao se falar de megaeventos devemos ter em mente que o conceito de “megaeventos” esportivos passa por serem “descontínuos”, fora do comum, internacionais e simplesmente grandes em composição. Destaca-se quando tem a capacidade de transmitir mensagens promocionais a bilhões de pessoas espalhadas pelo mundo através da televisão e outros avanços nas telecomunicações (Roberts, citado por Horne, 2007, p.82). Ainda sob a égide desse conceito, há um entendimento que apenas dois eventos esportivos têm essa capacidade de apelo popular para serem considerados megaeventos. Os Jogos Olímpicos de Verão e a Copa do Mundo de futebol (O´Brien & Gardiner, 2006).

Para o Catar, ter a chance de sediar uma Copa do Mundo de futebol masculino foi considerada uma plataforma adequada e um meio para o país reestruturar sua imagem e se reapresentar ao mundo, não apenas como um país líder no setor de fontes de recursos naturais, mas também como um centro cultural e civilizacional e um polo de criatividade e inovação na zona do mundo Árabe (Elbanna et al, 2025).

A Federação de Futebol do Catar apresentou oficialmente o seu projeto à FIFA em março de 2009. Em relatório divulgado pela entidade, que analisou a proposta apresentada, a FIFA destacou, entre outros fatores, o sucesso de eventos esportivos previamente sediados pelo país, a facilidade logística proporcionada pela curta distância entre os 12 estádios e as sete cidades-sedes, bem como o comprometimento do Catar com o desenvolvimento humano e social, alinhado aos ideais defendidos pela Federação. Contudo, também foram apontadas algumas adversidades. O documento mencionou a falta, à época da avaliação da candidatura, de infraestrutura de qualidade para acomodar as equipes participantes da competição, além do clima de calor extremo, que poderia dificultar a realização do torneio, tradicionalmente disputado durante o verão do hemisfério norte (FIFA, 2010a).

O anúncio oficial da escolha da Rússia e do Catar como sedes da Copa do Mundo de 2018 e 2022, respectivamente, foi realizado pela FIFA (2010b) por meio de um comunicado direcionado à imprensa. O país do Golfo Persa entrou para a história ao se tornar o primeiro do Oriente Médio a sediar o torneio, superando as candidaturas de Austrália, Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos da América, por meio de uma votação secreta realizada pelo Comitê Executivo da FIFA em 2 de dezembro de 2010, na cidade de Zurique.

A votação que elegeu o Catar como sede da Copa do Mundo foi alvo de controvérsias. Após a confirmação da FIFA dos países que seriam as sedes das Copas do Mundo de 2022 e 2018, surgiram suspeitas de corrupção no processo de seleção. Em resposta a esses rumores, a FIFA nomeou, em 2012, o advogado estadunidense Michael Garcia para investigar a suposta corrupção envolvendo a escolha da Rússia e do Catar como sedes das Copas do Mundo (The Guardian, 2012). O chamado “Relatório Garcia” foi elaborado e entregue pelo advogado às autoridades da FIFA em 2014. Publicamente, porém, haviam sido divulgadas apenas 42 páginas. Insatisfeito com o andamento das investigações e com a não divulgação integral do relatório, Garcia renunciou às suas funções como investigador (ESPN, 2014). Em 2017, pressionada pela opinião pública após a divulgação de partes do relatório pelo jornal alemão Bild, a FIFA decidiu tornar públicas as 430 páginas do documento (DW, 2017). O relatório não concluiu que houve corrupção na escolha das sedes. No entanto, apontou condutas suspeitas, como trocas de e-mails entre dirigentes da FIFA e da Federação do Catar parabenizando a conquista, agradecimentos pela transferência de dinheiro por parte dos cataris, além de

viagens realizadas por executivos da FIFA ao Rio de Janeiro em um avião do governo do Catar pouco antes da votação (Garcia, 2017).

Em reportagem exclusiva, o jornal britânico The Sunday Times (2014) expôs um dossiê reunindo casos de corrupção na escolha do Catar para receber a Copa do Mundo em 2022. O jornal alegou ter recolhido e-mails, contas e outros documentos que mostraram como oficiais do alto escalão do futebol no Catar secretamente transferiram fundos para comprar apoio para candidatura do país. Segundo documento divulgado à imprensa, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos indiciou diversos indivíduos ligados ao setor de transmissão de competições esportivas, acusando-os de participação em uma rede de esquemas de corrupção envolvendo torneios internacionais de futebol. No âmbito dessas investigações, o indiciamento inclui alegações de que membros do Comitê Executivo da FIFA teriam recebido subornos relacionados ao processo de votação que culminou na escolha do Catar como sede da Copa do Mundo de 2022 (Departamento de Justiça, 2020).

Em que pese as suspeitas de corrupção no processo que envolveu o processo de escolha, ser selecionado para a realização da Copa do Mundo de 2022 representou para o Catar dar continuidade à sua estratégia de *soft power*, aproveitando a oportunidade de sediar um evento de dimensão global para se posicionar de forma mais assertiva no cenário internacional. Nesse sentido, o país procurou distanciar-se da imagem associada aos conflitos e instabilidades frequentemente vinculados à região do Oriente Médio, ao mesmo tempo em que buscou projetar uma visão positiva baseada em uma herança cultural árabe rica e valorizada (Hady, 2023).

Com base nesses objetivos, o país estabeleceu duas metas principais. A primeira foi mostrar o progresso e a modernidade do país, representando toda a região por meio de investimentos em infraestrutura, avanços tecnológicos e uma postura cultural mais aberta. O país buscou se apresentar como um ponto de encontro entre as culturas ocidental e oriental, reforçando sua imagem de nação globalizada e receptiva. O segundo objetivo foi contribuir para a reconfiguração da imagem do Médio Oriente, frequentemente associada a conflitos e instabilidade, especialmente em áreas como Gaza e o Iémen. Ao sediar um evento esportivo de escala mundial com altos padrões de segurança, organização e hospitalidade, o Catar

buscou demonstrar que a região também pode ser percebida como um espaço de paz, acolhimento e convivência internacional (Brannagan & Giulianotti, 2015).

Quando se trata do tema de choques culturais, faz-se mister citar Bhabha, que introduz o conceito de "terceiro espaço", definido como o local "onde a negociação de diferenças incomensuráveis cria uma tensão peculiar às existências limítrofes" (2012, p.218). À luz desse conceito, o Catar identificou na realização da Copa do Mundo uma oportunidade de se posicionar como esse "terceiro espaço", ao procurar conciliar a preservação da sua identidade cultural própria com a abertura seletiva à incorporação de elementos culturais externos, possibilitando a convivência de diferentes sistemas de valores no mesmo espaço social (Griffin, 2021, p. 108).

Sem esquecer da polêmica que envolveu o processo de escolha, alguns outros entraves foram observados durante a preparação do evento. Como percepção inicial, importante abordar que, assim como aconteceu com outras monarquias do Golfo, durante seu período de crescimento econômico que moldou suas características culturais no século XX, o Catar optou por manter suas tradições tribais e hierárquicas que são únicas na região do Golfo e não compatíveis com o resto do mundo. Consequentemente, no entendimento da comunidade internacional, o país está associado ao conservadorismo, ao extremismo e a uma sociedade "estagnada" (Guzansky & Zalayat, 2025, p.4).

Existe uma relação umbilical entre Copa do Mundo e os Direitos Humanos. Cabe remeter à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), por meio da qual a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu um marco normativo fundamental ao delinear os direitos básicos que deveriam ser respeitados por todos os Estados-membros da organização. Cabe o destaque que essa Declaração constitui a base conceitual dos Direitos Humanos sob uma ótica predominantemente ocidental, o que torna a sua adoção e operacionalização mais complexa em contextos não ocidentais (Giulianotti e Robertson, 2013).

Alguns autores reconhecem que a realização da Copa do Mundo está historicamente entrelaçada com celebrar a promoção dos direitos humanos. Porém, os organizadores desses eventos falham na aplicação desses ideais e em um resultado inverso, acabam impactando grupos sociais mais vulneráveis no país (Horne, 2018). Worden (2015) aduz que dentre os

fatores que levam a tal efeito, pontos importantes como a relação do país com os trabalhadores estrangeiros e com a sociedade no geral são quesitos críticos.

O discurso em torno do respeito aos Direitos Humanos foi mobilizado pelo Estado do Catar em diferentes arenas internacionais. Em declaração proferida nas Nações Unidas, o país afirmou que a Copa do Mundo da FIFA Catar 2022 representaria uma oportunidade para reforçar valores como o respeito, a diversidade cultural, a tolerância e a inclusão social (Ministério das Relações Exteriores, 2022).

Alguns reveses surgiram nesse sentido. Um ano antes da realização da Copa do Mundo, a Amnistia Internacional (2021) publicou um relatório denunciando as condições enfrentadas por trabalhadores migrantes envolvidos nas obras dos estádios e demais infraestruturas relacionadas ao evento. Entre os principais pontos levantados pela organização estão as mortes de operários, as discrepâncias entre as promessas feitas aos trabalhadores e a realidade enfrentada no país, além das más condições de trabalho e moradia. Em resposta às denúncias e à crescente pressão internacional, o Ministério do Trabalho do Catar (2022) emitiu uma nota oficial afirmando que investigaria as empresas responsáveis pelas construções, com o objetivo de garantir condições dignas de moradia e segurança para os trabalhadores migrantes.

Segundo Ashraf (2016), um dos fatores geradores foi que, diante do crescimento acelerado do país, especialmente da cidade de Doha, o Catar passou a recorrer à mão de obra estrangeira como uma solução barata e viável para atender à alta demanda do setor da construção civil. Porém, as condições de trabalho dos operários envolvidos na construção dos estádios e de outras infraestruturas chamaram atenção negativa da comunidade internacional, gerando críticas severas ao regime catari.

Entre os mecanismos utilizados para viabilizar esse processo destaca-se o sistema Kafala. Neste, uma empresa patrocinava a entrada de trabalhadores imigrantes, em sua maioria provenientes de países como Índia, Paquistão e Nepal, assumindo os custos de deslocamento, moradia e alimentação. No entanto, após a chegada ao território catariano, essas empresas passavam a exercer controle quase absoluto sobre os trabalhadores, o que resultava em relatos frequentes de abusos, como más condições de trabalho e de moradia,

falta de segurança, e até mesmo confisco de passaportes, que só eram devolvidos mediante autorização da empresa (Al-Thani, 2021).

O Catar havia oficialmente começado a desmantelar o sistema Kafala em meados de 2020, após a aprovação de uma série de leis que passaram a conceder novos direitos aos trabalhadores estrangeiros. Entre as medidas adotadas destacam-se a permissão para que os trabalhadores pudessem mudar de emprego sem a necessidade de autorização do empregador atual, a obrigação das empresas de emitirem um aviso prévio mínimo de um mês antes do encerramento do vínculo laboral, bem como o estabelecimento de um salário-mínimo nacional de 1.000 QAR, acrescido de subsídios para moradia e alimentação que variam entre 300 e 500 QAR (Organização Internacional do Trabalho, 2020).

Apesar de o sistema Kafala não ter sido completamente abolido, um dos fatores determinantes para o avanço dessas reformas foi a pressão exercida pela comunidade internacional. Desde o momento em que o país foi selecionado para sediar a Copa do Mundo, verificou-se um aumento significativo da pressão internacional sobre as práticas laborais do Catar, o que contribuiu para uma maior abertura das autoridades à cooperação internacional. Nesse contexto, a Organização Internacional do Trabalho passou a atuar em conjunto com o governo do Catar, promovendo reformas que introduziram maior flexibilidade e proteção para os trabalhadores migrantes no país (Garrett, 2020).

Além da questão envolvendo os trabalhadores migrantes, para o Catar, não bastava apenas modernizar sua infraestrutura para melhorar sua imagem internacional, era necessário também demonstrar uma mentalidade moderna, especialmente diante das preocupações da comunidade internacional quanto ao tratamento de grupos minoritários, como mulheres e a comunidade LGBT. Rookwood (2019) destaca que, no que se refere à igualdade de gênero, o Catar já apresentava mais liberdades para as mulheres em comparação com outros países da região, embora ainda existissem restrições significativas, como a proibição de acesso a certos ambientes exclusivamente masculinos. A questão da homossexualidade foi um dos pontos que mais gerou debates e críticas por parte da opinião pública internacional, visto que relações homoafetivas são consideradas ilegais no país, e demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo podem levar a penas de até um ano de prisão.

Além disso, no que toca à comunidade LGBT, algumas declarações de pessoas ligadas à organização da Copa do Mundo perante essa questão foram alvo de controvérsias. O governo alemão condenou Khalid Salman, ex-jogador da seleção do Catar nos anos 80 e 90 e embaixador do torneio, que disse em uma entrevista que considera homossexualidade um "defeito na mente" em uma entrevista à imprensa alemã (Euronews, 2022).

A ativista do movimento LGBT, Rasha Younes (2022) escreveu que a FIFA falhou por não conseguir criar uma Copa do Mundo segura para torcedores homossexuais. Ainda que a entidade em discursos tivesse se comprometido em garantir a segurança da comunidade, uma coalizão internacional avaliou que no ano da Copa não houve progresso na sociedade civil e na estrutura penal do Catar.

Mesmo diante dos diversos tópicos sensíveis que envolveram a realização da Copa do Mundo no Catar, o país apresenta dados que sustentam um aumento do seu *soft power* no período posterior ao torneio. A Brand Finance, consultoria internacional que publica anualmente o Global *Soft power* Index, avalia a imagem internacional de 193 países com base em 55 métricas que abrangem dimensões como economia, política, sociedade e ações humanitárias. A partir desses indicadores, os países são organizados em um ranking que vai do mais ao menos bem avaliado (Brand Finance, 2026).

Na transição do Global *Soft power* Index de 2022 para o de 2023, o Catar subiu para a 24.ª posição, passando a integrar, pela primeira vez, o grupo dos 25 países com maior *soft power* a nível global. Segundo o diretor de Place Branding da Brand Finance, Konrad Jagodzinski (2023), a realização da Copa do Mundo de 2022 foi um dos principais fatores responsáveis por essa ascensão. De acordo com o relatório, houve um aumento significativo em métricas específicas como familiaridade, reputação e influência internacional, diretamente associadas à visibilidade global proporcionada pelo torneio. Ademais, o Catar apresentou melhorias em indicadores tradicionalmente ligados às controvérsias enfrentadas pelo país, como "respeita a lei e os direitos humanos", no qual subiu 11 posições, e "tolerante e inclusivo", com uma ascensão de 12 posições.

Esses resultados coadunam com a percepção de Hassan Al-Thawadi, então responsável máximo pela organização do torneio que, em entrevista à Sky News, afirmou que o evento permitiu apresentar uma imagem positiva do país ao mundo, reconhecendo a

necessidade de reformas internas, mas sublinhando simultaneamente a importância do respeito pela cultura e pelas normas locais (Sky News, 2023).

A análise do capítulo nos permite inferir que os investimentos realizados pelo Catar no futebol, especialmente com a conquista do direito de sediar a Copa do Mundo de 2022, criaram duas vias distintas para sua política externa. Por um lado, o país alcançou parte de seus objetivos de *soft power*, obtendo atenção global e elevação de seu status no sistema internacional, conforme pretendido. Por outro lado, essa mesma visibilidade expôs uma série de questões internas sensíveis, como violações de direitos humanos, o que acabou produzindo o efeito oposto ao desejado. Esse fenômeno é denominado pelos autores como *soft disempowerment*, ou seja, situações em que as ações voltadas à construção de influência internacional acabam, paradoxalmente, resultando em perda de prestígio e credibilidade perante a comunidade internacional (Brannagan & Giulianotti, 2018).

Conclusão

Com base nas contribuições teóricas de Joseph Nye e de Brannagan e Giulianotti sobre o *soft power* e *soft disempowerment*, respectivamente, a presente investigação teve como objetivo responder à seguinte pergunta: de que forma a instrumentalização do futebol ao serviço da política externa catari exprime a dicotomia entre *soft power* e *soft disempowerment*?

Nossa primeira conclusão destaca que, ao analisar o futebol, este não constitui uma exclusividade dentro do projeto de *soft power* do Catar, mas sim um reflexo de um conjunto mais amplo de estratégias adotadas pelo país desde 1995. Em outras palavras, os investimentos no fortalecimento do futebol local, a injeção de recursos no futebol europeu e a organização da Copa do Mundo de 2022 não podem ser entendidos como iniciativas isoladas, mas como parte de um esforço mais abrangente para reforçar a visibilidade internacional e a relevância diplomática do país. Isso torna-se evidente no Capítulo II, onde se analisa o conjunto de medidas adotadas pelo Catar após 1995, bem como a coerência da sua atuação ao investir em instrumentos que buscavam, em certa medida, melhorar a sua imagem internacional, incluindo o papel desempenhado pela Al Jazeera na promoção de uma narrativa de mediação e abertura. Essa estratégia revelou-se eficaz no posicionamento do Catar como um ator global, aumentando de forma significativa o seu reconhecimento na cena

internacional. A análise comparativa desenvolvida reforça essa conclusão ao demonstrar que o país não criou um modelo inteiramente novo, mas inseriu-se numa tradição histórica de instrumentalização do futebol. Essa lógica pode ser observada em casos como a Itália sob Benito Mussolini e a Argentina durante a ditadura militar, sendo posteriormente adaptada pelo Catar a um contexto de globalização mediática. Nesse cenário, os efeitos da estratégia tornam-se mais intensos, ampliando não apenas os ganhos em termos de projeção internacional, mas também as vulnerabilidades associadas à exposição global.

A segunda grande conclusão está diretamente entrelaçada com a primeira e enfatiza os fatores que conduziram o Catar ao processo de *soft disempowerment*. Questões que já eram alvo de críticas por parte da comunidade internacional foram significativamente amplificadas pela maior visibilidade proporcionada pelo futebol. A exposição global decorrente desta estratégia contribuiu para intensificar o escrutínio sobre temas internos, particularmente no que diz respeito às condições de trabalho dos trabalhadores migrantes, à igualdade de gênero e aos direitos da comunidade LGBTQ+. A organização da Copa do Mundo de 2022 e o envolvimento do Catar no futebol europeu, nomeadamente através das parcerias com o FC Barcelona e o FC Bayern de Munique, não apenas aumentaram a projeção internacional do país, mas também desencadearam reações críticas que incluíram protestos de torcedores, cobertura mediática negativa e movimentos de boicote. O que a análise desenvolvida ao longo desta dissertação permite concluir é que esta dualidade não resultou de falhas de execução ou de má gestão comunicacional. Ela resultou da natureza do próprio mecanismo. A visibilidade global não é seletiva, e o Catar não pôde mostrar ao mundo a Aspire Zone sem mostrar também o sistema Kafala. Da mesma forma, não foi possível associar-se ao prestígio do FC Barcelona sem ativar a comparação entre os valores do clube e as práticas do Estado. A ampliação da visibilidade internacional através do futebol atuou, assim, como um mecanismo de dupla face: ao mesmo tempo em que reforçou a capacidade de atração e influência do Estado, expôs suas fragilidades e inconsistências perante os padrões normativos globais. Isso demonstra que a eficácia do *soft power* não depende exclusivamente da projeção de uma imagem positiva. Ela está intrinsecamente ligada ao grau de coerência entre essa imagem e as práticas internas do país, sendo essa discrepância o principal fator que alimenta dinâmicas de *soft disempowerment*.

Se a segunda conclusão demonstra como o *soft disempowerment* se manifestou no Catar, a terceira responde, por sua vez, a uma questão distinta e mais ampla sobre se este resultado era evitável, ou é uma consequência estrutural do modelo. Os casos históricos analisados, da Itália de Mussolini à Argentina de Videla, do Brasil de Médici à Rússia de Putin, revelam que o padrão identificado no Catar não é uma anomalia nem um produto das especificidades do regime catari. Em todos esses casos, independentemente do continente, da época e do tipo de regime, o investimento em visibilidade internacional através do futebol produziu o mesmo efeito dual: ganhos de projeção acompanhados de uma intensificação do escrutínio sobre as práticas internas. Esta recorrência histórica permite avançar uma conclusão de natureza estrutural. O *soft disempowerment* não é um risco que uma melhor estratégia de comunicação ou uma gestão mais cuidadosa da imagem poderia ter evitado. É uma consequência praticamente inevitável do modelo, que emerge sempre que existe uma discrepância significativa entre a narrativa externa que o Estado projeta e as práticas que mantém internamente. Nesse sentido, a dicotomia entre *soft power* e *soft disempowerment* não representa uma contradição do modelo, mas uma característica intrínseca à sua aplicação em contextos autoritários. Quanto maior for o investimento em instrumentos de visibilidade global, maior tende a ser também a exposição a dinâmicas de contestação. Isso sugere que, para regimes autoritários, o *soft power* carrega consigo, de forma inerente, as raizes do seu próprio enfraquecimento.

Em síntese, esta dissertação demonstra que a instrumentalização do futebol pelo Catar constitui simultaneamente um reflexo e uma extensão do seu projeto mais amplo de *soft power*, revelando-se eficaz na ampliação da visibilidade e do posicionamento internacional do país, mas também geradora de dinâmicas de *soft disempowerment*. Se por um lado o futebol, seja através do investimento no plano interno, da presença no futebol europeu ou da organização da Copa do Mundo, não pode ser entendido como um caso isolado, mas como parte de uma estratégia integrada de projeção global, por outro, essa mesma visibilidade intensificou o *soft disempowerment* sobre questões normativas internas, expondo tensões entre a imagem projetada e as práticas do Estado. Por fim, a análise comparativa evidencia que essa dicotomia não é circunstancial, mas estrutural: ao recorrer ao *soft power*, especialmente em contextos autoritários como o da Monarquia do Catar, o Estado amplia simultaneamente a sua capacidade de atração e a sua vulnerabilidade à contestação,

tornando o *soft disempowerment* uma consequência inerente e praticamente inevitável desse processo.

Para futuras pesquisas, é essencial analisar mais a fundo outros países do Golfo que também apostaram no futebol como parte dos seus projetos de *soft power*, seja no caso de Estados mais estabelecidos, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, ou até em casos mais recentes e ainda pouco explorados, como o Bahrein. Além disso, dentro desse universo que articula *soft power*, Golfo e futebol, é igualmente relevante aprofundar as implicações diretas nas relações entre esses países. Nesse sentido, torna-se pertinente analisar como dinâmicas políticas regionais se refletem no campo desportivo, nomeadamente de que forma o futebol contribuiu para refletir e intensificar rivalidades já existentes, como no caso das tensões entre a Arábia Saudita e o Catar.

Bibliografia
Fontes Primárias

Agência de Imprensa Saudita. (2017). Declaração sobre o bloqueio ao Catar. SPA. https://www.spa.gov.sa/en/N867702. Acessado em 8 de janeiro de 2026.

Al Jazeera. (2017, 5 de junho). Qatar diplomatic crisis: What you need to know. Al Jazeera. https://www.aljazeera.com/news/2017/6/5/gulf-diplomatic-crisis-qatars-reaction-in-full. Acessado em 13 de setembro de 2025.

Al Jazeera. (2021, 6 de fevereiro). Egypt frees Al Jazeera journalist Mahmoud Hussein after five years. Al Jazeera. https://www.aljazeera.com/news/2021/2/6/al-jazeeras-mahmoud-hussein-released-from-jail-in-egypt. Acessado em 7 de dezembro de 2025.

Amnistia Internacional. (2019). Catar: Direitos das mulheres. https://www.amnesty.org/en/location/middle-east-and-north-africa/qatar/report-qatar. Acessado em 13 de janeiro de 2026.

Amnistia Internacional. (2021). Catar: Abusos aos direitos dos trabalhadores migrantes ligados à Copa do Mundo FIFA 2022. https://www.amnesty.org/en/documents/mde22/4335/2021/en. Acessado em 26 de janeiro de 2026.

Article 19. (2018). Rússia: Copa do Mundo FIFA 2018 e liberdade de expressão. https://www.article19.org/resources/russia-world-cup-2018-freedom-expression. Acessado em 2 de novembro de 2025.

AS. (2021, 25 de fevereiro). Xavi: Arab teams can compete with their European counterparts. AS. https://en.as.com/en/2021/02/25/soccer/1614257499_184460.html. Acessado em 9 de outubro de 2025.

Aspire Academy. (2025, 2 de dezembro). 32,000 visit Aspire Academy Fan Zone celebrating FIFA Under-17 World Cup. https://aspire.qa/Media/News/32-000-visit-aspire-academy-fan-zone-celebrating-fifa-under-17-world-cup. Acessado em 30 de dezembro de 2025.

Aspire Zone Foundation. (2025). Sobre a Aspire Zone. https://www.aspirezone.qa/about. Acessado em 15 de outubro de 2025.

Associação de Futebol do Catar. (2025). História e conquistas. QFA. https://www.qfa.qa/en/about. Acessado em 25 de outubro de 2025.

Autoridade de Investimento do Catar. (2025). Portfólio e investimentos. QIA. https://www.qia.qa/en/investment/our-portfolio. Acessado em 29 de setembro de 2025.

Banco Mundial. (2025a). Arábia Saudita. World Development Indicators. https://data.worldbank.org/country/saudi-arabia. Acessado em 25 de setembro de 2025.

Banco Mundial. (2025b). Catar. World Development Indicators. https://data.worldbank.org/country/qatar. Acessado em 13 de dezembro de 2025.

Bayern de Munique. (2023). Comunicado sobre o fim do patrocínio da Qatar Airways. FC Bayern München. https://fcbayern.com/en/news/2023/05/fc-bayern-and-qatar-airways-end-sponsorship-partnership. Acessado em 30 de outubro de 2025.

BBC Sport. (2011, 6 de agosto). Javier Pastore, do Palermo, conclui transferência para o Paris Saint-Germain. BBC Sport. https://www.bbc.co.uk/sport/football/14353834. Acessado em 19 de dezembro de 2025.

Brand Finance. (2026). Global Soft Power Index. https://brandirectory.com/softpower. Acessado em 22 de janeiro de 2026.

Business & Human Rights Resource Centre. (2015, 13 de julho). Online petition urges FC Barcelona to ditch Qatar Airways sponsorship for poor working conditions. https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/online-petition-urges-fc-barcelona-to-ditch-qatar-airways-sponsorship-for-poor-working-conditions/. Acessado em 18 de janeiro de 2026.

Carter, J. (1980). Discurso sobre o Estado da União. Jimmy Carter Presidential Library. https://www.jimmycarterlibrary.gov/assets/documents/speeches/su80jec.phtml. Acessado em 28 de outubro de 2025.

Clinton, H. (2011). Depoimento perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado. Senado dos Estados Unidos. https://www.foreign.senate.gov/hearings/us-foreign-policy-2011. Acessado em 23 de novembro de 2025.

Cockburn, P. (1995, 28 de junho). Emir of Qatar deposed by his son. The Independent. https://www.independent.co.uk/news/world/emir-of-qatar-deposed-by-his-son-1588698.html. Acessado em 18 de setembro de 2025.

Comisión Provincial por la Memoria. (2025). Arquivos da DIPPBA. https://www.comisionporlamemoria.org/archivo/fondo-dippba. Acessado em 8 de novembro de 2025.

Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, Associação Chinesa de Futebol, Administração Geral do Esporte da China, & Ministério da Educação da República Popular da China. (2016, 11 de abril). Plano de desenvolvimento do futebol chinês a médio e longo prazo (2016–2050). https://www.ndrc.gov.cn/xxgk/zcfb/ghwb/201604/t20160411_962179.html. Acessado em 11 de novembro de 2025.

Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. (1984). Nunca Más. CONADEP. https://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/english/library/nevagain/nevagain_001.htm. Acessado em 18 de dezembro de 2025.

Conselho de Cooperação do Golfo. (2021). Declaração de Al Ula. https://www.gcc-sg.org/en-us/MediaCenter/NewsCooperation/News/Pages/news2021-1-5-1.aspx. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

Departamento de Justiça dos Estados Unidos. (2020). Indiciamento de indivíduos ligados à corrupção na FIFA. https://www.justice.gov/opa/pr/acting-attorney-general-announces-additional-charges-international-soccer-corruption-case. Acessado em 3 de outubro de 2025.

Deutsche Welle. (2022, 18 de novembro). Fact check: Did Qatar “buy” international World Cup fans? Deutsche Welle. https://www.dw.com/en/fact-check-did-qatar-buy-international-world-cup-fans/a-63812616. Acessado em 22 de novembro de 2025.

Economist Intelligence Unit. (2024). Democracy Index 2024. The Economist Group. https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2024. Acessado em 1 de dezembro de 2025.

Emirados Árabes Unidos. (2017). Estratégia de Soft Power dos Emirados Árabes Unidos. UAE Cabinet. https://www.uaecabinet.ae/en/uae-soft-power-strategy. Acessado em 12 de outubro de 2025.

ESPN. (2014, 16 de dezembro). World Cup bid investigator Michael Garcia quits FIFA ethics committee. ESPN. https://www.espn.com/soccer/story/_/id/37395034/world-cup-bid-investigator-michael-garcia-quits-fifa-ethics-committee. Acessado em 23 de dezembro de 2025.

ESPN. (2017, 27 de junho). FIFA releases full Garcia report into corruption in 2018, 2022 World Cup bids after leak. ESPN. https://www.espn.com/soccer/story/_/id/37525405/fifa-releases-full-garcia-report-corruption-2018-2022-world-cup-bids-leak. Acessado em 19 de setembro de 2025.

ESPN. (2025, 27 de março). PSG owners QSI finalising Málaga purchase - source. ESPN. https://www.espn.com/soccer/story/_/id/44430218/psg-owners-qsi-finalising-malaga-purchase-source. Acessado em 9 de setembro de 2025.

Estado do Catar. (1972). Constituição Provisória Emendada do Estado do Catar. Constitute Project. https://www.constituteproject.org/constitution/Qatar_1972. Acessado em 2 de setembro de 2025.

Estado do Catar. (2004a). Código Penal do Catar. Al Meezan. https://www.almeezan.qa/LawPage.aspx?id=2591&language=en. Acessado em 17 de dezembro de 2025.

Estado do Catar. (2004b). Constituição Permanente do Estado do Catar. Constitute Project. https://www.constituteproject.org/constitution/Qatar_2003. Acessado em 25 de setembro de 2025.

Euronews. (2022, 9 de novembro). Germany condemns Qatar World Cup ambassador's comments on homosexuality. Euronews. https://www.euronews.com/2022/11/09/germany-condemns-qatar-world-cup-ambassador-khalid-salman-for-calling-homosexuality-a-men. Acessado em 3 de outubro de 2025.

European External Action Service. (2016). Shared vision, common action: A stronger Europe—A global strategy for the European Union’s foreign and security policy. European Union. https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf. Acessado em 11 de dezembro de 2025.

FIFA Training Centre. (2025, 31 de outubro). New 48-team format beckons as FIFA U-17 World Cup 2025 kicks off in Qatar. FIFA Training Centre. https://www.fifatrainingcentre.com/en/game/tournaments/fu17wc/2025/tsg-preview-2025.php. Acessado em 29 de janeiro de 2026.

FIFA. (2010a). Qatar 2022 bid evaluation report. https://digitalhub.fifa.com/m/19f1ef9ab8b5aeec/original/Qatar-2022-Bid-Evaluation-Report.pdf. Acessado em 18 de dezembro de 2025.

FIFA. (2010b). Russia and Qatar to host 2018 and 2022 FIFA World Cups. FIFA. https://www.fifa.com/tournaments/mens/worldcup/2022qatar/news/russia-and-qatar-to-host-2018-and-2022-fifa-world-cups-1344828. Acessado em 25 de dezembro de 2025.

FIFA. (2017). Carta às organizações sobre a situação na Chechênia. https://www.fifa.com/en/articles/fifa-letter-chechnya-human-rights. Acessado em 27 de novembro de 2025.

FIFA. (2022). FIFA assina memorando de entendimento com a QFA e a QSL. FIFA. https://www.fifa.com/tournaments/mens/worldcup/2022qatar/news/fifa-signs-mou-with-qfa-and-qsl. Acessado em 25 de dezembro de 2025.

FIFA. (2025). FIFA/Coca-Cola Men's World Ranking. https://inside.fifa.com/fifa-world-ranking/men. Acessado em 29 de novembro de 2025.

Forbes Portugal. (2022, 10 de outubro). Dono do PSG adquire participação de 21,67% do capital social do SC Braga. Forbes Portugal. https://www.forbespt.com/dono-do-psg-adquire-participacao-de-2167-do-capital-social-do-sc-braga/. Acessado em 9 de janeiro de 2026.

Foreign and Commonwealth Office. (1971). Tratado de Amizade e Cooperação entre o Reino Unido e o Catar. Governo do Reino Unido. https://www.legislation.gov.uk/ukts/1972/5. Acessado em 8 de novembro de 2025.

Freedom House. (2025). Freedom in the World 2025: Qatar. https://freedomhouse.org/country/qatar/freedom-world/2025. Acessado em 22 de novembro de 2025.

Fundo Monetário Internacional. (2024). World Economic Outlook Database, April 2024. https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/April. Acessado em 17 de setembro de 2025.

Gabinete de Comunicação do Governo do Catar. (2025). Projetos de desenvolvimento do Catar. https://www.gco.gov.qa/en/priorities/projects. Acessado em 28 de setembro de 2025.

Garcia, M. (2017). Report on the inquiry into the 2018/2022 FIFA World Cup bidding process. FIFA. https://digitalhub.fifa.com/m/371f64f259873f17/original/2018-and-2022-FIFA-World-Cup-Bid-Report.pdf. Acessado em 8 de setembro de 2025.

Harwood, A. (2018, 23 de novembro). Hats off to Qatar, says BP worker who helped introduce football to the Middle East. Gulf Times. https://www.gulf-times.com/story/613884/hats-off-to-qatar-says-bp-worker-who-helped-introduce-football-to-the-middle-east. Acessado em 16 de janeiro de 2026.

Human Rights Watch. (2017). Red card: Exploitation of construction workers on World Cup sites in Russia. https://www.hrw.org/report/2017/06/21/red-card-exploitation-construction-workers-russia-world-cup-sites. Acessado em 16 de novembro de 2025.

Human Rights Watch. (2021, 28 de outubro). Catar: Autoridades usam “testes para gays” para prender pessoas LGBT. Human Rights Watch. https://www.hrw.org/news/2021/10/28/qatar-authorities-using-gay-tests-arrest-lgbt-people. Acessado em 26 de janeiro de 2026.

Jagodzinski, K. (2023). Global Soft Power Index 2023: Qatar. Brand Finance. https://brandirectory.com/softpower/2023. Acessado em 2 de janeiro de 2026.

Junta Militar Argentina. (1976). Acta para el Proceso de Reorganización Nacional. Governo da Argentina. https://www.argentina.gob.ar/interior/archivo-nacional-de-la-memoria/acta-para-el-proceso-de-reorganizacion-nacional. Acessado em 25 de novembro de 2025.

Liga das Estrelas do Catar. (2025). Sobre a liga. QSL. https://www.qsl.com.qa/en/about. Acessado em 7 de outubro de 2025.

Mandela, N. (2000, 25 de maio). Speech at the inaugural Laureus World Sports Awards. Nelson Mandela Foundation. https://archive.nelsonmandela.org/index.php/za-com-mr-s-1148. Acessado em 3 de janeiro de 2026.

Middle East Economic Digest. (1995). Qatar’s new emir confirms coup against father. MEED. https://www.meed.com/qatar-1995. Acessado em 27 de outubro de 2025.

Middle East Forum. (1996). Entrevista com Hamad Bin Jassim Al-Thani. Middle East Quarterly. https://www.meforum.org/248/is-qatar-a-friend-or-foe. Acessado em 7 de setembro de 2025.

Ministério das Relações Exteriores do Catar. (2022). Declaração do Catar nas Nações Unidas sobre a Copa do Mundo FIFA 2022. https://mofa.gov.qa/en/statements/united-nations-world-cup-2022. Acessado em 26 de outubro de 2025.

Ministério das Relações Exteriores do Catar. (2025). Esforços de mediação. https://mofa.gov.qa/en/foreign-policy/mediation. Acessado em 31 de dezembro de 2025.

Ministério do Trabalho do Catar. (2022). Declaração sobre as condições dos trabalhadores migrantes. https://www.adlsa.gov.qa/en/Pages/default.aspx. Acessado em 3 de janeiro de 2026.

Mundo Deportivo. (2015, 22 de junho). Presentación de la candidatura de Joan Laporta en directo. Mundo Deportivo. https://www.mundodeportivo.com/futbol/fc-barcelona/20150622/20559971481/presentacion-laporta.html. Acessado em 1 de setembro de 2025.

Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acessado em 9 de dezembro de 2025.

Organização Internacional do Trabalho. (2020). Catar: Reformas ao sistema Kafala. https://www.ilo.org/beirut/areasofwork/labour-migration/WCMS_764288/lang--en/index.htm. Acessado em 9 de setembro de 2025.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2024). Human Development Report 2023/2024: Breaking the gridlock - Reimagining cooperation in a polarized world. https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24. Acessado em 29 de outubro de 2025.

Qatar Fund for Development. (2021). QFFD annual report 2020. https://www.qatarfund.org.qa/project/qffd-issues-its-annual-report-2020. Acessado em 29 de outubro de 2025.

Qatar Sports Investments. (2022, 10 de outubro). QSI investment in SC Braga. https://www.qsi.com.qa/qsi-investment-in-braga/. Acessado em 16 de outubro de 2025.

Qatar Sports Investments. (2025). Memorando de entendimento com o KAS Eupen. https://www.qsi.com.qa/en/news. Acessado em 26 de setembro de 2025.

Reino da Arábia Saudita. (2023). Vision 2030 annual report 2023. https://www.vision2030.gov.sa/en/vision-2030-annual-report-2023. Acessado em 10 de novembro de 2025.

Reino da Arábia Saudita. (2025). Saudi Vision 2030. https://www.vision2030.gov.sa/en. Acessado em 18 de setembro de 2025.

Reuters. (2017). Qatar given list of demands by Saudi Arabia, other Arab states. Reuters. https://www.reuters.com/article/us-gulf-qatar-idUSKBN19K09I. Acessado em 7 de dezembro de 2025.

Secretaria Geral de Desenvolvimento e Planejamento. (2008). Qatar National Vision 2030. Estado do Catar. https://www.gco.gov.qa/en/about-qatar/qatar-national-vision2030. Acessado em 27 de outubro de 2025.

Shukri, S. (2017). Declaração conjunta do Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Bahrein sobre o Catar. Ministério das Relações Exteriores do Egito. https://www.mfa.gov.eg/English/Ministry/News/Pages/05-07-2017.aspx. Acessado em 9 de novembro de 2025.

Sky News. (2023). Qatar World Cup chief: Event showed positive image of country. Sky News. https://news.sky.com/story/qatar-world-cup-chief-hassan-al-thawadi-says-tournament-showed-positive-image-of-country-12769284. Acessado em 3 de dezembro de 2025.

Soccerex. (2018). Soccerex Football Finance 100: 2018 edition. https://sponsorship.org/soccerex-football-finance-100-2018-edition-manchester-city-pack-most-financial-punch-on-the-planet/. Acessado em 3 de setembro de 2025.

The Guardian. (2000, 9 de julho). Blatter promises Africa 2010 World Cup. The Guardian. https://www.theguardian.com/football/2000/jul/09/newsstory.sport6. Acessado em 28 de setembro de 2025.

The Guardian. (2007, 11 de novembro). Spoil sports. The Guardian. https://www.theguardian.com/sport/blog/2007/nov/11/spoilsports. Acessado em 15 de outubro de 2025.

The Guardian. (2012, 17 de julho). FIFA appoints Michael Garcia to investigate World Cup corruption claims. The Guardian. https://www.theguardian.com/football/2012/jul/17/fifa-michael-garcia-world-cup-corruption. Acessado em 18 de setembro de 2025.

The Guardian. (2015, 22 de janeiro). Barcelona president seeks Qatar Airways shirt sponsor alternative. The Guardian.

https://www.theguardian.com/football/2015/jan/22/barcelona-president-qatar-airways-shirt-sponsor-alternative. Acessado em 25 de dezembro de 2025.

The Guardian. (2024). Al Jazeera loses Tunisia office amid press freedom concerns. The Guardian. https://www.theguardian.com/world/2024/jan/al-jazeera-tunisia-press-freedom. Acessado em 29 de setembro de 2025.

The Peninsula Qatar. (2018, 17 de janeiro). Aspire Zone Foundation celebrates a decade of sports excellence. The Peninsula Qatar. https://thepeninsulaqatar.com/article/17/01/2018/Aspire-Zone-Foundation-celebrates-a-decade-of-sports-excellence. Acessado em 25 de dezembro de 2025.

The Sunday Times. (2014). Revealed: Qatar's World Cup corruption dossier. The Sunday Times. https://www.thetimes.co.uk/article/revealed-qatars-world-cup-corruption-dossier-bslmn7tpwqp. Acessado em 14 de outubro de 2025.

Transfermarkt. (2025). Qatar Stars League: Club market values. https://www.transfermarkt.com/qatar-stars-league/marktwerteverein/wettbewerb/QSL/stichtag/2025-12-15. Acessado em 15 de dezembro de 2025.

UEFA. (2011, 6 de agosto). PSG complete record-breaking Pastore transfer. UEFA. https://www.uefa.com/uefaeuropaleague/news/01f4-0e791ee63219-7441185aacad-1000--psg-complete-record-breaking-pastore-transfer/. Acessado em 27 de janeiro de 2026.

Younes, R. (2022, 17 de novembro). A FIFA falhou em tornar a Copa do Mundo segura para torcedores LGBT. Human Rights Watch. https://www.hrw.org/news/2022/11/17/fifa-failed-make-world-cup-safe-lgbt-fans. Acessado em 27 de outubro de 2025.

Fontes Secundárias

Abushouk, A. I. (2021). Qatar: From a tribal confederacy to a modern state. In M. Zweiri & F. Al Qawasmi (Eds.), Contemporary Qatar: Examining state and society (pp. 9–22). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-16-1391-3_2

Al-Dosari, N. (2021). Sport and international relations: Qatari soft power and foreign policy making. Tajseer Journal, 3(2). https://doi.org/10.29117/tis.2021.0073

Al-Jazi, M. A. S., & Al-Jazi, A. D. (2020). Saudi-Qatari relations during the period 1990–2003 and their point of view against the conflicts in Gulf region. Journal of History Culture and Art Research, 9(4), 195–204. https://doi.org/10.7596/taksad.v9i4.2953

Al-Kasim, F. (1999). Crossfire: The Arab version. Harvard International Journal of Press/Politics, 4(3), 93–97. https://doi.org/10.1177/1081180X99004003009

Almeida, M. B., & Gutierrez, D. (2018). O soft power do Brasil e a cobertura da mídia internacional da Copa do Mundo da Fifa 2014. LICERE, 21(2), 226–257. https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1841

Almeida, R. A., & Pereira, A. dos S. A. (2022). Ousadia e alegria: Sportswashing e soft power do Catar através do futebol. Revista do Departamento de Geografia, 42, e203554. https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.203554

Al-Tamimi, N., Amin, A., & Zarrinabadi, N. (2023). Qatar's nation branding and soft power: Exploring the effects on national identity and international stance. Manara-Qatar Research Repository. https://manara.qu.edu.qa/handle/10576/55498

Al-Thani, M. (2021). Channelling soft power: The Qatar 2022 world cup, migrant workers, and international image. The International Journal of the History of Sport, 38(17), 1729–1752. https://doi.org/10.1080/09523367.2021.1988932

Álvarez-Ossorio Alvariño, I., & Rodríguez García, L. (2021). The foreign policy of Qatar: From a mediating role to an active one. Universidad de Alicante. https://www.researchgate.net/publication/353464387_The_foreign_policy_of_Qatar_From_a_mediating_role_to_an_active_one

Amara, M. (2013). 2006 Qatar Asian Games: A 'modernization' project from above? In Sport, nationalism and orientalism (pp. 89–110). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203554609

Antwi-Boateng, O. (2013). The rise of Qatar as a soft power and the challenges. European Scientific Journal, 9(10), 39–51. https://doi.org/10.19044/esj.2013.v9n10p%25p

Aras, B., & Özel, M. (2024). Qatar Airways–FC Barcelona sponsorship deal: A catalyst of sports diplomacy? International Journal of Sports Marketing and Sponsorship, 25(4), 732–756. https://doi.org/10.1108/IJSMS-09-2023-0192

Ashraf, I. (2016). Emerging issues: FIFA World Cup 2022: Enjoying the game at the suffering of migrant workers. University of Baltimore Journal of International Law, 4(2), Article 7. https://scholarworks.law.ubalt.edu/ubjil/vol4/iss2/7

Baabood, A. (2022). Qatar's resilience strategy and implications for state-society relations. Arab Center Washington DC. https://arabcenterdc.org/resource/qatars-resilience-strategy-and-implications-for-state-society-relations

Barakat, S. (2014). Qatari mediation: Between ambition and achievement (Analysis Paper No. 12). Brookings Doha Center. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/final-pdf-english.pdf

Bataineh, M. J., Guevara-Pérez, J. C., Martín-Vallespín, E., & Urdaneta-Camacho, R. (2025). The take-off of the Saudi professional football league in the context of the 2030 vision: Effect on the competitive balance. Frontiers in Sports and Active Living, 7, 1649310. https://doi.org/10.3389/fspor.2025.1649310

Beach, D., & Pedersen, R. B. (2013). Process-tracing methods: Foundations and guidelines. University of Michigan Press. https://doi.org/10.3998/mpub.2556282

Bennis, M., & Aammari, L. (2023). Colonial/Orientalist discourse in Western campaign against Qatar 2022 World Cup. International Journal of Language and Literary Studies, 5(3), 12–26. https://doi.org/10.36892/ijlls.v5i3.1352

Bercovitch, J. (2011). Theory and practice of international mediation: Selected essays. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203831120

Bettine, M. (2024). 3’S dos megaeventos esportivos—soft power, sportswashing, sports diplomacy: As Copas do Mundo dos BRICS e Catar. Motrivivência, 36(67), 1–19. https://doi.org/10.5007/2175-8042.2024.e94931

Bettine, M., & Ozdemir, M. (2023). A Copa do Mundo masculina do Catar 2022 pelas lentes da mídia ocidental: Soft power, diplomacia esportiva e sportswashing. Esporte e

Sociedade, 16(38), 1–25. https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/59731

Bhabha, H. K. (2012). The location of culture. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203820551

Bhatti, K., & Silva, S. (2025, December 20). Architecture of influence: QIA, PIF, and the soft power politics of global real estate. The Columbia Emerging Markets Review. https://www.columbiaemergingmarketsreview.com/p/architecture-of-influence-qia-pif

Bianco, C., & Sons, S. (2023). More than a game: Football and soft power in the Gulf. The international spectator, 58(2), 92–106. https://doi.org/10.1080/03932729.2023.2196810

Boas, L. G. V., & dos Santos, R. Á. (2025). Desenvolvimento e mercantilização do futebol chinês. Revista Contexto Geográfico, 10(23). https://doi.org/10.28998/contgeo.v10i23

Bolsmann, C. (2011). Thoughts on the first African World Cup: Football, representation and exclusion. Journal des Anthropologues, 124–125, 359–371. https://doi.org/10.4000/jda.5860

Brannagan, P. M., & Giulianotti, R. (2015). Soft power and soft disempowerment: Qatar, global sport and football's 2022 World Cup finals. Leisure Studies, 34(6), 703–719. https://doi.org/10.1080/02614367.2014.964291

Brannagan, P. M., & Giulianotti, R. (2018). The soft power–soft disempowerment nexus: The case of Qatar. International Affairs, 94(5), 1139–1157. https://doi.org/10.1093/ia/iiy125

Brannagan, P. M., Mubanga, I. J., & De Wolff, M. (2014). Qatar: A first-hand account of soft power. E-International Relations. https://www.e-ir.info/2014/03/28/qatar-a-first-hand-account-of-soft-power

Brannagan, P. M., & Perkin, S. J. (2025). Soft power as "beauty, brilliance, benignity": The case of the Aspire Zone elite sports complex in Qatar. In Qatar's World Cup Goals (pp. 91–109). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003462552

Calderón, P. A. (2022). Un balón con comba violenta: El fútbol chileno durante la dictadura militar de Augusto Pinochet (1973–1987). Quirón. Revista de Estudiantes de Historia, edición especial, 8–31.

Campos, C. de A. (2023). Dominar sem atirar: O esporte enquanto ferramenta diplomática de soft power. Revista Multidisciplinar UNIFLU, 8(1). https://www.revistas.uniflu.edu.br/seer/ojs-3.0.2/index.php/multidisciplinar/article/view/549

Carosella, V. R. (2022). Football as soft power: The political use of football in Qatar, the United Arab Emirates and the Kingdom of Saudi Arabia. Aga Khan University Institute for the Study of Muslim Civilisations. https://ecommons.aku.edu/uk_ismc_series_ops/9/

Castro, A. S. (2013). 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy "to win hearts and minds" through sports and football. PD Magazine, 28–35. https://www.researchgate.net/publication/349637358_2014_FIFA_WORLD_CUP_AND_2016_OLYMPIC_GAMES_BRAZIL'S_STRATEGY_'TO_WIN_HEARTS_AND_MINDS'_THROUGH_SPORTS_AND_FOOTBALL

Castro, A. S. (2018). The 2018 FIFA World Cup: The gains and constraints of Russia's soft power of attraction through football and sports. Public Diplomacy of Rising and Regional Powers, 3(3), 17–37. https://www.researchgate.net/publication/333646080_The_2018_FIFA_World_Cup_The_Gains_and_Constraints_of_Russia's_Soft_Power_of_Attraction_Through_Football_and_Sports

Chadwick, S., & Anagnostopoulos, C. (2024). A geopolitical economy of football: the case of Qatar. International Journal of Sport Policy and Politics, 16(2), 331–338. https://doi.org/10.1080/19406940.2023.2288815

Chadwick, S., Widdop, P., & Burton, N. (2022). Soft power sports sponsorship: A social network analysis of a new sponsorship form. Journal of Political Marketing, 21(2), 196–217. https://doi.org/10.1080/15377857.2020.1723781

Chanavat, N. (2017). French football, foreign investors: Global sports as country branding. Journal of Business Strategy, 38(6), 3–10. https://doi.org/10.1108/JBS-06-2016-0068

Chen, J., & Rocha, C. M. (2022). Effects of local and global orientation on popular support for policy strategies to create a stronger Chinese men's football team. International Journal of Sport Policy and Politics, 14(2), 255–272. https://doi.org/10.1080/19406940.2021.1990232

Cherkaoui, T. (2014). Al Jazeera's changing editorial perspectives & the Saudi-Qatari relationship. The Political Economy of Communication, 2(1), 55–74. https://doi.org/10.3316/informit.738630898867483

Cody, N. W. (2016). The Berlin Olympics: Sports, anti-semitism, and propaganda in Nazi Germany. https://cupola.gettysburg.edu/student_scholarship/434

Coelho, J. P. (2023). A Copa no Catar: o ápice de um projeto de Estado para melhorar a imagem do país. Revista Avesso: Pensamento, Memória E Sociedade, 3(2), 1–19. https://doi.org/10.23925/2675-8253.2022v3n2A3

Connell, J. (2018). Globalisation, soft power, and the rise of football in China. Geographical Research, 56(1), 5–15. https://doi.org/10.1111/1745-5871.12249

Cornelissen, S. (2013). Scripting the nation: Sport, mega-events, foreign policy and state-building in post-apartheid South Africa. In Sport and foreign policy in a globalizing world (pp. 133–145). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315869261

De Freitas, G. S. P., & Trigo, L. G. G. (2019). O processo de transformação do futebol como elemento da identidade nacional brasileira. FuLiA/UFMG, 4(3), 115–134. https://doi.org/10.35699/2526-4494.2019.13620

De Jesus, D. S. V. (2010). Foices e martelos no Olimpo: A política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. Recorde: Revista de História do Esporte, 3(2), 1–28. https://revistas.ufrj.br/index.php/recorde/article/view/781

DeRocchi, D. (2024). A Al Jazeera como instrumento de projeção internacional do Catar: Uma análise da cobertura da Guerra da Síria. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, 13(25), 368–402. https://doi.org/10.30612/rmufgd.v13i25.15989

Devendra, N. (2026). Soft power or geoeconomic contest? A comparative study of gulf sport diplomacy. Public Relations Inquiry. https://doi.org/10.1177/2046147X251383019

Diwan, K. (2021). Clerical associations in Qatar and the United Arab Emirates: Soft power competition in Islamic politics. International Affairs, 97(4), 945–963. https://doi.org/10.1093/ia/iiab083

Dorsey, J. M. (2022). The World Cup. https://www.jstor.org/stable/27318740

Dubinsky, Y. (2024). Clashes of cultures at the FIFA World Cup: Reflections on soft power, nation building, and sportswashing in Qatar 2022. Place Branding and Public Diplomacy, 20(2), 218–231. https://doi.org/10.1057/s41254-023-00311-8

Elbanna, S., Elsharnouby, T., Aljafari, A., & Fatima, T. (2025). The FIFA World Cup Qatar 2022: Unveiling insights beyond the pitch. Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-981-97-5098-8

El Mallakh, R. (2015). Qatar (RLE economy of Middle East): Development of an oil economy. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315744513

Euronews. (2022). Germany condemns Qatar World Cup ambassador's comments on homosexuality. Euronews. https://www.euronews.com/2022/11/09/germany-condemns-qatar-world-cup-ambassador-khalid-salman-for-calling-homosexuality-a-men

Fahy, J. (2018). International relations and faith-based diplomacy: The case of Qatar. The Review of Faith & International Affairs, 16(3), 76–88. https://doi.org/10.1080/15570274.2018.1509578

Fernandes, A. (2023). Sportwashing e a Copa de 1978: Como Argentina usou a Copa do Mundo para esconder os crimes de sua ditadura militar. Recorde, 16(2), 1–21. https://revistas.ufrj.br/index.php/recorde/article/view/56042

Foley, L., & Piper, N. (2021). The 2022 FIFA World Cup, the exploitation of migrant workers, and the role of transnational governing networks. Melbourne Asia Review, 8. https://doi.org/10.37839/MAR2652-550X8.14

Fox, R., & Pike, S. (2024). Management and corruption of the 2014 Brazilian World Cup. Journal of Modern Project Management, 11(3), 1–15. https://doi.org/10.53819/81018102t4230

Freeman, B., & Cleveland-Stout, N. (2025, September 8). Soft power, hard influence: How Qatar became a giant in Washington (Quincy Brief No. 83). Quincy Institute for Responsible Statecraft. https://quincyinst.org/research/soft-power-hard-influence-how-qatar-became-a-giant-in-washington/

Furlong, P., & Marsh, D. (2010). A Skin Not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In D. Marsh & G. Stoker (Eds.), Theory and Methods in Political Science (pp. xx–xx). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-0-230-36664-0_10

Fyderek, Ł. (2025). The hyperactive foreign policy of a rentier state: The case of Qatar. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003526681

Galily, Y. (2025). Beyond the goalposts: decoding Qatar's soft power puzzle and its paradox. Contemporary Review of the Middle East, 12(2), 197–208. https://doi.org/10.1177/23477989251325622

Garrett, A. (2020). The end of kafala? Evaluating recent migrant labor reforms in Qatar. Georgetown Journal of International Affairs, 21(1), 201–208. https://doi.org/10.1353/gia.2020.0029

George, A. L., & Bennett, A. (2005). Case studies and theory development in the social sciences. MIT Press. https://mitpress.mit.edu/9780262572224/case-studies-and-theory-development-in-the-social-sciences/

Ginesta, X., & de San Eugenio, J. (2014). The use of football as a country branding strategy: Case study—Qatar and the Catalan sports press. Communication & Sport, 2(3), 225–241. https://doi.org/10.1177/2167479513486886

Giulianotti, R. and Robertson, R. (2013). Sport and Globalization. In A Companion to Sport (eds D.L. Andrews and B. Carrington). https://doi.org/10.1002/9781118325261.ch2

González del Miño, P. (2023). La acción exterior de Catar en el estándar de “pequeño Estado”: Multilateralismo e influencia. Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos, (35), 245–273. https://doi.org/10.15366/reim2023.35.010

Griffin, T. R. (2021). National identity, social legacy and Qatar 2022: The cultural ramifications of FIFA's first Arab World Cup. In Moments, metaphors, memories (pp. 104–117). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003152927

Griffin, T. R. (2023). Identity Matters: Qatar and Paris Saint-Germain. Journal of Arabian Studies, 13(1), 73–90. https://doi.org/10.1080/21534764.2024.2356290

Grix, J., & Brannagan, P. M. (2016). Of mechanisms and myths: Conceptualising states' soft power strategies through sports mega-events. Diplomacy & Statecraft, 27(2), 251–272. https://doi.org/10.1080/09592296.2016.1169711

Grix, J., Brannagan, P. M., & Lee, D. (2019). Qatar’s global sports strategy: Soft power and the 2022 World Cup. In Entering the global arena: Emerging states, soft power strategies and sports mega-events (pp. 97–110). Springer Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-13-7952-9_8

Grix, J., & Houlihan, B. (2014). Sports mega-events as part of a nation's soft power strategy: The cases of Germany (2006) and the UK (2012). The British Journal of Politics and International Relations, 16(4), 572–596. https://doi.org/10.1111/1467-856X.12017

Grix, J., & Lee, D. (2013). Soft power, sports mega-events and emerging states: The lure of the politics of attraction. Global Society, 27(4), 521–536. https://doi.org/10.1080/13600826.2013.816774

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), Handbook of qualitative research (pp. 105–117). Sage. https://ethnographyworkshop.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/11/guba-lincoln-1994-competing-paradigms-in-qualitative-research-handbook-of-qualitative-research.pdf

Guedes, J. V., Dias, L., & Sousa, R. (2011). A mídia ocidental e os povos árabes: Uma relação de preconceito e generalizações. In XIII Congresso Internacional de Ciências da

Comunicação na Região Centro-Oeste (pp. 1–15). https://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0044-1.pdf

Guzansky, Y., & Zalayat, I. (2025). The race for soft power in the Gulf. Institute for National Security Studies. https://www.inss.org.il/publication/soft-power-gulf

Hady, H. (2023). The cultural impact of the World Cup competition in Qatar 2022. Journal of Imam Al-Kadhum College, 7(2), 411–429. https://doi.org/10.61710/hxvtdj84

Haghirian, M., & Robles-Gil, P. (2021). Soft power and the 2022 world cup in Qatar: learning from experiences of past mega-sporting event hosts. Tajseer Journal, 3(2). https://doi.org/10.29117/tis.2021.0074

Hammond, A. (2014). Qatar's leadership transition: Like father, like son. European Council on Foreign Relations. https://ecfr.eu/publication/qatar_leadership_transition_like_father_like_son

Herold, D. M., Harrison, C. K., & Bukstein, S. J. (2023). Revisiting organizational identity and social responsibility in professional football clubs: The case of Bayern Munich and the Qatar sponsorship. International Journal of Sports Marketing and Sponsorship, 24(1), 56–73. https://doi.org/10.1108/IJSMS-02-2022-0041

Höglund, K., & Sundberg, R. (2008). Reconciliation through sports? The case of South Africa. Third World Quarterly, 29(4), 805–818. https://doi.org/10.1080/01436590802052433

Horne, J. (2007). The four 'knowns' of sports mega-events. Leisure Studies, 26(1), 81–96. https://doi.org/10.1080/02614360500504628

Horne, J. (2018). Understanding the denial of abuses of human rights connected to sports mega-events. Leisure Studies, 37(1), 11–21. https://doi.org/10.1080/02614367.2017.1285823

Horne, J., & Manzenreiter, W. (2006). An introduction to the sociology of sports mega-events. The Sociological Review, 54(2), 1–24. https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00650.x

Hudson, M. C. (2016). The United States in the Middle East. In L. Fawcett (Ed.), International relations of the Middle East (4th ed., pp. 356–379). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/hepl/9780198708742.003.0017

Jackson, R. (2022). Assessing sports diplomacy as a soft power tool: The case of Abu Dhabi's City Football Group. LSE Journal of Geography and Environment, 1(1). https://blogs.lse.ac.uk/lsejge/2022/06/07/assessing-sports-diplomacy

James, T. B. (2021). Soft power and the 2022 World Cup in Qatar. Tajseer, 3(2), 194–208. https://doi.org/10.29117/tis.2021.0075

Junio, E. F. L., & Rodrigues, C. (2017). The Chinese football development plan: Soft power and national identity. Holos, 5, 114–124. https://doi.org/10.15628/holos.2017.5869

Kabalan, M. (2019). Actors, structures and Qatari foreign policy. AlMuntaqa, 2(2), 61–82. https://doi.org/10.31430/almuntaqa.2.2.0061

Kamrava, M. (2013). Qatar: Small state, big politics. Cornell University Press. https://cornellpress.cornell.edu/book/9780801456770/qatar/

Karake-Shalhoub, Z. (2008). Private equity, Islamic finance, and sovereign wealth funds in the MENA region. Thunderbird International Business Review, 50(6), 359–368. https://doi.org/10.1002/tie.20220

Keşvelioğlu, A. (2020). The paradox of authoritarian soft power: The case of Russia and China. TRT World Research Centre. https://researchcentre.trtworld.com/publications/discussion-paper/the-paradox-of-authoritarian-soft-power-the-case-of-russia-and-china/

Khatib, L. (2013). Qatar's foreign policy: The limits of pragmatism. International Affairs, 89(2), 417–431. https://doi.org/10.1111/1468-2346.12022

Koch, A., & Hanson, J. (2025). The political ethics of German soccer fans. AUC Studia Territorialia, 24(2), 47–70. https://doi.org/10.14712/23361220.2025.010

Krzyzaniak, J. S. (2018). The soft power strategy of soccer sponsorships. Soccer & Society, 19(4), 498–515. https://doi.org/10.1080/14660970.2016.1200666

Leite Júnior, E. F., & Rodrigues, C. (2017). The Chinese football development plan: Soft power and national identity. Holos, 5, 114–124. https://doi.org/10.15628/holos.2017.5750

Leiva, J. (2012). Fútbol y dictaduras: Resistencia vs. propaganda. La Xara Edicions. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5015822

Lynch, M. (2005). Watching Al-Jazeera. The Wilson Quarterly, 29(3), 36–45. http://www.jstor.org/stable/40233061.

Magalhães, L. G. (2014). Com a taça nas mãos: Sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Lamparina/Faperj. https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2013_LiVIA_GONCALVES_MAGALHAES.pdf

Magalhães, L. G. (2019). A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. Estudos Históricos, 32(68), 675–694. https://doi.org/10.1590/S2178-14942019000300007

Magalhães, L. G., & Cordeiro, J. M. (2016). O poder na torcida: Consenso, futebol e ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978). Faces de Clio, 2(4), 1–19. https://doi.org/10.34019/2359-4489.2016.v2.26914

Mainwaring, S. (2024). Democratic breakdown in Argentina, 1976. In A. Fung, D. Moss, & O. A. Westad (Eds.), When democracy breaks: Studies in democratic erosion and collapse, from ancient Athens to the present day (pp. 237–276). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oso/9780197760789.003.0009

Mariano, M. (2023). A era Neymar no PSG como um ativo do Catar: Soft power ou soft disempowerment? Revista Caliandra, 3(2), 60–76. https://revistacaliandra.ufop.br/index.php/caliandra/article/view/341

Martin, S. (2018). Football, fascism and fandom in modern Italy. Revista Crítica de Ciências Sociais, 116, 111–134. https://doi.org/10.4000/rccs.7291

Matsaridis, A., & Kaimakamis, V. (2012). Sport at fascism's disposal: The 1934 Football World Cup as a case of ideological propagation and political enforcement. Studies in Physical Culture and Tourism, 19(3), 117–120. https://www.wbc.poznan.pl/Content/239646/4_Studies_2012_3_117.pdf

Mendes, R. A. S. (2013). 40 anos do 11 de setembro: O golpe militar no Chile. Fundação Getúlio Vargas. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraLula/artigos/PoliticaExterna/GolpeMilitarChile

Middle East Economic Digest. (1995). Qatar's new emir confirms coup against father. MEED. https://www.meed.com/qatar-1995

Miniaoui, H., & Jouini, N. (2025). SWFS in small Gulf states: Harnessing soft power balancing in the GCC region. In Public policy in Gulf states: In times of fast paced and complex challenges (pp. 57–81). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-97-5098-8

Minich, R. (2015). Conflict mediation: The Qatari experience. Historia i Polityka, 21(14), 121–133. https://doi.org/10.12775/HiP.2015.008

Moll, J. (2017). Failed attempts at changing Bafana Bafana's name: The financial intricacies of name changing. Nomina Africana: Journal of African Onomastics, 31(2), 161–170. https://doi.org/10.2989/NA.2017.31.2.10.1346

Mostaro, F. F. R. (2012). Jogos Olímpicos de Berlim 1936: O uso do esporte para fins nada esportivos. Logos, 19(1). https://doi.org/10.12957/logos.2012.2794

Murphy, A. (2021, March 11). Beitar and beyond: The United Arab Emirates and Qatar's use of football as soft power. TRT World Research Centre. https://researchcentre.trtworld.com/publications/policy-outlook/beitar-and-beyond-the-united-arab-emirates-and-qatars-use-of-football-as-soft-power/

Naier, T. (2021). Qatar soft power: from rising to the crisis. International Journal of Business and Applied Social Science, 7(8), 43–52. http://dx.doi.org/10.33642/ijbass.v7n8p6

Nascimento, L. de S. do. (2022). "Entre bola e bala": Ditadura militar e a conquista da Copa de 1970. Das Amazônias: Revista Discente de História, 5(2), 11–21. https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/6174

Nauright, J. (2004). Global games: Culture, political economy and sport in the globalised world of the 21st century. Third World Quarterly, 25(7), 1325–1336. https://doi.org/10.1080/0143659042000281251

Nite, C., Ballouli, K., & Nauright, J. (2024). Illegitimately pursuing legitimacy: critical conversations of sport mega events hosting and bidding. Sport in Society, 27(2), 228–241. https://doi.org/10.1080/17430437.2023.2183120

Nye, J. S., Jr. (1990). Soft power. Foreign Policy, (80), 153–171. https://doi.org/10.2307/1148580

Nye, J. S., Jr. (2008). Security and smart power. American Behavioral Scientist, 51(9), 1351–1356. https://doi.org/10.1177/0002764208316228

Nye, J. S., Jr. (2009). Smart power. New Perspectives Quarterly, 26(2), 7–9. https://doi.org/10.1111/j.1540-5842.2009.01057.x

Nye, J. S., Jr. (2004). Soft power: The means to success in world politics. PublicAffairs. https://archive.org/details/softpowermeans00nyej

Nygård, H. M., & Gates, S. (2013). Soft power at home and abroad: Sport diplomacy, politics and peace-building. International Area Studies Review, 16(3), 235–243. https://doi.org/10.1177/2233865913502971

O'Brien, D., & Gardiner, S. (2006). Creating sustainable mega event impacts: Networking and relationship development through pre-event training. Sport Management Review, 9(1), 25–47. https://doi.org/10.1016/S1441-3523(06)70018-3

Okruhlik, G., & Conge, P. J. (1999). The politics of border disputes: on the Arabian Peninsula. International Journal, 54(2), 230–248. https://doi.org/10.1177/002070209905400203

Parvez, Z. (2025). Nation-building in the post-colonial Qatari state: The politics and history of nationalism. Review of Middle East Studies, 57(2), 210–242. https://doi.org/10.1017/rms.2024.32

Patalakh, A. (2017). What makes autocracies' soft power strategies special? Evidence from Russia and China. Korean Journal of International Studies, 15(3), 435–460. https://doi.org/10.14731/kjis.2017.12.15.3.435

Perera, F. S. (2015). Buying security: Qatar and Qatar Holding. In Transatlantic perspectives on diplomacy and diversity (pp. 183–193). Humanity in Action Press.

https://humanityinaction.org/knowledge_detail/buying-security-qatar-and-qatar-holding/

Pollard, R. (2016). The remarkable story of Manchester City's rise under Sheikh Mansour. Bleacher Report. https://bleacherreport.com/articles/2670212

Powers, S., & Gilboa, E. (2007). The public diplomacy of Al Jazeera. In New media and the new Middle East (pp. 53–80). Springer. https://doi.org/10.1057/9780230605718_4

Rabi, U. (2009). Qatar's relations with Israel: Challenging Arab and gulf norms. The Middle East Journal, 63(3), 443–459. https://doi.org/10.3751/63.3

Rahman, H. (2006). The emergence of Qatar. Routledge https://doi.org/10.4324/9780203820926

Rathmell, A., & Schulze, K. (2000). Political reform in the Gulf: The case of Qatar. Middle Eastern Studies, 36(4), 47–62. https://doi.org/10.1080/00263200008701329

Rebouças Batista, I., & Vidal Amazonas de Souza, L. R. (2021). Sobre chuteiras e coturnos: Futebol como instrumento de soft power de regimes autoritários na Argentina, Brasil e Chile. Relaciones Internacionales, 30(61), Article e136. https://doi.org/10.24215/23142766e136

Reiche, D. (2015). Investing in sporting success as a domestic and foreign policy tool: the case of Qatar. International Journal of Sport Policy and Politics, 7(4), 489–504. https://doi.org/10.1080/19406940.2014.966135

Reiche, D. (2025). Perceptions of Qatar Airways sponsorships in major European football clubs: Bayern Munich, Barcelona, and Paris Saint-Germain. In Qatar's World Cup Goals (pp. 51–72). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003462552

Reis, F. de F. dos S., & Teixeira, R. C. (2017). A Copa do Mundo FIFA de 2010 como parte da política externa da África do Sul pós-Apartheid. Conjuntura Internacional, 14(2), 109–116. https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14n2p109-116

Reuters. (2017). Qatar given list of demands by Saudi Arabia, other Arab states. Reuters. https://www.reuters.com/article/us-gulf-qatar-idUSKBN19K09I

Rieck, J. (2020). Ordinary organizations? The German Football Association in the time of National Socialism. Hispania Nova, 18, 268–300. https://doi.org/10.20318/hn.2020.5132

Rinke, S., & Schiller, K. (Eds.). (2014). The FIFA World Cup 1930–2010: Politics, commerce, spectacle and identities. Wallstein Verlag. https://www.inlibra.com/10.5771/9783835326064.pdf?download_full_pdf=1

Roberts, D. B. (2012). Understanding Qatar's foreign policy objectives. Mediterranean Politics, 17(2), 233–239. https://doi.org/10.1080/13629395.2012.695123

Roberts, D. B. (2017). Securing the Qatari state. The Arab Gulf States Institute. https://agsiw.org/securing-the-qatari-state

Rocha, C. M., & Wyse, F. (2020). Host country brand image and political consumerism: The case of Russia 2018 FIFA World Cup. Sport Marketing Quarterly, 29(1), 62–76. https://doi.org/10.32731/SMQ.291.032020.05

Rookwood, J. (2019). Access, security and diplomacy: Perceptions of soft power, nation branding and the organisational challenges facing Qatar's 2022 FIFA World Cup. Sport, Business and Management: An International Journal, 9(1), 26–44. https://doi.org/10.1108/SBM-02-2018-0016

Sarnelli, V. (2013). Tunisia, Egypt and the voices of the revolution in Al Jazeera English. Journal of Arab & Muslim Media Research, 6(2–3), 157–176. https://doi.org/10.1386/jammr.6.2-3.157_1

Schatz, P. V. (2024). Investimentos árabes e chineses no futebol: O soft power como estratégia geopolítica do século XXI. Revista Territorium Terram, 7(13), 767–781. http://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5570

Schlumberger, O. (2017). Authoritarian regimes. In The Oxford handbook of the politics of development. Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935307.013.18

Sergunin, A., & Karabeshkin, L. (2015). Understanding Russia's soft power strategy. Politics, 35(3–4), 347–363. https://doi.org/10.1111/1467-9256.12106

Shahbaz, A. A., & Hassaniyan, A. (2024). The growing autonomy for GCC states' foreign policy and structural changes in the balance of power in the region. Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies, 18(4), 321–339. https://doi.org/10.1080/25765949.2024.2367889

Simón, J. A. (2023). Franquismo, diplomacia y fútbol: La gira del Real Madrid en Sudáfrica. Ayer: Revista de Historia Contemporánea, 129(1), 245–273. https://doi.org/10.55509/ayer/1888

Sky News. (2023). Qatar World Cup chief: Event showed positive image of country. Sky News. https://news.sky.com/story/qatar-world-cup-chief-hassan-al-thawadi-says-tournament-showed-positive-image-of-country-12769284

Sobotková, V., & Záhořík, J. (2025). Historical trajectories of Qatar's survival strategy. The Middle East Journal, 78(2–3), 175–187. https://doi.org/10.3751/78.2-3.11

Soubrier, E. (2016). Evolving foreign and security policies: A comparative study of Qatar and the United Arab Emirates. In K. S. Almezaini & J.-M. Rickli (Eds.), The small Gulf states: Foreign and security policies before and after the Arab Spring (pp. 123–143). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315619576-8

Stuenkel, O. (2018). Do the BRICS possess soft power? In M. Chatin & G. M. Gallarotti (Eds.), Emerging powers in international politics: The BRICS and soft power (pp. 19–33). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315197159-2

Sultan, N. (2013). Al Jazeera: Reflections on the Arab Spring. Journal of Arabian Studies, 3(2), 249–264. https://doi.org/10.1080/21534764.2013.863821

Thani, S., & Heenan, T. (2017). The ball may be round but football is becoming increasingly Arabic: Oil money and the rise of the new football order. Soccer & Society, 18(7), 1012–1026. https://doi.org/10.1080/14660970.2015.1133414

The Guardian. (2000). Blatter promises Africa 2010 World Cup. The Guardian. https://www.theguardian.com/football/2000/jul/09/newsstory.sport6

The Guardian. (2012). FIFA appoints Michael Garcia to investigate World Cup corruption claims. The Guardian. https://www.theguardian.com/football/2012/jul/17/fifa-michael-garcia-world-cup-corruption

The Guardian. (2015). Barcelona president seeks Qatar Airways shirt sponsor alternative. The Guardian. https://www.theguardian.com/football/2015/jan/22/barcelona-president-qatar-airways-shirt-sponsor-alternative

The Guardian. (2024). Al Jazeera loses Tunisia office amid press freedom concerns. The Guardian. https://www.theguardian.com/world/2024/jan/al-jazeera-tunisia-press-freedom

Tuli, F. (2010). The basis of distinction between qualitative and quantitative research in social science: Reflection on ontological, epistemological and methodological perspectives. Ethiopian Journal of Education and Sciences, 6(1), 97–108 https://doi.org/10.4314/ejesc.v6i1.65364

Ulrichsen, K. (2016). The United Arab Emirates: Power, politics and policy-making. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315748023

Ulrichsen, K. C. (2014). Qatar and the Arab Spring. Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190210977.001.0001

Ulrichsen, K. C. (2023). Qatar and the 2022 FIFA World Cup: Soft power, state branding, or nation building? In S. Chadwick, P. Widdop, & M. M. Anagnostopoulos (Eds.), The geopolitical economy of sport (pp. 127–133). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003348238-18

Ulrichsen, K. C. (2021). Qatar and the Gulf crisis. Oxford University Press. https://global.oup.com/academic/product/qatar-and-the-gulf-crisis-9780197525593

Vennesson, P. (2008). 12 Case studies and process tracing: theories and practices. Approaches and methodologies in the social sciences, 223. https://doi.org/10.1017/CBO9780511801938.013

Vilches Parra, D. (2016). Del Chile de los triunfos morales al "Chile, país ganador": La identidad nacional y la selección chilena de fútbol durante la Dictadura Militar (1973–1989). Historia Crítica, 61, 127–147. https://doi.org/10.7440/histcrit61.2016.06

Walker, C. (2016). The authoritarian threat: The hijacking of "soft power". Journal of Democracy, 27(1), 49–63. https://doi.org/10.1353/jod.2016.0007

Winter, L. A. C., Balan, M. P., & Basso, M. (2021). Megaeventos esportivos e soft power: Usos do esporte como instrumento de poder pelos Estados. Conjuntura Internacional, 18(2), 58–65. https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2021v18n2p58

Wolfe, S. D. (2016). A silver medal project: The partial success of Russia's soft power in Sochi 2014. Annals of Leisure Research, 19(4), 481–496. https://doi.org/10.1080/11745398.2015.1122533

Wolfe, S. D. (2020). 'For the benefit of our nation': Unstable soft power in the 2018 men's World Cup in Russia. International Journal of Sport Policy and Politics, 12(4), 545–561. https://doi.org/10.1080/19406940.2020.1792558

Woodward, R. (2025). Sport, soft disempowerment and the 1966 FIFA World Cup: R. Woodward. British Politics, 20(4), 707–724. https://doi.org/10.1057/s41293-025-00281-w

Worden, M. (2015). Raising the bar: Mega-sporting events and human rights. In Human Rights Watch, World report 2015 (pp. 34–42). Human Rights Watch. https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/wr2015_web.pdf

Wynn, A. C. (2007). The goooooaaaaaals of government: Football as a political tool of fascism and nazism [Senior thesis]. Wesleyan University. https://wesscholar.wesleyan.edu/etd_hon_theses/201

Zahlan, R. S. (2016). The creation of Qatar. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315645575